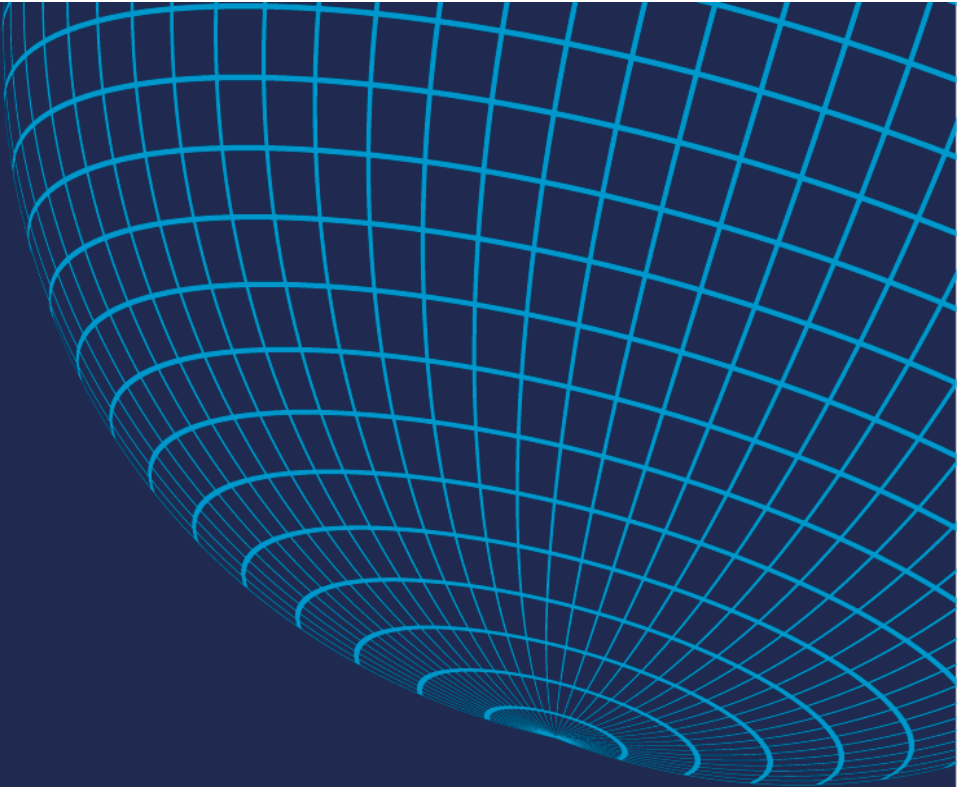




Proposta da

Administração e Manual para Participação de Acionistas

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

29 de abril de 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Marfrig Global Foods S.A., em conformidade com suas políticas de governança corporativa e respeitando a transparência para com seus investidores, convida os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico.

A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é de extrema importância, sendo a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nos termos da Resolução CVM nº 81 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta e Manual da Assembleia.

Os assuntos a serem deliberados nesta Assembleia constam das próximas páginas deste documento que contempla propostas da Administração e orientações gerais para participação nas Assembleias, bem como no Edital de Convocação. Os documentos pertinentes a tais deliberações encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, em nosso site de Relações com Investidores (ri.marfrig.com.br), no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Esperamos que esta Proposta e Manual possam contribuir para uma efetiva participação dos senhores acionistas.

Cordialmente,

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

SUMÁRIO

Data, Horário, Local e Esclarecimentos Preliminares.....	04
Proposta da Administração.....	05
Manual para Participação na Assembleia Geral	16
Disponibilização de Documentos	21
Anexo I - Modelo de Procuração sem Orientação de Voto	22
Anexo II - Modelo de Procuração com Orientação de Voto	23
Anexo III - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 02 do Formulário de Referência, conforme exigência da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22.....	26
Anexo IV – Informações dos Candidatos a membros do Conselho Fiscal, integrantes da chapa proposta pela Administração, itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.....	78
Anexo V – Remuneração dos Administradores, item 08 do Formulário de Referência previsto.....	100
Anexo VI – Cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas e o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações.....	137
Anexo VII – Proposta do Estatuto Social Consolidado.....	139

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

- **Data, Horário e Local:**

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi convocada para realizar-se:

Dia: 29 de abril de 2024.

Horário: 10 horas.

Local: Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- **Edital de Convocação:**

O Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será publicado conforme segue: por 3 vezes nas edições impressa e eletrônica de 28 de março, 1º e 02 de abril de 2024 do **Jornal Valor Econômico**.

- **Esclarecimentos Preliminares:**

Informamos que, para a instalação da Assembleia Geral Ordinária será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, de acordo com o Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações – nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), enquanto para a instalação da Assembleia Geral Extraordinária, será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, de acordo com o Artigo 135 da Lei das S.A. Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia Geral em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A participação na Assembleia poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. Para facilitar a participação, a Companhia disponibiliza, ao final deste documento, dois modelos de instrumento de mandato. Ainda com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta da Administração.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024.

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social anterior, a Companhia deve realizar uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, para este exercício, a eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Ainda, nos termos da Lei das S.A., a Companhia deve realizar uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas para deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam objeto de Assembleia Geral Ordinária.

Desta forma, a Marfrig Global Foods S.A. vem, por meio deste, submeter à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h, a Proposta da Administração (“Proposta”) a seguir descrita:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de março de 2024, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, encontram-se disponibilizados na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O Conselho Fiscal emitiu parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão adequadamente apresentadas e em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia quando da Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas e orientações, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

A Grant Thornton Auditores Independentes examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu relatório, sem modificações, concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia: **a)** Relatório da Administração; **b)** Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **c)** Relatório dos Auditores Independentes; **d)** Parecer do Conselho Fiscal; **e)** Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; **f)** Relatório Anual Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário; **g)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme exigência do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22 (**Anexo III**); e **h)** Formulário DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas.

2. Eleição dos membros para compor o Conselho Fiscal.

O atual Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A. foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2023, com mandato de um ano, encerrando-se nesta Assembleia Geral Ordinária de 2024. Conforme Artigo 27º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador independente da Diretoria e do Conselho de Administração, que busca, por intermédio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização. Pode servir como instrumento legal de implementação de uma política ativa de boas práticas de governança corporativa direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da companhia.

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição/recondução dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal da Companhia:

Candidatos Efetivos:

Ricardo Florence dos Santos

O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 69 anos, atua como membro do Conselho Fiscal da Marfrig desde 2020, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023).

José Luiz de Souza Gurgel

José Luiz de Souza Gurgel, 57 anos de idade, é conselheiro fiscal certificado pelo IBGC e conta com 35 (trinta e cinco) anos de experiência como auditor independente e/ou consultor em contabilidade e finanças. É membro do Conselho Fiscal da MARFRIG, função

que exerce desde 2022. Desde 2022 preside o Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil – INB, bem como, é membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da mesma Empresa, ambos colegiados, atuando como órgão de assessoria ao Conselho de Administração. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, foi membro do Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto). Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Entre 2004 e 2008, foi sócio líder do escritório da BDO do Rio de Janeiro. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Participou de trabalhos de auditoria em processos de reorganização societária (aquisições, fusões, cisões e incorporações), processos de abertura de capital e de emissão de dívidas. Foi Professor (sem vínculo) de contabilidade e de auditoria em cursos corporativos. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ. Graduado em Economia pela UERJ; e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade. É pós graduado em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Em 2019, concluiu o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017.

Tiago Medeiros Garcia

O Sr. Tiago Medeiros Garcia, 41 anos, atua como sócio no Benício Advogados Associados, cujo foco principal é a recuperação de tributos. Lidera uma equipe de 22 pessoas que desenvolve os projetos em diversos clientes nacionais e multinacionais, proporcionando todo o suporte técnico e da legislação tributária, bem como a coordenação da área. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto e com Pós-Graduação em Gestão Tributária pela FECAP, participou ainda de cursos de Contabilidade Básica; SPED Fiscal e EFD Contribuições; ICMS -Substituição Tributária; Apuração do Imposto de Renda (Lucro Real); PIS/COFINS – Não cumulativo e cumulativo. Atuou ainda como Supervisor Fiscal entre 2009 e 2013 no Benício Advogados Associados, anteriormente no período entre 2008 e 2009 como analista tributário senior no Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados e de 2003 a 2008 como analista tributário no Marcondes Advogados Associados.

Candidatos Suplentes:

Eduardo Medeiros da Silva

O Sr. Eduardo Medeiros da Silva, 56 anos, é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob o nº 143.476, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui também formação em Comércio Exterior pela UNINTER com pós-graduação *Lato Sensu* em Práticas ESG pelo IBMEC. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de empresas fabricantes de brinquedos e advocacia empresarial.

Ely Carlos Perez

O Sr. Ely Carlos Perez, 53 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área consultoria de Contabilidade Fiscal e Financeira, sendo os últimos 24 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerenciais (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema atendendo a área fiscal, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A.

Marcílio José da Silva

O Sr. Marcílio José da Silva, 60 anos, é contador formado pela FACEC Candido Rondon – Cuiabá – MT, tendo ocupado cargos na área de contabilidade em Frigoríficos, a exemplo dos Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (entre 1996-2000)” e “Frigorífico Tangará Ltda.” (entre 2000-2003). É consultor em contabilidade e foi membro titular do Conselho Fiscal da Companhia de abril de 2010 a abril de 2014.

Indicação de Candidatos ao Conselho Fiscal por acionistas minoritários – Eleição em Separado

O artigo 161, §4º da lei das S.A. dita que os acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto, terão direito de eleger em separado um membro do Conselho Fiscal. A Companhia, conforme requisitos exigidos pela Resolução CVM nº 81/22, recebeu do acionista Fundo de Investimento Jaburá Ações (CNPJ nº 07.670.184/0001-46) as seguintes indicações de candidatos a membro titular e suplente para participar do processo de eleição em separado do Conselho Fiscal.

Candidato a membro titular por acionistas minoritários: Axel Erhard Brod: O Sr. Axel

Erhard Brod, 66 anos, é membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universität des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. É membro do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Mahle Metal Leve S.A., Metalúrgica Gerdau S.A., Santos Brasil S.A. e A.W. Faber Castell S.A. De 1999 a 2010 atuou no Grupo MAHLE exercendo diversas funções, entre as quais em equipes de gestão no Grupo MAHLE global; como membro e Presidente de diversos conselhos de administração em “joint ventures” e empresas do Grupo; e na MAHLE Metal Leve S.A. como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores entre 1999 a 2010, sendo que de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. De 1990 a 1998 exerceu funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços, tendo atuado como Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo na América do Sul. De 1984 a 1989 atuou na KPMG Auditores Independentes como gerente de auditoria da German Desk da filial no Rio de Janeiro.

Candidato a membro suplente por acionistas minoritários: Christiano Ernesto Burmeister: O Sr. Christiano Ernesto Burmeister, 76 anos, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2014. É Graduado em Administração de Empresas (1975) e em Engenharia Eletrônica (1971) pela Universidade Mackenzie. Atua como consultor autônomo de Governança Corporativa e de Gestão Corporativa. Atuou na BASF S.A. de 1975 a 2003, ocupando diversos cargos nesse período, sendo sua última posição a de Vice-Presidente da BASF América do Sul. Foi membro dos seguintes órgãos de governança: a) Conselho Fiscal da Associação Beneficente Mahle; b) Conselho Superior da Agricultura da FIESP; c) Conselho Diretor da ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal (1987 a 1989, 1993 a 1997, e 2006 a 2010); d) Conselho Consultivo do SINDAG – Sindicato Nacional de Defensivos Agrícolas (2006 a 2010) e; e) Conselho da Câmara de Comércio-Indústria Brasil-Alemanha (Janeiro 2005 a Março 2006).

Informações detalhadas sobre os candidatos indicados pelos acionistas minoritários, exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80, constam do **Anexo IV** à presente Proposta.

4. Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2024.

A proposta de remuneração global anual apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$ 54.441.772,67 para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluídos todos os benefícios. Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2024.

Do total de R\$ 54.441.772,67, R\$ 41.486.298,39 referem-se à remuneração da Diretoria Estatutária, R\$ 11.990.624,68 correspondem à remuneração do Conselho de Administração, e os demais R\$ 964.849,60 referem-se à remuneração do Conselho Fiscal. Vide tabela abaixo:

	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração variável	Remuneração em ações	Benefícios	Total da Remuneração
Conselho de Administração	7,00	11.856.062,20	-	-	134.562,48	11.990.624,68
Diretoria Estatutária	4,00	10.325.466,95	27.212.397,06	2.902.644,80	1.045.789,58	41.486.298,39
Conselho Fiscal	6,00	954.424,08	-	-	10.425,52	964.849,60
Total da Remuneração	17,00	23.135.953,23	27.212.397,06	2.902.644,80	1.190.777,58	54.441.772,67

Remuneração Fixa

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é composta de 13 salários ao ano, férias correspondentes e consectários legais. Aos membros do Conselho de Administração é atribuída uma remuneração fixa mensal, uma remuneração fixa mensal adicional àqueles que participam de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa mensal.

Benefícios

O pacote de benefícios oferecido à Diretoria Estatutária inclui assistência médica, seguro de vida, tíquete refeição, tíquete combustível, uso de telefone celular e demais benefícios legais. Aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é oferecido seguro de vida.

Remuneração Variável de Curto Prazo

No que se refere à remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) as avaliações de desempenho individuais; e (ii) os indicadores de desempenho da Companhia, como o EBITDA, obtido através da receita líquida da Companhia.

Incentivos de Longo Prazo

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2009 direcionado aos executivos e colaboradores em posição de comando.

As concessões são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia e desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas em 4 anos consecutivos, à proporção de 25% ao ano, a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os termos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e respectivos Contratos de Outorga.

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de incentivos de longo prazo ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável e/ ou incentivos de longo prazo ao Conselho no exercício de 2023 e não será concedida para o exercício de 2024. Todos os pacotes de remuneração oferecidos encontram-se alinhados aos padrões de mercado para o desempenho de funções semelhantes.

Outorga Direta de Ações como Parte do Pagamento a Administradores:

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CVM nº 77, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 30 de abril de 2024. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A proposta de remuneração dos administradores para 2024 não leva em consideração os encargos sociais de ônus do empregador, conforme entendimento manifestado pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº 19957.007457/2018-10.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80 constam no **Anexo V** à presente Proposta.

5. Informação sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos.

Nos termos da Lei das S.A. e Artigos 29º e 30º do Estatuto Social da companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; **(ii)** pagamento de dividendo obrigatório em percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício e; **(iii)** constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Considerando os prejuízos verificados no exercício não haverá destinação de resultados, razão pela qual não será apresentado o Anexo A da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81 de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”). Os prejuízos apurados, por sua vez, foram integralmente absorvidos pelas reservas de lucros em estrito respeito ao que dita o Parágrafo Único do artigo 189 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A”).

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas cópias de todos os documentos relacionados às deliberações constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.marfrig.com.br), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas em minuta com marcas de revisão nesta Proposta da Administração (**Anexo VI**):

1. Alterar o caput do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, em razão da inclusão das seguintes atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia: a) cria, cria e engorda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bubalinos em pé, em estabelecimento próprio e de terceiros; b) importação e exportação de produtos correlacionados com o objeto da atividade agropecuária, além de embriões e outros; c) o fornecimento de mão-de-obra efetiva junto a outras empresas; d) a prestação de serviço para terceiros de criação, trato, manejo,

engorda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, e bubalinos em pé; e) testes e análises técnicas, f) fabricação de produtos farmoquímicos de origem animal; g) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; h) exploração de atividade agropecuária e florestal; e i) serviços de restauração ecológica. O citado artigo passaria a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (ii) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (iii) compra e venda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (iv) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (v) exploração de atividade agropecuária e florestal; (vi) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (vii) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (viii) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (ix) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (x) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (xi) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; e (xii) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais; (xiii) cria, cria e engorda de bovinos, equinos, supinos, caprinos, ovinos, aves e bubalinos em pé, em estabelecimento próprio e de terceiros; (xiv) importação e exportação de produtos correlacionados com o objeto da atividade agropecuária, além de embriões e outros; (xv) o fornecimento de mão-de-obra efetiva junto a outras empresas; (xvi) a prestação de serviço para terceiros de criação, trato, manejo, engorda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, e bubalinos em pé; (xvii) testes e análises técnicas; (xviii) fabricação de produtos farmoquímicos de origem animal; (xix) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; e (xx) serviços de restauração ecológica.”

1.1. A deliberação constante deste item da ordem do dia trata de aprovação de ajustes da redação do objeto social do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de proporcionar maior clareza em sua redação, não alterando as atividades da Companhia e, consequentemente, inexistindo direito de recesso.

2. Promover a atualização da expressão monetária do capital social e do número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberações de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, e cancelamento, efetivadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas nas datas de 10 de agosto de 2021, 11 de agosto de 2022, 14 de agosto, 29 de setembro e 21 de novembro de 2023, passando o artigo 5º a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.491.577.961,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 932.000.000 (novecentas e trinta e duas milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

3. Alterar o caput do artigo 6º do Estatuto Social para o aumento do limite do capital autorizado de 1.260.000.000 (um bilhão, duzentas e sessenta milhões) de ações ordinárias, para 2.000.000.000 (duas bilhões) de ações ordinárias, sendo este o montante que a Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária:

“Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 2.000.000.000 (duas bilhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia.”

4. Deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas, nos termos do Anexo VII.

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Com o propósito de participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente até às 18h (dezoito horas) do dia 22 de abril de 2024, os documentos listados abaixo, que deverão ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81.

Acionistas Pessoas Físicas

- Documento de identificação com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Acionistas Pessoas Jurídicas

- Cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Obs.: Para os fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do administrador, os documentos societários que comprovem os poderes de representação, além de documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Acionistas Representados por Procuração

- Além dos documentos indicados acima, procuração válida com firma reconhecida, que deverá ter sido outorgada para um procurador que seja acionista, administrador da companhia ou advogado;
- Documento de identificação do procurador com foto.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários. A documentação societária, contudo, deverá comprovar os poderes dos representantes legais que outorgam a procuração em nome da pessoa jurídica.

Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros com a ressalva de que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notariados e consularizados.

Credenciamento

No caso de outorga de procurações por meio físico, os documentos referidos podem ser entregues na sede da Companhia até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 08 de abril de 2024.

Os documentos devem ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Pedidos públicos de Procuração

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração, nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Resolução CVM 81, especialmente em seu Anexo Q, e entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º

andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Nos termos da regulamentação em vigor, Companhia atenderá ao pedido público de procuração formulado pelos acionistas em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do referido pedido, dando o mesmo destaque que os demais documentos disponibilizados pela Companhia relativos a esta Assembleia Geral. A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Nos termos da Resolução CVM nº 81, e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia: (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (ii) por boletim de voto à distância enviado diretamente à Companhia por qualquer acionista, cujos modelos foram disponibilizados, separadamente, no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.marfrig.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Ressalvada a exceção prevista na Resolução CVM 81, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral portando os documentos exigidos conforme acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da Companhia. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da Resolução CVM nº 81, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias de antecedência contados da data da realização da Assembleia, ou seja, até 22/04/2024, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81, a Central Depositária da Companhia, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- (i) via física do boletim cujos modelos foram disponibilizados, separadamente, no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.marfrig.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@marfrig.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos, até o dia 22/04/2024 (inclusive), para a Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM nº 81, conforme alterada.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 22/04/2024 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Estão disponíveis, na sede da Companhia, localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, no site de Relações com Investidores da Marfrig Global Foods S.A. (ri.marfrig.com.br), bem como no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) os seguintes documentos relativos às matérias a serem deliberadas na referida Assembleia:

(I) Edital de Convocação;

(II) Relatório da Administração;

(III) Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;

(IV) Proposta da Administração que contempla: **a)** Modelo de Procuração sem orientação de voto – **Anexo I** ao presente Manual; **b)** Modelo de Procuração com orientação de voto – **Anexo II** ao presente Manual; **c)** Manual para Participação na Assembleia; **d)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia; **e)** Informações sobre os candidatos para compor o Conselho Fiscal; **f)** Proposta de remuneração global dos membros da Administração para o exercício de 2024; **g)** Cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas; e **h)** Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

ANEXO I

MODELO DE PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **sem orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av. [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h, Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000., podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, as matérias constantes da Ordem do Dia da citada Assembleia, enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2024]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **com orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h, na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 2. Eleger os membros para compor o Conselho Fiscal.**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 3. Fixar a Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2024.**

A favor [] Contra [] Abstenção []

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- 1. Aprovar a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, em razão da inclusão das seguintes atividades complementares relacionadas ao objeto social**

da Companhia: a) cria, cria e engorda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bubalinos em pé, em estabelecimento próprio e de terceiros; b) importação e exportação de produtos correlacionados com o objeto da atividade agropecuária, além de embriões e outros; c) o fornecimento de mão-de-obra efetiva junto a outras empresas; d) a prestação de serviço para terceiros de criação, trato, manejo, engorda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, e bubalinos em pé; e) testes e análises técnicas, f) fabricação de produtos farmoquímicos de origem animal; g) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; h) exploração de atividade agropecuária e florestal; e i) serviços de restauração ecológica.

A favor [] Contra [] Abstenção []

2. Promover a atualização da expressão monetária do capital social e do número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberações de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado e cancelamento de ações, efetivadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas nas datas de 10 de agosto de 2021, 11 de agosto de 2022, 14 de agosto, 29 de setembro e 21 de novembro de 2023.

A favor [] Contra [] Abstenção []

3. Alterar o caput do artigo 6º do Estatuto Social para o aumento do limite do capital autorizado de 1.260.000.000 (um bilhão, duzentas e sessenta milhões) de ações ordinárias, para 2.000.000.000 (duas bilhões) de ações ordinárias, sendo este o montante que a Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária.

A favor [] Contra [] Abstenção []

4. Promover a Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas.

A favor [] Contra [] Abstenção []

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2024]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO III

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

ITEM 02 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas das operações continuadas da Companhia.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação dos diretores da Companhia, a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia reflete o comprometimento com a melhoria de sua estrutura de capital, bem como a busca por um melhor desempenho de nossas atividades.

O direcionamento estratégico da Companhia é pautado no processamento de proteínas, produtos de maior valor agregado e com marca, com uma estrutura de capital adequada, com alavancagem controlada e de menor despesa financeira, sempre atuando de forma sustentável, na geração de valor para todos os nossos *stakeholders*, cadeia pecuária, para as comunidades onde temos presença, para nossos investidores.

Destacamos os principais eventos de 2023:

(i) Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

(ii) Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A..

Os Ativos objetos da transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação; e

(iii) Em 29 de setembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite autorizado previamente em reunião realizada pelo Conselho de Administração no dia 14 de agosto de 2023, em razão da verificação da subscrição e integralização de 300.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia (“Ações”), ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, no montante total de R\$ 2.163.000.000.

Os demais eventos que ocorreram no exercício de 2023 estão detalhados no item 2.4(b) deste formulário de referência.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	3,65x	2,64x
Índice de liquidez corrente (3)	1,24x	1,25x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	69	69
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	85,4%	79,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	34,2%	37,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	65,8%	62,8%

(1) Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(2) Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

(3) Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 34,2% denominado em Reais e 65,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,30% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 3,65x em 31 de dezembro de 2023, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,24x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 21.878,4 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 14,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 85,4% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 37,2% denominado em Reais e 62,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,48% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,64x em 31 de dezembro de 2022, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,25x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 22.492,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 20,9% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 79,1% os vencimentos do longo prazo.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados. Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante):

- Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,0% de capital próprio e 81,0% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,4% de capital próprio e 80,6% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia prosseguiu com aquisições de ações da BRF, aumentando sua participação de 33,27% para 50,06%, passando a deter o total de 842.165.702 ações.

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social em 300.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, no montante total de R\$ 2.163.000.000.

Em 1º de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e consequentemente controle sobre as operações da controlada BRF.

Essas movimentações alteraram a estrutura de capital próprio e de capital de terceiros durante o ano de 2023 e 2022, e estão detalhadas nas notas 5.12 e 13.2.6 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e nas notas 13.2.6 e 26.1. das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	21.878.356	22.492.533
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela circulante	7.509.414	12.813.280
Indicador de liquidez modificado	2,91	1,76

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a capacidade de pagamento da Companhia frente aos seus compromissos financeiros é considerada confortável levando-se em consideração suas disponibilidades, seu perfil do endividamento que possui e sua expectativa de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, do total do endividamento bruto, apenas 14,6% tinham vencimento no curto prazo enquanto 85,4% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$21.878,4 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 2,91x.

Em 31 de dezembro de 2022, do total do endividamento bruto, apenas 20,9% tinham vencimento no curto prazo enquanto 79,1% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$22.492,5 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,76x.

Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores entendem que no último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissão de dívida (*bonds* e debêntures); (iv) oferta subsequente de ações primárias (*Follow-on* ou aumento privado de capital).

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes, e (iii) redução do endividamento e das taxas de juros a eles atreladas.

Os Diretores acreditam que essas fontes de financiamento estão adequadas ao perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha R\$ 21.878,4 milhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, em comparação com R\$ 7.509,4 milhões em dívida de curto prazo. Considerando o perfil de dívida da Companhia e sua capacidade histórica de levantar capital e gerar caixa em dólares americanos e reais, a Companhia espera poder pagar suas dívidas, usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívida e patrimônio e condições de pagamento estendidas aos seus fornecedores.

A Companhia acredita que o foco em seu negócio principal, juntamente com os investimentos que planejam fazer nos próximos anos, permitirá um aumento na geração de caixa. Isso, por sua vez, pode aumentar gradualmente a capacidade da Companhia de pagar suas obrigações financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, descrito por modalidade, com as taxas médias ponderadas e os prazos médios ponderados de vencimento:

Linha de crédito	Encargos (%a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Em 31 de dezembro de	
				2023	2022
				(R\$ mil)	(R\$ mil)
MOEDA NACIONAL:					
NCE / Capital de Giro	CDI / Pré-Fixado	12,93%	2,68	2.361.124	4.692.869
CPR / CCB	CDI	13,54%	1,72	3.805.840	6.079.882
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI / IPCA	12,24%	5,31	4.971.440	6.184.481
Incentivos fiscais	Pré-Fixado	2,40%	-	6.604	5.286
Debêntures	CDI / IPCA	10,80%	5,72	6.486.619	5.768.475
Total moeda nacional		12,08%		17.631.627	22.730.993
MOEDA ESTRANGEIRA:					
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	Taxa Fixa + Sofr / Pré Fixado + V.C	7,00%	3,33	6.003.525	5.218.815
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C / Pré-Fixado	5,32%	8,80	18.891.545	24.788.824
Empréstimo bancário (US\$)	Taxa Fixa + Libor / Sofr + V.C	7,08%	2,17	5.667.881	6.263.450
Linha de crédito rotativo - revolving	Taxa Fixa + Libor	7,17%	4,73	2.452.259	1.656.705
Capital de giro	Pré-Fixado / Taxa Flutuante / Eibor	15,68%	1,84	938.755	514.004
Total moeda estrangeira		6,33%		33.953.965	38.441.798
Total de empréstimos, financiamento e debêntures		8,30%		51.585.592	61.172.791
Passivo circulante				7.509.414	12.813.280
Passivo não circulante				44.076.178	48.359.511

Os Diretores da Companhia entendem que as modalidades abaixo expressam os empréstimos e financiamentos mais relevantes.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores e em vigor em 31 de dezembro de 2023:

Nota de crédito à exportação – NCE/Capital de Giro

A Companhia emitiu notas de crédito à exportação que visa fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinados à exportação. As notas acumulam uma média de juros anual na taxa de 12,93%.

Cédula de Crédito – CPR & CCB

A Companhia celebrou contratos de Cédula de Crédito entre Crédito de Produtor Rural (CPR) e Cédula de Crédito Bancário (CCB), essas células possuem vencimentos que variam de 1 a 5 anos, e estão em linha com a estratégia de alongamento do prazo médio da dívida. Os contratos acumulam juros a uma taxa anual média de 13,54% a.a.

Debêntures Não Conversíveis - CRA

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), no valor total de R\$ 1.200,0 milhões, emitidas para colocação privada, com vencimento da primeira emissão em 15 de julho de 2028 e a segunda emissão em 15 de julho de 2031, sendo a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 20 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.500,0 milhões e foram emitidas 1.500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou também a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão é de R\$ 500,0 milhões e foram emitidas 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 10 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação pública. O valor total de tal emissão é de R\$ 750,0 milhões e foram emitidas 750.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 17 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.000,0 milhões e foram emitidas 1.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 13 de julho de 2023, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada. No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 273ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.125.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio, CRA, representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de *bookbuilding* foi concluído pelos Coordenadores em 07 de agosto de 2023.

Em 06 de novembro de 2023, por meio de RCA foi aprovada a 14ª escritura para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante de R\$ 500 milhões com prazo total de 5 anos. Os recursos serão usados para recomprar e cancelar dívidas vincendas.

Debêntures

Foram subscritas pela controlada BRF em 30 de abril de 2019, 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$ 750,0 milhões, sendo emitidas em 3 séries. As

Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A 1ª série teve um montante de R\$ 70,0 milhões remunerado a CDI+0,80% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2022. A 2ª série tem um montante de R\$ 411,7 milhões remunerado a IPCA+5,50% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026. A 4ª série tem um montante de R\$ 268,3 milhões remunerado a CDI+1,45% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026.

Em 14 de julho de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da controlada da BRF, a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2 (duas) séries, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 46ª (quadragésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 14 de julho de 2020, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 2.200.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 2.200,0 milhões. A 1ª série tem um montante de R\$ 705,0 milhões remunerado a IPCA+5,30% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2027. A 2ª série tem um montante de R\$1.495,0 milhões remunerado a IPCA+5,60% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2028, 2029 e 2030.

Em 28 de Maio de 2021, foi aprovada a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª (sexagésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 02 de junho de 2021, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 1.000,0 milhões.

Em 13 de julho de 2022, foram subscritas pela securitizadora, na controlada BRF, no âmbito da colocação privada, 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e compostas por 2 (duas) séries, totalizando o montante de R\$ 1.700,0 milhões. A primeira série é composta por 710.000 (setecentos e dez mil) debêntures, com vencimento em 13 de julho de 2027 e indexadas ao DI. A segunda série é composta por 990.000 (novecentos e noventa mil) debêntures com vencimento em 13 de julho de 2032 e indexadas ao IPCA.

Linha de crédito rotativo – revolving

Em 14 de setembro de 2023, a National Beef celebrou a do contrato de crédito com a Cobank ACB, com a finalidade de concessão de linha de crédito rotativo reduzida em um valor principal agregado de US\$ 510,0 milhões, com taxa de juros 7,17% a.a., com data de vencimento em 14 de setembro de 2028.

Em 21 de novembro de 2023, a Companhia concluiu, através de sua subsidiária National Beef Packers, o processo de aumento de limite e alongamento de prazo da “Revolving Credit Facility RCF” disponível. Agora, a linha tem montante total de US\$ 1.125 bilhões e seu vencimento passou de 2026 para 2028. Participam da operação o “Farm Credit System” e mais seis bancos internacionais.

Visando manter uma posição prudencial e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a controlada BRF contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R\$1.500.000, com vencimento em três anos, sendo renovada para mais dois anos na data de 26 de outubro de 2022. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2023 as linhas estavam disponíveis, porém não utilizadas.

Contrato de Financiamento de Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)

A Companhia celebrou Contratos de Financiamentos de Pré-Exportação, esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinada à exportação.

Em 13 de novembro de 2023, a Companhia contratou junto a um sindicato de bancos um empréstimo na modalidade “PPE” - “*Export Prepayment Credit Agreement*” no montante de US\$ 535 milhões com um prazo total de 5 anos.

Senior Notes 2026 – NBM US Holdings

A décima segunda operação, foi concluída em 14 de maio de 2019, e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. emitiu US\$ 1.000,0 milhões em valor principal agregado de Senior Notes com vencimento em 14 de maio de 2026 (“2026 Notes”). As notas foram emitidas para financiar ofertas de leilão para as Senior Notes de 2021 e 2023 e pagar taxas e despesas associadas a essas transações, com os recursos líquidos restantes para pagar outras dívidas pendentes (incluindo, entre outras, recompras no mercado aberto de algumas das dívidas pendentes da Companhia). As notas foram oferecidas aos QIBs nos Estados Unidos, com base na isenção de registro fornecida pela Rule 144-A e a certas pessoas não-americanas em transações offshore, com base no Regulation S. As notas rendem juros de 7% ao ano com taxas semestrais devidas em 14 de maio e 14 de novembro de cada ano, com início em 14 de novembro de 2019. As notas são garantidas incondicional e irrevogavelmente pela Marfrig, MARB, Marfrig Holdings e Marfrig Overseas. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 15 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 42 milhões do principal.

Senior Notes 2026 – BRF

Em 29 de setembro de 2016, a Controlada BRF, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de Senior Notes de 10 (dez) anos, no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (yield to maturity de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017. Em 14 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 718,0 mil, sendo o prêmio pago US\$ 28,0 mil (equivalente a R\$ 151,0 mil), líquido de juros. Em 20 de setembro de 2023, a controlada BRF efetuou recompras de Senior Notes 4,350% com vencimento em 2026. Efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 984.886 pela recompra destes passivos, valor que inclui principal, juros, prêmio e impostos (valor principal agregado de US\$ 200 milhões). Ainda, nesta data, todas as *Senior Notes* com vencimento em 2024 foram resgatadas por 100% (cem por cento) do seu valor agregado de principal de US\$ 295 milhões acrescido dos juros acumulados e não pagos, efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 1.521.887.

Senior Notes 2029 – NBM US Holdings

A décima terceira operação, denominada Sustainable Transition Bond, foi concluída em julho de 2019 e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. de US\$ 500,0 milhões de *Sênior Notes*, com cupom de 6,625% a.a. e pagamento semestral de juros, com vencimento principal em 10 anos (agosto/2029), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BB- pela Standard & Poors (“S&P”) e BB- pela Fitch Ratings.

Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited e Marfrig Holdings (Europe) B.V. Os recursos captados com a emissão serão investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 13 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 11 milhões do principal.

Senior Notes 2030 – BRF

Em 24 de setembro de 2019, a Controlada BRF concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US\$ 750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, havia US\$ 750,0 milhões (equivalente a R\$ 3.897,5 milhões) de principal em aberto desses títulos. Em 2 de junho de 2021, foi iniciada a oferta de recompra das 4,875% Senior Notes (“Oferta de Recompra”) e, em 30 de junho de 2021, a Companhia divulgou o encerramento e o resultado da Oferta de Recompra das 4,875% Senior Notes.

A Oferta de Recompra não estava condicionada à recompra de qualquer valor de principal mínimo das 4,875% Senior Notes, mas a obrigação da Companhia de completar a Oferta de Recompra foi condicionada ao montante total de recompra não excedente a US\$ 180,0 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos). Foi pago o montante de principal de US\$ 59,4 (equivalentes a R\$ 297,1 milhões). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 102,3 milhões (equivalentes a R\$ 537,9 milhões).

Senior Notes 2031 – Marb

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu uma oferta no exterior de bônus (*bonds*), no valor total de US\$ 1.500,0 milhões. A emissão teve demanda 4,5 vezes superior à oferta. Os *bonds* com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 3,95% a.a., menor valor histórico da Companhia. A operação recebeu classificação de risco em moeda estrangeira de “BB-” pela *Standard & Poors* (“S&P”) e “BB” pela Fitch Ratings. A operação tem como garantidoras a Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

A emissão faz parte do processo de *Liability Management*, cujo objetivo é o de alongar o perfil e reduzir o custo da estrutura de capital da Companhia foi utilizada no processo de *Tender Offer* das *Senior Notes*, com remuneração de 7% a.a. e vencimento em 2024 e *Senior Notes*, com remuneração de 6,875% a.a. e vencimento em 2025. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 24 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 28 milhões do principal.

Senior Notes 2050 – BRF

Em 21 de setembro de 2020, a Controlada BRF concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, foi feita uma captação adicional de US\$ 300,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano.). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 128,8 milhões (equivalentes a R\$ 676,9 milhões).

Empréstimo Bancário (US\$)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 5.667,9 milhões de empréstimo bancário em dólar americano, a uma taxa média de 7,08% a.a., esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Contratos de financiamento firmados com os compradores ou suas afiliadas

Na data deste formulário de referência, e exceto pelas facilidades de capital de giro celebradas no curso normal dos negócios da Companhia e conforme divulgado acima, a Companhia não tem outros contratos de financiamento celebrados com os compradores iniciais ou suas afiliadas.

Cronograma consolidado de vencimento do endividamento em todas as moedas:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
2023	-	12.813.280
2024	7.509.414	6.694.216
2025	7.114.288	5.788.310
2026	11.385.522	10.303.766
2027	4.159.849	3.619.778
2028 em diante	21.416.519	21.953.441
Total	51.585.592	61.172.791

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores confirmam que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não em decorrência dos financiamentos, empréstimos e garantias acima descritos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece ainda que, no último exercício social, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores entendem que as principais restrições impostas à Companhia em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário estão descritas a seguir.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas nos contratos de dívida que evidenciam ou governam seu endividamento pendente, tais como, limitações à assunção de novas dívidas, gravames, pagamentos e investimentos restritos, dentre outras cláusulas restritivas que são padrão nos tipos de instrumentos de dívida celebrados, incluindo o seguinte:

- Não incorrer em nenhum novo endividamento (conforme definido em tais contratos) que, na data de tal ocorrência, considerando seu efeito *proforma*, levaria a relação dívida líquida/EBITDA (conforme definida em tais contratos) a ser superior a 4,75 ou, no caso de financiamentos bancários, manter uma relação dívida líquida financeira/EBITDA (conforme definido em tais contratos), que não exceda 4,75.
- Não restringir a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de: (i) pagar dividendos/outras distribuições entre grupos, (ii) incorrer ou pagar dívidas/adiantamentos entre empresas, ou (iii) transferir propriedades ou ativos entre eles.
- Não vender quaisquer ativos, a menos que: (i) a venda do ativo seja pelo valor justo de mercado; (ii) pelo menos 75% da contraprestação consista em dinheiro ou ativos/propriedades relacionados aos negócios da Companhia; e (iii) dentro de 360 dias após a recebimento de tais recursos, eles sejam usados para pagamento de dívidas ou aquisição de ativos adicionais em negócios relacionados aos negócios da Companhia.
- Não emitir, vender ou transferir ações ordinárias de subsidiárias, exceto se para a própria Companhia ou suas subsidiárias ou em conformidade com as cláusulas que previam limitação na venda de ativos ou limitação de pagamentos restritos.

Além disso, certos contratos contêm cláusulas de *cross default*, em caso de inadimplência da Companhia ou de suas subsidiárias. A Companhia continua a pagar suas dívidas e efetuar pagamentos programados de principal e juros.

Limites de endividamento

A Companhia possui determinados contratos de empréstimos e financiamentos que registram cláusulas de manutenção de seu nível de endividamento consolidado, por meio de *covenants*.

Estes *covenants* tratam da relação entre a Dívida Líquida e o LAJIDA (EBITDA) dos últimos doze meses da Companhia (LTM), e possuem limite de 4,75x. O não cumprimento dos mesmos pode implicar em solicitação por parte dos credores, no vencimento antecipado da dívida da Companhia.

Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado – últimos doze meses), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado), ficou em 3,65x.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de
	2023
Dívida bruta consolidada	56.502.301
(-) Disponibilidade consolidada	21.972.274
(-) Efeito de variação cambial (<i>carve-out</i>)	584.438
Dívida líquida Consolidada Ajustada	33.945.589
LAJID Aj. do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	9.295.493
Indicador de alavancagem para <i>covenants</i> financeiros	3,65

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023.

Restrição à alienação de ativos

Existem restrições a alienação de ativos que possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no âmbito de certos Adiantamentos a Contratos de Câmbio – ACC.

Restrição à alienação de Controle

Há restrições a alienação de controle da beneficiária dos créditos nos financiamentos provenientes de NCEs, Finame, NPRs, CCBs e alguns ACCs.

(g) Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização de financiamentos já contratados

Os Diretores informam que todos os contratos de financiamento foram liberados integralmente após a respectiva aprovação e formalização com a contraparte credora.

(h) Comentários dos Diretores a respeito de alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nas tabelas abaixo, “AH” e “AV” constantes das colunas significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022.

ATIVO	31-dez-23	AV	31-dez-22	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.460.212	4,9%	6.403.788	4,7%	0,9%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	15.418.144	11,8%	16.088.745	11,8%	-4,2%
Valores a receber de clientes	7.213.646	5,5%	6.727.128	4,9%	7,2%
Estoques	10.113.118	7,7%	12.852.085	9,4%	-21,3%
Ativos biológicos	2.756.684	2,1%	3.200.633	2,4%	-13,9%
Tributos a recuperar	2.920.641	2,2%	3.261.989	2,4%	-10,5%
Despesas do exercício seguinte	302.499	0,2%	225.475	0,2%	34,2%
Títulos a receber	96.770	0,1%	60.977	0,0%	58,7%
Adiantamentos a fornecedores	913.428	0,7%	1.172.394	0,9%	-22,1%
Instrumentos financeiros derivativos	126.921	0,1%	131.127	0,1%	-3,2%
Caixa Restrito	13.814	0,0%	-	0,0%	100,0%
Dividendos a Receber	851	0,0%	-	0,0%	100,0%
Outros valores a receber	664.869	0,5%	473.737	0,3%	40,3%
	47.001.597	35,9%	50.598.078	37,2%	-7,1%
Ativos mantidos para venda	5.099.203	3,9%	-	0,0%	100,0%
Total do Ativo Circulante	52.100.800	39,8%	50.598.078	37,2%	3,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	319.995	0,2%	406.402	0,3%	-21,3%
Valores a receber de clientes	5.897	0,0%	5.307	0,0%	11,1%
Depósitos judiciais	463.528	0,4%	510.392	0,4%	-9,2%
Tributos a recuperar	9.089.563	6,9%	8.922.184	6,6%	1,9%
Títulos a receber	2.130	0,0%	11.692	0,0%	-81,8%
Caixa restrito	72.395	0,1%	89.717	0,1%	-19,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.586.765	2,0%	3.011.971	2,2%	-14,1%
Instrumentos financeiros derivativos	625.851	0,5%	74.118	0,1%	744,4%
Outros valores a receber	229.725	0,2%	352.450	0,3%	-34,8%
Ativos biológicos	1.858.316	1,4%	1.649.133	1,2%	12,7%
Investimentos	654.638	0,5%	701.933	0,5%	-6,7%
Propriedades para investimento	115.165	0,1%	111.329	0,1%	3,4%
Imobilizado	40.646.704	31,0%	46.030.660	33,8%	-11,7%
Direito de uso	3.631.190	2,8%	3.216.533	2,4%	12,9%
Intangível	18.551.974	14,2%	20.412.424	15,0%	-9,1%
Total do Ativo não Circulante	78.853.836	60,2%	85.506.245	62,8%	-7,8%
TOTAL DO ATIVO	130.954.636	100,0%	136.104.323	100,0%	-3,8%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-23	AV	31-dez-22	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					

PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16.706.980	15,8%	18.824.682	17,2%	-11,2%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	1.669.658	1,6%	2.066.326	1,9%	-19,2%
Impostos, taxas e contribuições	763.562	0,7%	673.199	0,6%	13,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.509.414	7,1%	12.813.280	11,7%	-41,4%
Antecipações de clientes	4.614.640	4,4%	2.405.785	2,2%	91,8%
Arrendamentos a pagar	1.080.298	1,0%	819.547	0,7%	31,8%
Títulos a pagar	196.697	0,2%	816.905	0,7%	-75,9%
Provisão para contingências	720.187	0,7%	867.294	0,8%	-17,0%
Instrumentos financeiros derivativos	121.443	0,1%	264.544	0,2%	-54,1%
Dividendos a pagar	810	0,0%	756	0,0%	7,1%
Antecipação por venda de ativo	1.500.000	1,4%	-	0,0%	100,0%
Outras obrigações	729.346	0,7%	868.262	0,8%	-16,0%
	35.613.035	33,6%	40.420.580	36,9%	-11,9%
Passivos relacionados á ativos mantidos para venda	6.557.838	6,2%	-	0,0%	100,0%
Total do Passivo Circulante	42.170.873	39,8%	40.420.580	36,9%	4,3%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.553.512	9,0%	10.719.659	9,8%	-10,9%
Fornecedores	422	0,0%	7.459	0,0%	-94,3%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	454.398	0,4%	456.944	0,4%	-0,6%
Impostos, taxas e contribuições	346.661	0,3%	417.721	0,4%	-17,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.076.178	41,6%	48.359.511	44,1%	-8,9%
Arrendamentos a pagar	3.158.263	3,0%	2.783.551	2,5%	13,5%
Títulos a pagar	63.239	0,1%	117.756	0,1%	-46,3%
Provisão para contingências	5.461.632	5,1%	5.859.743	5,3%	-6,8%
Instrumentos financeiros derivativos	94.247	0,1%	183.068	0,2%	-48,5%
Outras obrigações	685.376	0,6%	328.722	0,3%	108,5%
Total do Passivo não Circulante	63.893.928	60,2%	69.234.134	63,1%	-7,7%
TOTAL DO PASSIVO	106.064.801	81,0%	109.654.714	80,6%	-3,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	10.367.391	7,9%	8.204.391	6,0%	26,4%
Reserva de capital e ações em tesouraria	(515.881)	-0,4%	(2.434.260)	-1,8%	-78,8%
Reserva legal	484.848	0,4%	484.848	0,4%	0,0%
Reserva de incentivo fiscal	229.403	0,2%	517.726	0,4%	-55,7%
Reserva de lucros	2.927.390	2,2%	4.443.963	3,3%	-34,1%
Outros resultados abrangentes	(5.861.827)	-4,5%	(5.646.808)	-4,1%	3,8%
Patrimônio líquido de controladores	7.631.324	5,8%	5.569.860	4,1%	37,0%
Participação de não controladores	17.258.511	13,2%	20.879.749	15,3%	-17,3%
Total do Patrimônio Líquido	24.889.835	19,0%	26.449.609	19,4%	-5,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	130.954.636	100,00%	136.104.323	100,0%	-3,8%

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 52.100,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 50.598,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 3,0%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 39,8% e 37,2% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$ 21.878,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um decréscimo de 2,7% em relação ao montante de R\$ 22.492,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 16,7% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 16,5% em 31 de dezembro de 2022. O aumento é explicado, principalmente, pelos aumentos de capitais realizados pela BRF e pela Companhia além da geração de caixa operacional oriunda das atividades da empresa.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$ 7.213,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um acréscimo de 7,2% em relação ao montante de R\$ 6.727,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 5,5% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 4,9% em 31 de dezembro de 2022. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo é justificado principalmente pelo maior volume de vendas durante o ano.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$ 12.869,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 16.052,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 19,8%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 9,8% e 11,8% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar da Companhia totalizavam R\$ 2.920,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 3.262,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 10,5%. Como percentual do ativo total, os tributos a recuperar representavam 2,2% e 2,4% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 78.853,8 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um decréscimo de 7,8% em relação ao montante de R\$ 85.506,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 60,2% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 62,8% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar totalizavam R\$ 9.089,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 8.922,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 1,9%. Como percentual do ativo total, tributos a recuperar representavam 6,9% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 6,6% em 31 de dezembro de 2022.

Imobilizado e Direito de Uso: O imobilizado e direito de uso totalizavam R\$ 44.277,9 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 49.247,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 10,1%. Como percentual do ativo total, o imobilizado e direito de uso representavam 33,8% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 36,2% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

Intangível: O ativo intangível da Companhia era de R\$ 18.552,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 20.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 9,1%. Como percentual do ativo total, o ativo intangível representava 14,2% e 15,0% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 4,3%, passando para R\$ 42.170,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, em comparação a R\$ 40.420,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 39,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2023 comparado a 36,9% em 31 de dezembro de 2022.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2023, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$ 16.707,0 milhões, o que representa uma redução de 11,2% em relação ao montante de R\$ 18.824,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores totalizavam 15,8% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 17,2% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 7.509,4 milhões, o que representa um decréscimo de 41,4% em relação ao montante de R\$ 12.813,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 7,1% em 31 de dezembro de 2023 e 11,7% em 31 de dezembro de 2022.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 63.893,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representava um decréscimo de 7,7% em relação ao montante de R\$ 69.234,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 60,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2023 comparado a 63,1% em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2023, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam R\$ 9.553,5 milhões, que representou um decréscimo de 10,9% em relação ao montante de R\$ 10.719,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam 9,0% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 9,8% em 31 de dezembro de 2022.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos totalizavam R\$ 44.076,2 milhões, que representou um decréscimo de 8,9% em relação ao montante de R\$ 48.359,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 41,6% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 44,1% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um decréscimo em 5,9%, passando para R\$ 24.889,9 milhões em 31 de dezembro de 2023 ante R\$ 26.449,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. A redução é explicada, principalmente pelo decréscimo na rubrica de reserva de lucros, devido ao resultado negativo do ano e da rubrica outros resultados abrangentes, onde transitam principalmente a variação cambial de parte da dívida em moeda estrangeira. Em contrapartida, houve um aumento do capital social no montante de R\$ 2.163,0.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa das operações continuadas da Companhia, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2023	2022 (reclassificado)	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	12.556,4	7.989,3	57,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.120,4)	(5.873,5)	4,2%
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de financiamentos	(3.911,2)	523,0	-847,8%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 57,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 7.989,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 12.556,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A variação é explicada pela melhora operacional, principalmente nos segmentos América do Sul e BRF.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um acréscimo de 4,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ (5.873,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (6.120,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos apresentou uma redução de 847,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 523,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (3.911,2) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Explicado principalmente pelo aumento de capital realizado na BRF (Follow on) e aumento de capital privado realizado na Marfrig, que somados foram responsáveis pela captação de R\$ 5,7 bilhões e utilizados para redução de dívidas e financiar o capital de giro da Companhia e consequente redução de necessidade de empréstimos bilaterais com bancos ou instituições financeiras.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Conforme destacado no item 2.1, parte da operação da América do Sul foi classificada como operação descontinuada, com isso, a demonstração comparativa de resultado é apresentada considerando que a operação foi descontinuada desde o início do período comparativo, sendo assim incluída a observação “reclassificado” nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2022.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M23	%RL	12M22 (Reclassificado)	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita líquida de vendas	132.218,0	100,0%	125.371,4	100,0%	5,5%	6.846,7
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(118.840,5)	-89,9%	(108.890,3)	-86,9%	9,1%	(9.950,2)
Lucro Bruto	13.377,5	10,1%	16.481,0	13,1%	-18,8%	(3.103,6)
Receitas (despesas) operacionais	(12.316,3)	-9,3%	(7.314,5)	-5,8%	68,4%	(5.001,8)
Comerciais	(10.431,1)	-7,9%	(8.868,8)	-7,1%	17,6%	(1.562,3)
Administrativas e gerais	(1.966,5)	-1,5%	(1.557,4)	-1,2%	26,3%	(409,1)
Resultado com equivalência patrimonial	(63,5)	0,0%	(64,6)	-0,1%	-1,7%	1,1
Outras receitas operacionais	144,8	0,1%	3.176,3	2,5%	-95,4%	(3.031,5)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.061,2	0,8%	9.166,6	7,3%	-88,4%	(8.105,4)
Resultado financeiro	(5.602,4)	-4,2%	(6.174,7)	-4,9%	-9,3%	572,3
Receitas financeiras	11.521,1	8,7%	11.069,9	8,8%	4,1%	451,2
Despesas financeiras	(17.123,5)	-13,0%	(17.244,6)	-13,8%	-0,7%	121,1
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(4.541,2)	-3,4%	2.991,8	2,4%	-251,8%	(7.533,1)
Imposto de renda e contribuição social	1.089,6	0,8%	448,0	0,4%	143,2%	641,6
Imposto de renda e contribuição social corrente	(223,0)	-0,2%	(241,4)	-0,2%	-7,6%	18,4
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.312,6	1,0%	689,4	0,5%	90,4%	623,3
Resultado líquido no exercício das operações continuadas	(3.451,6)	-2,6%	3.439,8	2,7%	-200,3%	(6.891,4)
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	(169,6)	-0,1%	(676,8)	-0,5%	-74,9%	507,2
Resultado líquido no exercício antes das participações	(3.621,2)	-2,7%	2.763,0	2,2%	-231,1%	(6.384,2)
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista controlador - operação continuada	(1.348,4)	-1,0%	4.831,4	3,9%	-127,9%	(6.179,8)
Participação do acionista controlador - operação descontinuada	(169,4)	-0,1%	(665,6)	-0,5%	-74,5%	496,2
Participação do acionista controlador - Total	(1.517,8)	-1,1%	4.165,8	3,3%	-136,4%	(5.683,6)
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista não-controlador – operação continuada	(2.103,2)	-1,6%	(1.391,6)	-1,1%	51,1%	(711,7)
Participação do acionista não-controlador – operação descontinuada	(0,2)	0,0%	(11,3)	0,0%	-98,0%	11,0
Participação do acionista não-controlador - Total	(2.103,4)	-1,6%	(1.402,9)	-1,1%	49,9%	(700,6)
Lucro (Prejuízo) Básico por Ação - Ordinária	(2,3663)		6,4022		-137,0%	(8,8)
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - Ordinária	(2,3663)		6,3976		-137,0%	(8,8)

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 5,5%, passando de R\$ 125.371,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 132.218,0 milhões no mesmo período em 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o incremento é explicado, principalmente pelos maiores preços praticados na Operação

América do Norte e pela contabilização completa dos resultados da BRF, que em 2022 passou a fazer parte do conjunto de informações somente a partir do 2º trimestre.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reclassificado)
Beef América do Norte		
Mercado interno	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul		
Mercado interno	7.363,3	5.870,4
Exportação	11.859,7	16.501,0
Total Beef América do Sul	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF		
Mercado interno	28.955,4	22.922,0
Exportação	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	89.850,4	82.997,8
Exportação	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	132.218,0	125.371,3

Apresentamos abaixo informações sobre as mudanças na receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

Beef América do Norte

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Norte reduziu para R\$ 59.551,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2022 que foi de R\$ 61.373,4 milhões, explicada pelo efeito de tradução cambial.

Quando observada em dólares, a receita de vendas foi de US\$ 11.948 milhões, um crescimento de 0,6% em comparação com 2022. A receita líquida recorde é explicada pelo maior preço médio (+6,7% vs 2022) que compensaram o menor volume de vendas.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 54.206,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 53.531,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Quando comparada em dólar, moeda corrente da operação, a receita líquida no mercado interno foi de US\$ 10.741 milhões, um crescimento de 2,4%, explicado principalmente pelo maior preço médio de vendas.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação nas operações do segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 7.167,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 6.020,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em dólares, a receita líquida de exportações foi de US\$ 1.207 milhões, uma redução de 13% em comparação ao ano anterior, explicado principalmente pelos menores embarques, principalmente para Japão e Coreia do Sul e priorização do mercado doméstico.

Beef América do Sul

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Sul reduziu 14,1%, de R\$ 22.371,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 19.223,0 milhões no mesmo período em 2023. A redução é explicada principalmente pela queda no preço médio de vendas para o mercado externo.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Sul aumentou 25,5%, de R\$ 5.870,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 7.363,3 milhões no mesmo período em 2023.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Beef América do Sul reduziu 28,1%, de R\$ 16.501,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 11.859,7 milhões no mesmo período em 2023.

Aves, Suínos e Industrializados - BRF

Após a combinação de negócios com a BRF S.A a Companhia passou a apresentar o segmento “Aves, Suínos e Industrializados - BRF” a partir do segundo trimestre de 2022, portanto qualquer comparação contra 2023 ficará prejudicada.

A receita líquida de vendas no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 28,4%, de R\$ 41.626,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 53.443,3 milhões no mesmo período em 2023.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 26,3%, de R\$ 22.922,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 28.955,4 milhões no mesmo período em 2023.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 30,9%, de R\$ 18.704,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 24.487,9 milhões no mesmo período em 2023.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 9,1%, de R\$ 108.890,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 118.840,5 milhões no mesmo período em 2023. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022), pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas na Operação América do Sul. Os gastos com matéria prima representaram cerca de 60,8% dos custos totais.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	%	2022 (reclassificado)	%
Mão de obra direta e indireta	10.164,6	8,6%	7.274,1	6,7%
Matérias-primas	72.227,2	60,8%	81.742,0	75,1%
Custos de produção	36.448,7	30,7%	19.874,2	18,3%
Total	118.840,5	100,0%	108.890,3	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 60,8% do custo total dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a 75,1% no mesmo período em 2022.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 18,8% em relação ao mesmo período em 2022, e a margem bruta atingiu 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2023, o lucro bruto do segmento Beef América do Norte foi de R\$ 3.953,8 milhões, uma redução de 54,5% em relação a 2022. Em 2023, quando medido em dólares, o Lucro Bruto da operação América do Norte foi de US\$ 793 milhões, uma redução de 52,9% em relação a 2022. O “cutout ratio” (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 1,70x em 2023 contra 1,86x em 2022, a queda é explicada pelo maior custo de matéria prima, conforme explicado acima, menor volume de vendas e menor preço médio de exportações.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2023 fosse de 6,6%, inferior em 7,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

Em 2023, o Lucro Bruto da operação Beef América do Sul foi de R\$ 2.742,3 milhões, 13,2% maior em relação a 2022. O aumento é explicado pela menor despesa com matéria prima, o que mais do que compensou o menor volume de vendas e menor preço médio de exportação.

Em 2023, o Lucro Bruto da operação Aves, Suínos e Industrializados - BRF foi de R\$ 8.833,7 milhões, 25,8% maior em relação a 2022. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022).

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 12.397,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 18,9% em relação aos R\$ 10.426,2 milhões registrados no mesmo período em 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas SG&A corresponderam a 9,4% do total da receita líquida de vendas em comparação com 8,3% no mesmo período em 2022.

Em 2023, as despesas comerciais foram de R\$ 10.431,1 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,9%, o percentual 82 pbs superior ao ano anterior, explicado principalmente pela consolidação da BRF e seu perfil com maiores despesas em marketing.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.966,5 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,5% em comparação com 1,2% no mesmo período em 2022.

Ebitda Ajustado

Em 2023, a Marfrig ficou com EBITDAaj de R\$ 9.295,5 milhões, uma redução de 27,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 7,0%, inferior em 314 pbs em relação a margem de 10,2% de 2022, a redução da rentabilidade é explicada pela **menor** performance da Operação América do Norte, conforme explicado anteriormente.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais líquidas, reduziram R\$ 3.031,5 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 3.176,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para uma receita líquida R\$ 144,8 milhões no

mesmo período em 2023. Vale destacar que em 2022 essa rubrica havia sido impactada pelo efeito do ganho de compra vantajosa da BRF no resultado.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.602,4 milhões, uma redução de 9,3% comparado a R\$ 6.174,7 em 2022. As despesas financeiras totalizaram R\$ 17.123,5 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 11.521,1 milhões em 2023.

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2023	2022 (reclassificado)	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	1.474,5	978,0	50,8%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(5.398,6)	(3.379,2)	59,9%
Correções monetárias, despesas bancárias, amortizações, custo sobre dívida e outros	(502,6)	(443,8)	13,3%
Perda títulos mobiliários	-	(795,3)	-100,0%
Variação cambial ativa e passiva	(1.175,7)	(2.534,4)	-53,6%
Total	(5.602,4)	(6.174,7)	-9,3%
Receitas financeiras	11.521,1	11.069,9	4,1%
Despesas financeiras	(17.123,5)	(17.244,6)	-0,7%
Total	(5.602,4)	(6.174,7)	-9,3%

A Companhia não realiza transações alavancadas envolvendo derivativos ou instrumentos similares.

As transações com derivativos são projetadas para fornecer proteção mínima contra sua exposição a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, e a Companhia mantém uma política conservadora de não tomar posições que possam comprometer sua posição financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou no resultado o valor de R\$ 1.089,6 milhões e R\$ 448,0 milhões, respectivamente, devido aos impostos diferidos e os impostos pagos no exterior.

Resultado líquido das operações

O prejuízo líquido das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.621,2 milhões, comparado ao um ganho líquido atribuível às operações de R\$ 2.763,0 milhões no mesmo período em 2022. A margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi negativa em 2,7%, comparada com 2,2% positivos no mesmo período em 2022.

Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Marfrig possui 32 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As receitas da Companhia, portanto, são provenientes tanto dos mercados internos onde possui operações quanto das exportações para diversos países que a Companhia acessa através de sua rede de distribuição.

Os principais fatores que afetaram a receita da Companhia foram os seguintes:

- (a) Segmento Beef America do Norte que gerou um grande volume de faturamento através da subsidiária National Beef que foi adquirida em junho de 2018.
- (b) Consolidação dos resultados da controlada BRF a partir de 01 de abril de 2022, após eleição e posse de chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração dessa controlada, a Companhia passou a exercer influência significativa, e consequentemente controle sobre as operações.
- (c) Disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda.
- (d) variação cambial, inflação e oscilações das taxas de juros;
- (e) variações nos preços médios de vendas nos mercados nacional e internacional, decorrentes, em grande parte, de alterações na relação oferta x demanda e do aproveitamento das oportunidades em cada mercado que a Companhia atua;
- (f) variação nos preços dos principais insumos;
- (g) eficiência do processo de produção e taxa de utilização da capacidade fabril; e
- (h) desempenho da economia mundial e dos países nos quais a Companhia possui produção.

Abaixo comentamos um pouco mais sobre os pontos acima listados.

Oferta e demanda dos nossos produtos

Do lado da oferta, podemos citar a disponibilidade e preços das matérias primas aos quais a Companhia está exposta, dentre elas gado e grãos nos países em que a Companhia concentra sua produção. A baixa disponibilidade de matéria-prima pode elevar os custos de aquisição comprometendo as margens caso a Companhia não possua ou não tenha condições de repassar a elevação do custo para os preços dos produtos finais.

Do lado da demanda, podemos citar, por exemplo, uma crise econômica mundial, causando uma retração nos níveis de emprego e, consequentemente, o impacto na renda disponível e no consumo das famílias, esses fatores podem afetar significativamente as operações da Companhia. Por outro lado, a abertura de novos mercados aos produtos comercializados pela Companhia poderia influenciar positivamente seu resultado.

Os Diretores informam que surtos de doenças em animais podem resultar em barreiras comerciais e sanitárias por parte de outros países e, dessa forma, impactar o acesso aos mercados internacionais e, consequentemente, as vendas da Companhia.

Crescimento do PIB global e dos países onde temos operações e demanda por nossos produtos

Os Diretores entendem que o crescimento no consumo de alimentos e proteínas animais está diretamente ligado ao crescimento populacional e a renda da população. O desempenho do PIB nos países onde a Companhia vende seus produtos pode afetar os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações de preços de matéria-prima

Os Diretores informam que os principais componentes dos custos de produção da Companhia são as compras de matérias-primas, o que inclui a compra de animais (gado, aves e suínos) e insumos para ração (grãos). As oscilações dos preços do gado e dos grãos nos mercados interno e externo afetam significativamente a receita operacional líquida e os custos das mercadorias vendidas. A Companhia não tem controle sobre esses preços, os quais variam de acordo com a dinâmica da oferta e demanda.

Preços de venda nos mercados internos e externo

De acordo com os Diretores, o preço dos produtos da Companhia nos mercados interno e externo são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais a Companhia não tem controle. Os preços no mercado interno também são afetados pelos preços que a Companhia consegue cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem seus produtos.

Reflexos da volatilidade cambial e da política monetária

Conforme opinião dos Diretores, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela volatilidade das moedas com as quais a Companhia opera. Boa parte das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real. Além disso, parte das dívidas é denominada em dólar norte americano, o que exige que a Companhia faça pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Os Diretores informam que as exportações brasileiras e as relevantes operações internacionais, que possibilitam à Companhia gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a ter aproximadamente a participação do endividamento em moedas estrangeiras, o que propicia o que chamamos de "*hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* natural" em relação à parte significativa das obrigações da dívida em dólar norte americano.

Na opinião dos Diretores, a inflação e as medidas adotadas pelos governos dos países onde atuamos para combatê-la podem ter efeitos consideráveis sobre a economia desses países e, consequentemente, sobre os negócios da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção dos governos sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para os seus clientes. Ademais, no caso da Companhia enfrentar altas taxas de inflação nos países onde opera, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso em seus resultados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

Efeitos de aquisições e alienações

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

Exercício social 2022

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC (“PlantPlus Foods”) concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine Ltd. (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e *private label*, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição *omni-channel* estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e consequentemente controle sobre as operações da controlada BRF. A chapa eleita assume as responsabilidades e atribuições do Conselho de Administração, consistindo na eleição da diretoria executiva, definição da remuneração da Administração, autorizar a constituição e dissolução de sociedades, escolher e destituir os auditores independentes, aprovar políticas e alçadas dentre outros tópicos que coligiam na administração do negócio.

Crescimento do PIB e demanda por produtos

As vendas nos mercados domésticos em cada país em que a Companhia opera representaram 68,0% de suas vendas líquidas totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as vendas nos mercados domésticos representaram 66,2% de vendas líquidas totais. Dessa forma, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas em seus principais mercados domésticos. A situação financeira da Companhia e de vendas foi e continuará sendo afetada pelo crescimento do PIB e pela demanda por produtos da Companhia em seus principais mercados domésticos.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias-primas

As flutuações nos preços de gado e insumos para ração (grãos) nos mercados doméstico e internacional em que a Companhia opera afeta significativamente suas vendas líquidas e o custo dos produtos vendidos.

Efeitos nas vendas líquidas

Os preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia geralmente são determinados por condições de mercado fora de seu controle. Esses preços também são afetados pela marcação adicional que os varejistas cobram dos consumidores finais, alguns dos quais a Companhia negocia caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de seus produtos estão preços de gado, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e aduaneiras impostas no Brasil, Estados Unidos e no exterior.

Efeitos no custo dos produtos vendidos

O gado e insumos para ração (grãos) são as principais matérias-primas da Companhia. As compras de matérias-primas representaram 60,8% do seu custo total de mercadorias vendidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e 75,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Entre outros custos de material estão mão de obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, materiais de embalagem e energia elétrica.

A Companhia não controla os preços do gado, o custo do gado varia de acordo com os preços do mercado interno e de exportação, que variam dependendo da oferta e demanda. Geralmente a Companhia compra gado para ser entregue a cada 30 dias, em média, e o preço que pagam é baseado nos preços de mercado no momento da compra. Como resultado, flutuações no preço de mercado afetam diretamente o custo dos produtos vendidos.

Além disso, os preços das matérias-primas de insumos para ração, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), geralmente são afetados por mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio.

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

A Política de Riscos da Companhia estabelece limites para proteção de fluxo de compra de milho e farelo, grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques. A controlada BRF efetua compras de commodities com preços a fixar nos mercados futuro e spot e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Efeito dos níveis de exportação no desempenho financeiro

Nas operações do segmento Beef América do Sul, a Companhia geralmente obtém preços e margens mais altos nos mercados de exportação para seus produtos do que aqueles que obtêm nos mercados domésticos. A diferença de preços e margens entre os mercados interno e de exportação resulta, em parte, da demanda geralmente mais alta por produtos de maior valor agregado nos mercados de exportação, principalmente no que diz respeito a cortes premium e produtos processados, e ao maior poder de compra nos países mais desenvolvidos.

As vendas de exportação do segmento Beef América do Sul representaram 61,7% e 73,8% das suas vendas líquidas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Os valores líquidos de vendas externas reduziram 28,1%, passando de R\$ 16.502,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 11.859,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF as vendas de exportação representaram 45,8% das vendas líquidas desse segmento, totalizando o montante de R\$ 24.487,9 milhões.

Efeitos das variações cambiais

Os resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação ao dólar.

Uma parte substancial da receita líquida da Companhia é atrelada ao dólar. Todos os resultados obtidos por subsidiárias no exterior e a receita de exportação é dolarizada. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas.

Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia é realizada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes não denominados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes realizadas em moedas que não seja o Real.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Com 75,2% e 79,5% das vendas líquidas sendo feitas em moedas diferentes do real nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui uma Política de Riscos para gestão da exposição de resultado operacional, tendo como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como *hedge accounting* de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Efeito do nível de dívida

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total da operação continuada da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões, sendo 34,2% (ou R\$ 17.631,6 milhões) em reais e 65,8% (ou R\$ 33.954,0 milhões) em outras moedas. A Companhia tinha R\$ 7.509,4 milhões em dívida de curto prazo (que inclui a parcela atual de empréstimos e financiamentos, juros sobre debêntures e debêntures a pagar) e R\$ 44.076,2 milhões em dívida de longo prazo (que inclui a parcela não circulante de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar) em 31 de dezembro de 2023. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras significativas, que consistem em despesa de juros, variações cambiais de dívida em moeda estrangeira e outros itens.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.602,4 milhões, consistindo em R\$ 17.123,5 milhões em despesas financeiras e R\$ 11.521,1 milhões em receitas financeiras.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado acima, os Diretores acreditam que diversos fatores exerceram influência sobre a receita da Marfrig.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os Diretores entendem que a receita consolidada da Companhia foi influenciada, pela disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda, pela consolidação do ano completo da BRF versus 3 trimestres do período de 2022 e a melhor performance da Operação América do Sul.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores informam que os resultados das nossas operações são influenciados por diversos fatores, como variação dos preços de matérias-primas e custo de mão-de obra.

Consideração do impacto das taxas de câmbio sobre o resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2023, 65,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 75,2% das vendas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, 62,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 79,5% das vendas da Companhia.

Considerações sobre impacto da inflação e da taxa de juros sobre o resultado financeiro

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica de “ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e “variações cambiais”, no resultado do exercício.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a correção monetária por hiperinflação impactou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 1.082,8 milhões.

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária desde 2018. No exercício de 2023, o Banco Central da Argentina elevou a taxa básica do país para 160%, para tentar conter a maior alta generalizada dos preços dos últimos anos.

A Companhia vem apresentando as demonstrações contábeis com a correção da inflação para as controladas nesse país, bem como os reflexos na demonstração consolidada da Companhia. O índice de

preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 161% (95% em 31 de dezembro de 2022).

Turquia

Os níveis de inflação na Turquia mantiveram-se elevados nos períodos recentes e ultrapassaram a inflação acumulada nos últimos 3 anos acima de 100%, conforme o *Turkish Statistical Institute*.

O índice de preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 65% (64% em 31 de dezembro de 2022).

Análise comparativa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A receita líquida de vendas consolidada aumentou para R\$ 132.218,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2022 que foi de R\$ 125.371,4 milhões. A receita líquida recorde é explicada pela consolidação do ano completo da BRF versus 3 trimestres do período de 2022 e a melhor performance da Operação América do Sul.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 9,1%, de R\$ 108.890,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 118.840,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022), pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas na Operação América do Sul.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 60,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra 75,1% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O gasto com mão de obra representou 8,6% do custo total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 18,8% em relação ao mesmo período em 2022 e a margem bruta atingiu 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$ 12.397,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 18,9% em relação aos R\$ 10.426,2 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse incremento reflete a consolidação do resultado da BRF e seu perfil de maiores despesas comerciais e gastos com publicidade.

Em 2023, as despesas comerciais foram de R\$ 10.431,1 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,9%, aumento também impactado pela consolidação da BRF.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.966,5 milhões em 2023. As despesas administrativas e gerais em função da receita líquida foram de 1,5%, comparado com 1,2% em 2022.

Em 2023 um EBITDA ajustado de R\$ 9.295,5 milhões, uma redução de 27,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustado foi de 7,0%, já a margem em 2022 foi de 10,2%. A redução da rentabilidade é explicada pela performance da Operação América do Norte.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças nas práticas contábeis da Companhia que afetassem significativamente as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não constaram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganização societária - Argentina

Em 1º de janeiro de 2023, a Companhia deliberou pela reorganização societária entre as empresas do Grupo Quickfood S.A., Marfrig Argentina S.A. e Campo Del Tesoro S.A., todas alocadas em território argentino. A reorganização trata-se de uma incorporação da Marfrig Argentina S.A. e da Campo Del Tesoro S.A., realizada pela Quickfood S.A. Essa incorporação gerou um aumento líquido de investimento na Quickfood S.A. no valor de \$ 923.143.314 de pesos argentinos (R\$ 19.040). Do valor total incorporado, a sócia MFG Holding SAU tem direito a 90%, o que representa \$ 830.828.982 de pesos argentinos (R\$ 17.136) e a Marfrig Global Foods S.A. tem direito aos 10% restantes, representados por \$ 92.314.331 de pesos argentinos (R\$ 1.904).

MFG Holding SAU

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R\$ 94.123), passando dos \$ 39.900.000 de pesos argentinos (R\$ 1.181) para \$ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R\$ 92.213). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R\$ 25.868), passando dos \$ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R\$ 92.213) para \$ 5.171.085.036 de pesos argentinos (R\$ 97.216). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 01 de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R\$ 44.272), passando dos \$ 5.171.085.036 de

pesos argentinos (R\$ 97.216) para \$ 8.411.981.435 de pesos argentinos (R\$ 50.472). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Quickfood S.A.

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 4.172.200.000 de pesos argentinos (R\$ 104.581), passando dos \$ 10.329.853.508 de pesos argentinos (R\$ 274.411) para \$ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R\$ 352.400). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R\$ 94.123), aportados pela MFG Holding SAU e \$ 417.220.000 de pesos argentinos (R\$ 10.458) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de abril de 2023, o sócio Marcos Antonio Molina dos Santos efetivou, conforme deliberado em 31 de março de 2023, o aporte de capital no valor de \$ 62.107 de pesos argentinos (R\$ 117), passando dos \$ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R\$ 352.400) para \$ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R\$ 326.298).

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 1.529.118.349 de pesos argentinos (R\$ 28.769), passando dos \$ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R\$ 326.298) para \$ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R\$ 301.387). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R\$ 25.892), aportados pela MFG Holding SAU, \$ 152.894.964 de pesos argentinos (R\$ 2.874) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A e \$ 18.349 de pesos argentinos (R\$ 3) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

Em 01 de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 3.601.000.000 de pesos argentinos (R\$ 49.192), passando dos \$ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R\$ 301.387) para \$ 19.632.233.964 de pesos argentinos (R\$ 117.793). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R\$ 44.272), aportados pela MFG Holding SAU, \$ 360.060.389 de pesos argentinos (R\$ 4.919) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A e \$ 43.212 de pesos argentinos (R\$ 1) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R\$ 3.650 para R\$ 10.000, sendo o aumento no valor total de R\$ 6.350, mediante a emissão de 6.350.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada quota, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia nesta data.

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R\$ 10.000 para R\$ 30.000, sendo o aumento no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada quota, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia nesta data.

Projeto Biomas

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia investiu em conjunto com Suzano, Rabobank e Vale, na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Biomas”), o valor de R\$ 5.000, nos termos dos respectivos acordos de investimento, uma vez que foram cumpridas as condições precedentes e realizados os atos de fechamentos estabelecidos em referidos acordos.

A Biomas atuará nas atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil.

BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

PlantPlus Foods Brasil Ltda.

Em 17 de março de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R\$ 5.225, passando dos R\$ 4.609 para R\$ 9.834. Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: R\$ 5.173 pela sócia PlantPlus Foods, LLC, R\$ 36 pela sócia Marfrig Global Foods S.A. e R\$ 16 pela sócia ADM Investments Limited. Foram emitidas 5.225.251 milhões de novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada, totalmente subscritas pelas sócias.

PlantPlus Foods, LLC.

Durante exercício de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Food, LLC, no montante de US\$ 14,5 milhões, a subsidiária NBM US Holdings Inc., aportou o montante de US\$ 10,2 milhões, equivalente a 70% do capital deliberado.

PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A.

Durante exercício de 2023, foi deliberado pela controlada BRF aumentos de capital social, no montante de R\$ 769 de sua coligada PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A., passando dos R\$ 7.314 para R\$ 8.083.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado. O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022. O EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O EBITDA Ajustado da Companhia consiste no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pela receita (despesa) financeira líquida, imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial das subsidiárias, outras receitas (despesas) operacionais, outros ajustes efetuados na controlada BRF e depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA de um período ou exercício dividido pela receita líquida da Companhia para o mesmo período ou exercício.

A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita líquida das operações continuadas da Companhia para o mesmo período ou exercício.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou como substitutos de caixa como medida de liquidez. Outras Companhias podem calcular o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado de forma diferente à apresentada no item 2.5 (b).

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação e os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com o lucro líquido:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reclassificado)
Lucro (prejuízo) líquido continuado	(3.451,6)	3.439,8
Resultado financeiro líquido	5.602,4	6.174,7
Imposto de renda e contribuição social	(1.089,6)	(448,0)
Depreciação e amortização	6.740,2	5.332,7
Resultado com equivalência patrimonial	63,5	64,6
Outras receitas (despesas) operacionais	(144,8)	(3.176,3)
Outros Aj. EBITDA BRF	907,5	561,6
EBITDA Ajustado continuado	8.627,6	11.949,1
EBITDA Ajustado descontinuado	667,9	799,2
EBITDA Ajustado	9.295,5	12.748,3
Margem EBITDA Ajustado	7,0%	10,2%

(c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como indicador adicional para monitorar suas operações e desempenho econômico, sendo uma medida útil uma vez que é frequentemente usada por analistas do mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas em avaliar as empresas do setor. Como o EBITDA Ajustado não reflete receitas ou despesas financeiras, impostos, contribuição social ou depreciação e amortização, é um indicador de desempenho financeiro geral, que não é afetado por alterações nas taxas de juros, dívidas, impostos, taxas de contribuição social, outros ajustes efetuados na controlada BRF, e taxas de depreciação e amortização. Como resultado, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado é uma ferramenta útil para comparar seu desempenho operacional em diferentes períodos e como base para determinadas decisões da Administração. Além de desempenho financeiro geral, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado também lhe permite entender melhor sua capacidade de quitar seus passivos e financiar suas despesas de capital e capital de giro. Entretanto, a utilidade do EBITDA Ajustado como uma medida de rentabilidade é limitada, uma vez que não reflete diversos custos e despesas envolvidos nos negócios, como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de capital e outros custos relacionados, que podem ter um efeito significativo no lucro líquido da Companhia.

2.6 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

(a) Transação entre partes relacionadas

Em 19 de janeiro de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi Holdings S.A no âmbito de sua 1ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R\$ 1, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão

(b) Programa de recompra de ações BRF

Em 07 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da BRF aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão até o limite 14.000.000 ações ordinárias, em um prazo máximo de 18 meses. Não houve recompra de ações em 2023 no âmbito desse programa. Em 2024, até 26 de fevereiro de 2023, foram recompradas 7.584.700 ações com custo médio de R\$ 12,62, totalizando R\$ 95.752.

(c) Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada.

No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 318ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio ("CRA"), representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de bookbuilding foi concluído pelos Coordenadores em 21 de março de 2024.

2.7 - Política de destinação dos resultados

(a) Regras sobre retenção de lucros

Segundo o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
- b) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável; e
- c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral poderá aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária, por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Marfrig e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia dentre outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Marfrig julguem relevantes.

Conforme legislação aplicável, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(i) Valores das retenções de lucros

Do resultado do exercício será deduzido, antes de qualquer participação os prejuízos acumulados, em atendimento ao Artigo 189 da lei das Sociedades por ações.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, com os seguintes ajustes:

- I. O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.).

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá:

- I. deliberar a distribuição de dividendos à débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e
- II. declarar dividendos intermediários á débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Restrições à distribuição de dividendos

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em favor da Companhia.

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações.

e) política de destinação de resultados

A Política de Destinação de Resultado e Distribuição de Dividendos da Companhia, foi atualizada, revisada e aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2021.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua subsidiária BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam outros contratos de futura venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Na opinião dos Diretores, os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8.a - tópico (ii) deste formulário de referência irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios e são compostas por contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar, além de outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua subsidiária BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 31 de dezembro de 2023 os compromissos firmes de compra na totalizaram R\$ 5.023.227⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Com objetivo aprimorar a informação sobre compromissos, a Companhia reavaliou o formato e base de divulgação e passou a demonstrar apenas valores referentes a compromissos já contratados com cláusulas de rescisão por descumprimento.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na opinião dos Diretores, os investimentos refletem a visão estratégica da Companhia, com foco em proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves) e vegetal, e produtos de maior valor agregado.

Além dos investimentos estratégicos, a constante busca pelo ganho de eficiência, ganhos de escala, redução de custos e melhorias operacionais, as atividades da Companhia demandam investimentos regulares.

Adicionalmente, os Diretores entendem que a Companhia seguirá investindo em projetos que reforcem sua atuação no mercado de produtos de maior valor agregado, em linha com as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade corporativa, com responsabilidade social, principalmente nas comunidades, e preservação ambiental.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos somaram R\$ 6.701,9 milhões. Excluídos os investimentos da controlada BRF e o montante investido em compra de ações da BRF S. A., ou seja, considerando somente aqueles destinados na operação de bovinos, como as expansões em curso das unidades de Várzea Grande no Brasil, Tacuarembó no Uruguai e San Jorge na Argentina e a manutenção recorrente das unidades fabris os investimentos totalizaram R\$ 1.311,1 milhões.

Destaca-se ainda o efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Em 2023, o CAPEX da Companhia aumentou 45,8% na comparação com 2022. Esse aumento é explicado pelos maiores investimentos conforme descrito acima e pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022).

Esses projetos estão alinhados com a estratégia de otimização da diversificação geográfica da Companhia, que potencializa a operação em unidades mais eficientes, enquanto encerra operações em plantas ineficientes.

Os investimentos destacados acima, referem-se exclusivamente aos segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os investimentos do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, (iii) transações de mercado de capitais em geral.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, as pesquisas em andamento do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os projetos em desenvolvimento já divulgados do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios relacionadas a questões ASG

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Companhia. Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando continuamente para implementar as melhores práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG), alinhadas com os princípios para investimentos responsáveis. Em relação à governança corporativa, a Companhia criou um Comitê de Sustentabilidade para discutir, avaliar e definir prioridades de sustentabilidade.

O comprometimento da Companhia com a sustentabilidade está expresso em sua estratégia de negócios, nas parcerias e compromissos assumidos com organizações de renome e reconhecimento nas áreas social e ambiental e nas ações voltadas para o bem-estar animal.

A Companhia tem uma posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, e assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

A Companhia desenvolveu e implementou uma plataforma de sustentabilidade baseada seis pilares:

1. **Controle de origem:** gerenciamento da procedência da matéria-prima e engajamento dos fornecedores às melhores práticas de sustentabilidade. É responsável pela execução do Programa Marfrig Verde+, voltado a disseminar a pecuária sustentável e de baixa emissão ao longo da cadeia de valor. Dentro das operações industriais, aplica um rígido controle de qualidade e segurança do alimento, por meio de processos e procedimentos que observam o uso de antibióticos, hormônios e substâncias controversas, caso sejam utilizados na criação do gado;
2. **Mudanças climáticas:** busca ganhos contínuos de eficiência dos processos, a fim de minimizar o impacto das operações nas mudanças climáticas e para adaptá-las a esse novo contexto;
3. **Bem-estar animal:** gerencia as práticas de manejo dos animais, desde a fazenda até o abate, que devem ser feitas em linha com as recomendações da *World Animal Protection* e das mais rigorosas normas internacionais para abate humanitário;
4. **Uso de recursos naturais:** promove a gestão do consumo de água e energia nos processos produtivos. Busca alternativas de geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis;
5. **Efluentes e Resíduos:** dissemina condutas ambientalmente responsáveis para o tratamento e descarte de efluentes e resíduos sólidos originados nas operações; e
6. **Responsabilidade social:** Para contribuir de forma efetiva com o crescimento social e o bem-estar das comunidades próximas às suas operações, desenvolvemos campanhas, a Companhia promove doações e implementamos programas de responsabilidade social nos diferentes países em que atua. Entre os destaques, estão o Instituto Marfrig e a parceria com o Hospital de Amor, no Brasil.

Conquistas e destaques em 2023

Programa Verde+: pioneiro no setor, é o programa de combate ao desmatamento dos biomas onde a empresa origina. Com ele, a Marfrig busca garantir que 100% de nossa cadeia de produção seja sustentável e livre de desmatamento até 2025, meta essa que inicialmente foi estabelecida para 2030, e que foi antecipada e publicamente divulgada ao final de 2023.

Essa antecipação da meta foi encorajada pelos resultados obtidos até então pelo programa Verde +, que encerrou o ano de 2023 alcançando 100% de monitoramento por satélite dos fornecedores diretos, atingiu a marca de 85% de controle de fornecedores indiretos no Bioma Amazônia, também controlou 71% dos fornecedores indiretos no Bioma Cerrado.

Reinclusão de fornecedores de gado: Até o fechamento de 2023, tivemos 3,561 fazendas reincluída – fornecedores que voltaram a operar em conformidade com nossos compromissos - demonstrando o forte compromisso com o princípio da inclusão, dentro do Programa Verde+.

Mitigação de Riscos Socioambiental: A Marfrig, em parceria com a Agroicone, concluiu o Mapa de Mitigação de Risco Socioambiental para os biomas onde atua, permitindo a expansão das práticas socioambientais da empresa também para todo o território nacional, em linha com os objetivos do Programa Verde+. Dessa forma temos um controle preciso, sob a perspectiva de risco socioambiental, das áreas fornecedoras para a empresa, em todos os biomas em que a empresa atua no Brasil.

Apoio a pequenos produtores de cria: Investimento no Programa de Produção Sustentável de Bezerros do MT, junto com a IDH – Iniciativa para o Comércio Sustentável. O objetivo é testar as tecnologias, prover assistência técnica ambiental e fundiária a pequenos produtores, e garantir a rastreabilidade desde a origem do bezerro inteiro até a prateleira do consumidor.

Melhor empresa de proteína bovina no FAIRR: A Marfrig foi a empresa de proteína bovina mais bem colocada no ranking da *Collier FAIRR Protein Producer Index 2023/24*. A Marfrig conquistou o 4º lugar entre as 60 empresas avaliadas, sendo que os três primeiros colocados são empresas norueguesas de pescado. A Marfrig também é a única classificada como de baixo risco entre as empresas de proteína bovina avaliadas no ranking. A *FAIRR Initiative* é uma rede colaborativa sediada em Londres, Inglaterra, composta por mais de 370 investidores internacionais e 70 trilhões de dólares em ativos sob gestão, com objetivo de aumentar a conscientização sobre os riscos e oportunidades em ESG no setor de proteína animal e laticínios.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): Pelo quarto ano consecutivo, a Marfrig integrou a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A partir de 2 de janeiro de 2024, entrou em vigor a nova carteira, composta por 78 ações de empresas de diversos segmentos. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa da performance das empresas de capital aberto, sob o aspecto das práticas de governança ambiental, social e corporativa. O indicador é uma referência de boas práticas de sustentabilidade, pois reúne ações de companhias que segue princípio diferenciados nesse tema. Índice de Carbono Eficiente: A Companhia também está no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3, cuja carteira engloba ações de companhias que adotam medidas eficientes para minimizar a emissões de gases de efeito estufa procedentes de suas operações.

CDP: No último ano foram avaliadas pelo CDP 23.000 empresas em todo o mundo, e a Marfrig recebeu a nota “A” no tema de Mudanças Climáticas e A- para temas de Segurança Hídrica e Floresta (Gado). Com isso, a companhia está entre as empresas referência no gerenciamento de recursos naturais globalmente. Em 2023 também progredimos nas pontuações das categorias do CDP relacionadas a Mudanças Climáticas, de A- para A, maior nota no ranking.

BBFAW: Tier 2 no BBFAW 2022 (*Business Benchmark on Farm Animal Welfare*), mais importante ranking global em gestão de bem-estar animal. Somos a única empresa de proteína bovina, nas Américas, a alcançar essa colocação. A metodologia do BBFAW passou por alterações, e até o momento nenhuma nova avaliação ocorreu cujo resultado esteja público.

Science Based Targets: A Marfrig é a primeira empresa de proteína animal do Brasil e a única de carne bovina da América Latina a se comprometer com a *Science Based Targets*, iniciativa voltada a reduzir a emissão de gases de efeito estufa, limitando o aquecimento global a 1,5°C, em linha com as metas do Acordo de Paris. Ainda, foi a única empresa brasileira, no setor, a ter as metas aprovadas pela referida instituição.

Carne Carbono Neutro / Carne Baixo Carbono: A Marfrig mantém, em parceria com a Embrapa, a marca Viva Carne Carbono Neutro (CCN), proveniente de animais inseridos em um sistema de produção pecuária-floresta que neutraliza as emissões de metano e programa para 2024, o lançamento dos produtos Carne Baixo Carbono, cujos produção reduz a emissão de gases de efeito estufa, se comparado a produção convencional. Tudo isso com verificado e comprovado através de certificação de terceira parte.

Tecnologias de medição de carbono no solo: Parceria com empresa Agrorobótica - uma green fintech que usa inteligência artificial para explorar o solo - para realização de análises fotônicas de solo para medição e determinação da quantidade de carbono estocado, permitindo a geração de créditos de carbono certificados, com rentabilização de toda a cadeia de produção.

re.green: junto com a Marfrig, a empresa re.green realizará a restauração e enriquecimento ecológico de 2.000 hectares de floresta nativa, recuperando áreas desmatadas e áreas agrícolas de baixa aptidão, e gerando créditos de carbono baseados nessas áreas restauradas e preservadas, e melhorando a remoção de gases de efeito estufa.

Empresa Biomas: A Marfrig é co-criadora da empresa BIOMAS, uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente chamada de Biomas, a empresa nasce com planos de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala. A empresa também conservará e preservará 2 milhões de hectares. A expectativa do grupo formado por grandes companhias com presença global é, além dos benefícios ambientais da iniciativa em si, contribuir para estimular o desenvolvimento regional e o fortalecimento das comunidades locais com seu envolvimento na cadeia de valor.

Comitê Gestor do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado do Cerrado: A Marfrig mantém-se como membro do Comitê Gestor do Protocolo Monitoramento Voluntário do Cerrado. O Protocolo do Cerrado visa contribuir para o alinhamento das melhores práticas de monitoramento socioambiental para a compra de produtos de origem bovina no bioma Cerrado. Foram definidos uma série de critérios e parâmetros de compra responsável que as empresas podem seguir a fim de garantir que suas cadeias de fornecimento não estejam vinculadas à problemas socioambientais.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

(a) Recompra da McKey Korea LLC

O processo de recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone Foods) pela Companhia encontra-se na fase de produção de provas e oitiva de testemunhas.

(b) Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e vinte e nove ações judiciais individuais foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é réu em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL INTEGRANTES DA CHAPA PROPOSTA PELA ADMINISTRAÇÃO

ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

7.3/7.4 COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS

7.5 RELAÇÃO COM FAMILIARES

7.6 RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU CONTROLE

ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**ITEM 7.3/7.4 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO
E DO CONSELHO FISCAL**

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro Independentes	Data de Início do Primeiro Mandato
Marcos Antonio Molina dos Santos	17/01/1970	Empresário	102.174.668-18	Presidente do Conselho de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	Não	26/03/2007
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	28/03/1973	Empresária	182.070.698-21	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Comitê Financeiro	Sim	Não	26/03/2007
Rodrigo Marçal Filho	03/10/1974	Empresário	184.346.398-90	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Diretor Estatutário sem designação específica	Sim	Não	26/03/2007
Alain Emile Henri Martinet	23/01/1943	Administrador de Empresas	233.887.318-10	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Não	22/12/2009
Herculano Aníbal Alves	15/02/1953	Economista e Administrador rural	463.463.178-49	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.	Sim	Sim	24/04/2015
Roberto Silva Waack	28/03/1960	Biólogo e Administrador	029.327.158-52	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê de Sustentabilidade.	Sim	Sim	26/04/2019

Antonio dos Santos Maciel Neto	11/10/1957	Engenheiro Mecânico	532.774.067-68	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.	Sim	Sim	20/05/2007
---------------------------------------	------------	---------------------	----------------	---	------------	------------	-----------------------------	---	-----	-----	------------

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Data de Início do Primeiro Mandato
José Luiz de Souza Gurgel	12/05/1966	Economista e Contador	918.587.207-53	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025		Sim	08/04/2022
Ricardo Florence dos Santos	26/02/1955	Administrador	812.578.998-72	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	30/03/2020
Tiago Medeiros Garcia	31/01/1983	Administrador	301.511.158-26	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	-

Eduardo Medeiros da Silva	24/12/1967	Advogado	101.761.378-82	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	-
Ely Carlos Perez	01/06/1970	Contador	140.264.678-05	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	29/04//2016
Marcílio José da Silva	30/12/1963	Contador	329.564.871-91	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2024	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	-

ITEM 7.3 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Marcos Antonio Molina dos Santos – CPF/MF: 102.174.668-18

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 54 anos, é o presidente do Conselho de Administração da Companhia. O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes-chave da Companhia, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. O Sr. Marcos também exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada pela Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o

cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rodrigo Marçal Filho – CPF/MF: 184.346.398-90

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 49 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

O Sr. Marçal Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 81 anos, é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 40 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.

O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 71 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da

Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro. O Sr. Herculano é Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Alves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 64 anos, foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centroflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 - 2005); FIA/USP –Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENSE Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006). O Sr. Waack é Conselheiro de Administração e Coordenador de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 66 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CONSELHO FISCAL:

José Luiz De Souza Gurgel – CPF 918.587.207-53

José Luiz de Souza Gurgel, 57 anos de idade, é conselheiro fiscal certificado pelo IBGC e conta com 35 (trinta e cinco) anos de experiência como auditor independente e/ou consultor em contabilidade e finanças. É membro do Conselho Fiscal da MARFRIG, função que exerce desde 2022. Desde 2022 preside o Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil – INB, bem como, é membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da mesma Empresa, ambos colegiados, atuando como órgão de assessoria ao Conselho de Administração. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, foi membro do Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto). Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Entre 2004 e 2008, foi sócio líder do escritório da BDO do Rio de Janeiro. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Participou de trabalhos de auditoria em processos de reorganização societária (aquisições, fusões, cisões e incorporações), processos de abertura de capital e de emissão de dívidas. Foi Professor (sem vínculo) de contabilidade e de auditoria em cursos corporativos. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ. Graduado em Economia pela UERJ; e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade. É pós graduado em

gestão empresarial pela Cândido Mendes. Em 2019, concluiu o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017.

O Sr. José Luiz de Souza Gurgel não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Florence dos Santos – CPF/MF: 812.578.998-72

O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 69 anos, atua como membro do Conselho Fiscal da Marfrig desde 2020, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A. entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023).

O Sr. Ricardo Florence dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tiago Medeiros Garcia

O Sr. Tiago Medeiros Garcia, 41 anos, atua como sócio no Benício Advogados Associados, cujo foco principal é a recuperação de tributos. Lidera uma equipe de 22 pessoas que desenvolve os projetos em diversos clientes nacionais e multinacionais, proporcionando todo o suporte técnico e da legislação tributária, bem como a coordenação da área. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto e com Pós-Graduação em Gestão Tributária pela FECAP, participou ainda de cursos de Contabilidade Básica; SPED Fiscal e EFD Contribuições; ICMS -Substituição Tributária; Apuração do Imposto de Renda (Lucro Real); PIS/COFINS – Não cumulativo e cumulativo. Atuou ainda como Supervisor Fiscal entre 2009 e 2013 no Benício Advogados Associados, anteriormente no período entre 2008 e 2009 como analista tributário senior no Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados e de 2003 a 2008 como analista tributário no Marcondes Advogados Associados.

O Sr. Tiago Medeiros Garcia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Suplentes:

Ely Carlos Perez – CPF/MF: 140.264.678-05

O Sr. Ely Carlos Perez, 53 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área consultoria de Contabilidade Fiscal e Financeira, sendo os últimos 24 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerenciais (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema atendendo a área fiscal, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A

O Sr. Ely Carlos Peres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Medeiros da Silva – CPF/MF: 101.761.378-82

O Sr. Eduardo Medeiros da Silva, 56 anos, é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob o nº 143.476, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui também formação em Comércio Exterior pela UNINTER com pós-graduação Lato Sensu em Práticas ESG pelo IBMEC. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de empresas fabricantes de brinquedos e advocacia empresarial.

O Sr. Eduardo Medeiros da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Marcílio José da Silva

O Sr. Marcílio José da Silva, 60 anos, é contador formado pela FACEC Candido Rondon – Cuiabá – MT, tendo ocupado cargos na área de contabilidade em Frigoríficos, a exemplo dos Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (entre 1996-2000)” e “Frigorífico Tangará Ltda.” (entre 2000-2003). É consultor em contabilidade e foi membro titular do Conselho Fiscal da Companhia de abril de 2010 a abril de 2014.

O Sr. Marcílio José da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Tipo de Condenação nos termos do item 7.3, m, da Resolução CVM 80/22	Descrição da Condenação
Marcos Antonio Molina dos Santos	Não há	Não há
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	Não há	Não há
Rodrigo Marçal Filho	Não há	Não há
Alain Emile Henri Martinet	Não há	Não há
Herculano Aníbal Alves	Não há	Não há
Roberto Silva Waack	Não há	Não há
Antonio dos Santos Maciel Neto	Não há	Não há
José Luiz De Souza Gurgel	Não há	Não há
Ricardo Florence dos Santos	Não há	Não há
Tiago Medeiros Garcia	Não há	Não há
Eduardo Medeiros da Silva	Não há	Não há
Ely Carlos Perez	Não há	Não há
Marcílio José da Silva	Não há	Não há

ITEM 7.4. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Data de Início do Primeiro Mandato
Marcos Fernando Marçal dos Santos	20/11/1995	Administrador de Empresas	387.480.138-11	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025		Sim	14/07/2022

Marcia A.P. Marçal dos Santos	28/03/1973	Empresária	182.070.698-21	Membro do Comitê Financeiro	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	18/05/2020
Herculano Aníbal Alves	15/02/1953	Economista e Administrador Rural	463.463.178-49	Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	Comitê Financeiro: 06/05/2019 Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos 11/05/2021
Tang David	16/04/1969	Administrador de Empresas	213.882.168-41	Membro do Comitê Financeiro	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Diretor Estatutário	Sim	18/05/2020
Antonio dos Santos Maciel Neto	11/10/1957	Engenheiro Mecânico	532.774.067-68	Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos: 16/05/2013 Comitê de Auditoria: 18/05/2020

Heraldo Geres	26/10/1968	Advogado	119.691.688-89	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Diretor Estatutário	Sim	06/05/2019
José Mauro Depes Lorga	05/11/1960	Economista	711.509.277-04	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	-	Sim	18/05/2020
José Luiz Sanches	11/08/1965	Contador	065.351.898-64	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	05/07/2023	05/07/2023	20 de abril de 2025	-	Sim	05/07/2023
Roberto Silva Waack	28/03/1960	Biólogo	029.327.158-52	Coordenador do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	06/05/2019
Marcelo de Camargo Furtado	15/11/1963	Engenheiro Químico	054.087.568-66	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	-	Sim	22/06/2020
Paulo Pianez Junior	24/08/1966	Economista	083.886.738-31	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025		Sim	06/05/2019
Alain Emilie Henri Martinet	23/01/1943	Administrador de Empresas	233.887.318-10	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	06/05/2019
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	06/12/2002	Estudante	541.233.298-61	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	-	Sim	11/05/2021

Ana Yang	01/03/1975	Administradora de Empresas	253.388.878-86	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	20 de abril de 2025	-	Sim	10/11/2022
----------	------------	----------------------------	----------------	--------------------------------------	------------	------------	---------------------	---	-----	------------

ITEM 7.4 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS MEMBROS DOS COMITÊS + QUADRO DE CONDENAÇÃO

Marcos Fernando Marçal dos Santos – CPF/MF: 387.480.138-11

O Sr. Marcos Fernando é graduado em administração de empresas pela fundação armando alvares penteado – FAAP, cursa o preparatório “jornada sucessor” promovido pela consultoria Falconi e é membro do comitê de remuneração, governança corporativa e recursos humanos da Marfrig Global Foods S.A. Conta com sólida experiência profissional no setor do agronegócio, tendo ocupado na marfrig os cargos de auditor (2015 – 2018), comercial (2018), gerente geral na unidade de Bataguassu – MS (2018-2019) e gerente geral na unidade de Várzea Grande – MT (2019-2021). atualmente ocupa o cargo de diretor de supply chain (2021 – atual).

O Sr. Marcos Fernando não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 71 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado

financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro. O Sr. Herculano é Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A. O Sr. Herculano não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tang David - CPF/MF: 213.882.168-41

O Sr. Tang David, 54 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura. O Sr. Tang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 66 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da

Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Heraldo Geres – CPF/MF:119.691.688-89

O Sr. Heraldo Geres, 55 anos, é o Diretor Jurídico Estatutário e Vice Presidente Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia, formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

O Sr. Geres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Mauro Depes Lorga - CPF/MF: 711.509.277-04

É sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil.

O Sr. Lorga não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Luiz Sanches – CPF/MF 065.351.898-64

Sr. José Luiz Sanches, 57 anos, auditor e consultor empresarial, com 36 anos de experiência em auditoria independente e consultoria em contabilidade e Sócio Administrador na J L Sanches Assessoria Empresarial. Desde agosto de 2022 vem atuando em consultoria e assessoramento empresarial. Desde janeiro de 2020 é integrante do Conselho Fiscal do Hotéis Complexo Civita – IBIS STYLES e MERCURE da franquia Accor Hotels, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Março de 2015 a julho de 2022, foi sócio na PKF Affiance Brazil Auditores Independentes, nos escritórios de Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP. Abril de 2011 a setembro de 2014 foi sócio de auditoria da KPMG Auditores Independentes nos escritórios de Ribeirão Preto/SP e Uberlândia/MG. Maio de 2000 a março de 2011 foi sócio de auditoria na BDO, nos

escritórios de Ribeirão Preto/SP e Campo Grande/MS. Abril de 1999 a abril de 2000, atuou como Gerente Contábil na Sibelco Mineração Ltda. (Grupo Unimin) em Analândia/SP. Agosto de 1986 a março de 1999, Supervisor de Auditoria na KPMG Auditores Independentes, no escritório de São Carlos/SP. Nas atividades de Sócio de Auditoria nas empresas BDO, KPMG e PKF, atuou na liderança de trabalhos de Auditoria de Demonstrações Contábeis, Revisões Limitadas, Procedimentos Previamente Acordados, Diagnósticos Contábeis, Tributários e Trabalhistas, Due-Diligence, Revisões de Prospectos para Bonds e IPO, entre outras atividades de auditoria para a carteira de clientes do setor do agronegócio (frigoríficos, usinas de açúcar e álcool); agropecuária nas atividades de cana-de-açúcar, laranja, soja e gado bovino e suíno; indústrias metalúrgicas; concessionárias de rodovias, água e esgoto; serviços médicos (Hospital, Santa Casa e Cooperativa Médica); Fertilizantes e Mineração. Possui a formação acadêmica e qualificações técnicas em Bacharel em Ciências Contábeis pela Associação de Escolas Reunidas – ASSER – São Carlos; Pós-graduado em Controladoria e Finanças pela UNICEP – São Carlos; membro do Conselho Regional de Contabilidade, categoria contador – CRC-SP; Associado ao Instituto de Auditoria Independente do Brasil – IBRACON; possui o Cadastro Nacional de Auditores Independentes -CNAI do Conselho Federal de Contabilidade; foi Integrante do Grupo Técnico do Agronegócio do IBRACON.

O Sr. Roberto Silva Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 62 anos, foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centroflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 -

2005);FIA/USP –Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENSA Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006).

O Sr. Roberto Silva Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo de Camargo Furtado – CPF/MF 054.087.568-66

O Sr. Marcelo Furtado é CSO e sócio fundador da startup ZScore uma plataforma de relacionamento que oferece uma solução de rastreabilidade de ativos ambientais utilizando a tecnologia Blockchain. Presidente do conselho da World Resources Institute (WRI) Brasil. Membro do conselho da Conectas Direitos Humanos e membro do comitê de sustentabilidade e inovação da Duratex. Foi diretor executivo da Alana Foundation (2018 a março de 2020) e co-fundador da plataforma Believe.Earth. Membro fundador e atuou de 2016 a junho de 2018 como facilitador da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, um fórum multistakeholder com representantes da academia, setor privado e sociedade civil para promover uma economia para o uso do solo sustentável, inclusiva e de baixo carbono. Engenheiro Químico por formação com mestrado em energias renováveis. Profissional com mais de 30 anos de experiência como ativista comprometido com o avanço da agenda da sustentabilidade e justiça social através da inovação e mobilização pública nas áreas de Clima, Energia e Uso da Terra. Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow (2011). Diretor Executivo do Instituto Arapyaú (2013 a 2017) fundação familiar que promove sustentabilidade, justiça, educação e ativismo político. Diretor Executivo do Greenpeace Brasil (2008 a 2013). Diretor de campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima&Energia e Poluição Industrial (2005 a 2008). Atuou no Greenpeace Internacional (1990 a 2005) como conselheiro para políticas públicas em clima, energia e poluição industrial; coordenou a campanha global (e anteriormente para a América Latina) pela promoção de tecnologias limpas e contra o comércio internacional de resíduos tóxicos. Antes de se juntar ao setor sem fins lucrativos trabalhou na Dow Chemicals na área de marketing e na Technova como consultor em de inovação e tecnologia.

O Sr. Furtado não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo Pianez Junior – CPF/MF: 083.886.738-31

O Sr. Paulo é formado em Economia pela UNICAMP, pós-graduado em Qualidade e especializado em Retail Management pela Youngstown State University (EUA), Paulo atuou mais de 10 anos como Diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo Carrefour Brasil e anteriormente foi diretor da qualidade do BankBoston e Superintendente de Relações com Clientes do Banco Santander.

O Sr. Pianez Junior não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 81 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde dezembro de 2009. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de

30 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig. O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcella Fernanda Marçal dos Santos – CPF/MF: 541.233.298-61

A Sra. Marcella é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e conta com experiência profissional no setor do agronegócio. É graduanda em Administração de Empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ana Yang – CPF/MF: 253.388.878-86

A Sra. Ana Yang é a Diretora Executiva do Chatham House Sustainability Accelerator. Ana possui ampla experiência profissional relacionada à sustentabilidade e mudanças climáticas, embasada por vinte anos de experiência abrangendo o setor privado, financiamento do desenvolvimento, sociedade civil, filantropia e laboratório de ideias. Seus interesses atuais se concentram em entender como as finanças e a inovação podem possibilitar a transição para sustentabilidade profunda. Antes da Chatham House, Ana trabalhou na Children's Investment Fund Foundation, onde liderou o fluxo de trabalho de uso da terra e finanças do Programa de Mudanças Climáticas. Entre 2005 e 2008, foi Diretora Executiva da Forest Stewardship Initiative do FSC Brasil e mais tarde integrou a equipe de Consultoria de Negócios Sustentáveis da International Finance Corporation (IFC), assessorando empresas e investidores em investimentos com impacto na Amazônia.

Sra. Yang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Tipo de Condenação nos termos do Anexo C, item 7.3 da Resolução CVM 80/22	Descrição da Condenação
Marcos Fernando Marçal dos Santos	Não há	Não há

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	Não há	Não há
Herculano Aníbal Alves	Não há	Não há
Tang David	Não há	Não há
Alain Emile Henri Martinet	Não há	Não há
Antonio dos Santos Maciel Neto	Não há	Não há
Heraldo Geres	Não há	Não há
José Mauro Depes Lorga	Não há	Não há
José Luiz Sanches	Não há	Não há
Roberto Silva Waack	Não há	Não há
Marcelo de Camargo Furtado	Não há	Não há
Paulo Pianez Junior	Não há	Não há
Alain Emilie Henri Martinet	Não há	Não há
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	Não há	Não há
Ana Yang	Não há	Não há

7.5 EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O 2º GRAU RELACIONADAS A ADMINISTRADORES DO EMISSOR, CONTROLADAS E CONTROLADORES.

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u> Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro efetivo do Conselho de Administração	182.070.698-21	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	

Administrador do emissor ou controlada				
Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Pessoa relacionada				
Rodrigo Marçal Filho Diretor Estatutário e Membro do Conselho de Administração.	184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	

Observação

O Sr. Rodrigo Marçal Filho é irmão da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos que, por sua vez, é esposa do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

7.6 INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: A) SOCIEDADE CONTROLADA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PELO EMISSOR, COM EXCEÇÃO DAQUELAS EM QUE O EMISSOR DETENHA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL; B) CONTROLADOR DIRETO OU INDIRETO DO EMISSOR; C) CASO SEJA RELEVANTE, FORNECEDOR, CLIENTE, DEVEDOR OU CREDOR DO EMISSOR, DE SUA CONTROLADA OU CONTROLADORAS OU CONTROLADAS DE ALGUMA DESSAS PESSOAS.

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2023; 31/12/2022; 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	182.070.698-21	Controle	

Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		
<u>Observação</u> A MMS Participações Ltda., cujo respectivo capital social é detido pelos seus únicos sócios, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, é acionista controladora da Marfrig Global Foods S.A.			

ANEXO V

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e os comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia visa atrair, reter e estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos seus administradores. Adicionalmente, busca impulsionar o executivo da Companhia a crescer e se desenvolver de forma a atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos da Companhia, tendo seu desempenho reconhecido através do pagamento de incentivo (curto e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão responsável pela avaliação dos administradores da Companhia e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de sua política de remuneração. O comitê é formado por membros do Conselho de Administração.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2018, que tem o escopo de estabelecer os procedimentos operacionais e de controle a serem aplicados no processo de Definição da Remuneração dos Administradores da Companhia. A política de remuneração dos Administradores encontra-se à disposição para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/>) e no sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária é avaliada no início de cada ano e a recomendação da remuneração é apresentada ao Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, que por sua vez, faz a proposta do montante global para o Conselho de Administração e na sequência para a Assembleia Geral Ordinária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A política de remuneração dos Administradores, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano no Conselho de Administração e no Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia no ano de 2023 é composta por uma remuneração mensal fixa, determinada anualmente para cada um de seus membros, e determinados benefícios com o objetivo de recompensar monetariamente os membros do Conselho de Administração de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remunerações distintas, pois são remunerados de acordo com o nível de participação de cada um. E pela mesma razão, há membros do Conselho de Administração da Companhia que recebem remunerações superiores a diretores estatutários. O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2023 e não será concedida para o exercício de 2024.

Diretores

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros, e benefícios diversos com o objetivo de recompensar monetariamente os membros da Diretoria de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia; e
- uma parcela variável, a qual inclui (i) a participação nos resultados da Companhia, e (ii) a remuneração com base no plano de opção de compra de ações da Companhia. Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 30 de abril de 2024. Todas as demais condições para a

outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa, a qual inclui uma remuneração mensal, determinada anualmente para cada um de seus membros e por benefício com o objetivo de recompensar monetariamente os conselheiros fiscais de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia.

Comitês

Todos os participantes dos diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Sustentabilidade podem ser remunerados por sua participação nesses comitês.

- **objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo**

Como a Companhia adota práticas de mercado para definição de sua política de remuneração, seja fixa ou variável, as práticas estimulam e reconhecem os executivos na busca dos objetivos do negócio, estreitando a relação entre a Companhia e o administrador. A soma das remunerações (fixa, variável e indireta/benefícios) deve ser compatível com o mercado de comparação (peer group).

A remuneração fixa (ou salário base) tem por objetivo a recompensa do executivo de acordo com o nível de contribuição que o cargo possui dentro da estrutura da Companhia de cargos e salários. A tabela salarial da Companhia é revista no máximo a cada 2 anos de acordo com pesquisa salarial junto ao peer group já apresentado anteriormente.

A remuneração variável de curto prazo tem por objetivo reconhecer os resultados obtidos pela Companhia nas suas dimensões financeira, operacional e humana, de acordo com o mix de objetivos corporativos anuais, conforme indicado no item (c).

O incentivo de longo prazo tem por objetivo a retenção dos executivos e recompensa diferida no longo prazo, através de apuração anual de objetivos conforme indicado no item (c), sendo concedido através de plano de opção de compra de ações específico anualmente e diferido 25% ao ano.

- **proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

31 de dezembro de 2023	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	41,8%	58,2%
Conselho Fiscal	100%	-
31 de dezembro de 2022	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	26,0%	74,0%

31 de dezembro de 2023	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2021	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	29,7%	70,3%
Conselho Fiscal	100%	-

- **metodologia de cálculo e de reajuste**

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial, realizada em um período não superior a 2 anos, junto a um grupo selecionado de empresas (*peer group*) do segmento de alimentos e empresas nacionais de capital aberto com atuação no exterior, onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

- **principais indicadores de desempenho**

Conselho de Administração

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2023 e não será concedida para o exercício de 2024.

Diretores

A remuneração mensal de cada Diretor está relacionada a avaliação de seu programa, bem como seu desempenho individual.

A remuneração variável de curto prazo e o incentivo de longo prazo, por sua vez, está condicionada ao cumprimento de metas internas e ao desempenho da Companhia.

Para o exercício de 2023, os indicadores utilizados para apuração da remuneração variável de curto prazo e do incentivo de longo prazo são:

EBITDA: obtido através da receita líquida da Companhia.

Individual: são propostas até cinco metas para a gestão de área do executivo, as quais focam em resultados alinhados com as diretrizes definidas pelo líder imediato, levando-se em conta, entre outros, orçamento, vendas, receita e produtividade.

Os indicadores e metas da Diretoria Executiva estão em linha com os Guidances, divulgados ao mercado em fatos relevantes datado de 02 de março de 2015 e de 29

de fevereiro de 2016, e são elaborados contratos de gestão, os quais consideram fatores próprios da função e os indicadores de desempenho global da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com objetivos da Companhia.

(iii) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

A remuneração do Conselho de Administração compreende os rendimentos de cinco membros. Os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à concorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer componente da remuneração dos administradores da Companhia vinculado a eventos societários.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.856.062,20	10.325.466,95	954.424,08	23.135.953,23
Benefícios diretos e indiretos	134.562,48	1.045.789,58	10.425,52	1.190.777,58
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	27.212.397,06	0,00	27.212.397,06
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	2.902.644,80	0,00	2.902.644,80
Observa��o				
Total da remunera��o	11.990.624,68	41.486.298,39	964.849,60	54.441.772,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.113.333,33	9.470.364,57	890.277,33	17.473.975,23
Benefícios diretos e indiretos	96.543,16	1.006.078,84	5.470,76	1.108.092,76
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	12.634.915,03	0,00	12.634.915,03
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	1.966.626,73	0,00	1.966.626,73
Observa��o	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	
Total da remunera��o	7.209.876,49	25.077.985,17	895.748,09	33.183.609,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.113.333,33	8.905.164,00	848.296,01	16.866.793,34
Benefícios diretos e indiretos	86.294,24	872.490,59	5.140,10	963.924,93
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	20.005.122,75	0,00	20.005.122,75
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.912.166,67	0,00	1.912.166,67
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	5.911.275,12	0,00	5.911.275,12
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	7.199.627,57	37.606.219,13	853.436,11	45.659.282,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	5,25	4,00	6,00	15,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.448.600,00	10.075.439,21	935.657,94	17.499.697,15
Benefícios diretos e indiretos	77.454,42	487.084,49	4.606,72	569.145,63
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	4.635.148,27	0,00	4.635.148,27
Observa��o	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/N��03/2012	
Total da remunera��o	6.566.054,42	35.606.163,35	940.264,66	43.112.482,43

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	19.048.677,94	0,00	19.048.677,94
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	54.424.794,12	0,00	54.424.794,12
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	27.212.397,06	0,00	27.212.397,06

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	18.120.241,59	0,00	18.120.241,59
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	51.772.118,84	0,00	51.772.118,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	25.886.059,42	0,00	25.886.059,42
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	12.634.915,03	0,00	12.634.915,03

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	17.210.432,13	0,00	17.210.432,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	49.172.663,24	0,00	49.172.663,24
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	24.586.331,62	0,00	24.586.331,62
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	20.005.122,75	0,00	20.005.122,75

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	26.491.825,51	0,00	26.491.825,51
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	75.690.930,00	0,00	75.690.930,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	37.845.465,00	0,00	37.845.465,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("**Plano de Opção**"). Os termos específicos do Plano de Opção estão descritos a seguir:

Administração do Plano de Opção

O Plano de Opção é direcionado aos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"). O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observado as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("**Comitê**").

Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo, três membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e do Comitê não serão elegíveis como Beneficiários do Plano de Opção.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção, incluindo:

- a outorga de opções nos termos do Plano de Opção, bem como a criação e aplicação de normas específicas para cada outorga;
- o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- a eleição dos Beneficiários do Plano de Opção e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;
- a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção;
- a criação de Programas Específicos (conforme definido abaixo) de outorga de opção de compra de ações.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano de Opção, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Criação de Programas Específicos

Periodicamente, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições ("**Programas Específicos**"), podendo não guardar ainda qualquer relação com as condições gerais estabelecidas pelo Plano de Opção.

Até a presente data, foram criados quatorze Programas Específicos.

O Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção, o número de ações que poderão ser adquiridas como exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("**Contrato de Opção**").

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Prazo de Vigência do Plano de Opção

O Plano de Opção entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Disposições Gerais

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano de Opção, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 7.2.1. do Plano de Opção, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

Nenhuma disposição do Plano de Opção ou opção outorgada nos termos do Plano de Opção conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano de Opção, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva e nos termos da Política de Negociação de Ações da Companhia.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano de Opção, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 30 de abril de 2024. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia (“**Plano de Opção**”).

(c) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/05/2009, (“Plano de Opção”) prevê, em seu item 6.1, que o limite global para concessão de opção de compra de ações é de 5% do total de ações de emissão da Companhia.

O item 4 do citado Plano de Opção prevê, por sua vez, que o Conselho de Administração é competente para estabelecer Programas Específicos (“Programas”) de concessão de opção de compra de ações com condições específicas, inclusive em relação a preço de exercício. No âmbito dos referidos Programas, o limite global para a concessão é de 2%, sendo que o limite de concessão para cada um dos Programas, individualmente, é de 0,5% do total de ações emitidas. Portanto, o somatório dos Programas Específicos (com limite de 0,5% cada) não poderá ultrapassar o limite global de 2% do total de ações emitidas.

Em suma, dos 5% de ações de emissão da Companhia destinados ao Plano de Opções, apenas 2% podem ser utilizados no âmbito dos Programas Específicos, sendo que o limite de concessão para cada Programa é de 0,5%.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no item (c) acima, poderão ser outorgadas nos termos do Plano de Opção opções de ações que confirmem direitos de subscrição e/ou aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) condições de aquisição de ações

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de três dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações

informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias a fim de formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração poderá criar programas de opção de compra de ações específicos com regras e condições específicas, quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições.

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado. O preço de exercício com base nos Programas Específicos tem como base os últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano, com desconto de até 50% sobre o valor apurado.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Outorga direta de ações: sem nenhum custo aos beneficiários.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

O Beneficiário terá o prazo de 6 meses para exercício das opções, a contar das datas definidas acima. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(h) forma de liquidação

A liquidação do exercício da opção deverá se dar em dinheiro, com recursos próprios do Beneficiário, mediante depósito em conta indicada pela Companhia. Em até 7 dias úteis após o recebimento do comprovante e a documentação necessária, a companhia encaminhará à

instituição financeira depositária o pedido de transferência das ações de emissão da Companhia para transferência nos livros para o nome do beneficiário.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção e, observadas as cláusulas mínimas estabelecidas no Plano de Opção, impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Atualmente, não se encontra em vigor qualquer restrição imposta pelo Conselho de Administração à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A outorga de opções nos termos do Plano de Opção não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opção.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados.

Adicionalmente, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção, o Beneficiário:

- desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;
- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por ou sem justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todos os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;
- desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercidos, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício por um período de até seis meses após o dito desligamento, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos de cada Programa Específico;
- e vier a falecer: (i) os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de seis meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	6,19
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,003%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	4,01
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	6,19
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,42
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,003%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,89
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,55
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,02%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,75
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,53
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%

8.6 – Outorga de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	-
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	-
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
valor justo das opções na data da outorga		

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	-
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

8.7 - Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	30.311
Data em que se tomarão exercíveis	-	03/03/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/09/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	6,19
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	
Opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	142.414
Preço médio ponderado de exercício	-	3,42
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	6,96
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	505.092,75

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	191.877
Preço médio ponderado de exercício	-	3,55
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	21,05
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.357.571,19

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	212.982
Preço médio ponderado de exercício	-	3,53
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	18,30
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.145.839,96

8.9 – Remuneração baseada em ações entregues diretamente aos beneficiários do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,03%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,03%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

8.10 – Outorga de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas	-	315.400
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	9,72
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	3.065.684,91

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	20/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	308.692
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	6,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.969.272,78

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	05/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	292.270
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	15,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.626.634,10

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	08/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	243.470
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	18,51
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.506.403,82

8.11 – Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	308.692
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	6,38
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	1.969.275,87

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	292.270
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	15,83
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	4.626.634,10

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	243.470
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	18,51
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	4.506.403,82

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Plano de Opção de Compra de Ações: Modelo de Black Scholes.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção de Compra de Ações: O valor justo das opções de compra de ações foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 6,55% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

Desvio Padrão: 29,57%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2023 a 31/12/2023;

O valor justo das ações em 31/12/2023 se estabeleceu em R\$ 3,58 por ação para os planos ESPECIAIS.

Foram os seguintes os critérios adotados nos últimos três exercícios sociais para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2017:

Plano Específico XI – Longo Prazo 2016/2017: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2017: R\$ 6,718442 por ação.

Em 2018:

Plano Específico XII – Longo Prazo 2017/2018: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2018: R\$ 6,357707 por ação.

Em 2019:

Plano Específico XIII – Longo Prazo 2018/2019: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2019: R\$ 5,821920 por ação.

Em 2020:

Plano Específico XIV – Longo Prazo 2019/2020: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2020: R\$ 12,371440 por ação.

Os preços de exercício serão:

R\$ 3,359221 por ação para o plano ESP LP 16-17

R\$ 3,178854 por ação para o plano ESP LP 17-18

R\$ 2,910960 por ação para o plano ESP LP 18-19

R\$ 6,185720 por ação para o plano ESP LP 19-20

Prazo de vida da opção: quatro anos (para cada Plano Específico).

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção de Compra de Ações: As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção de Compra de Ações: Calculado a partir do desvio padrão, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA, sob o código MRFG3, no período de 6 meses.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 8.12.

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal – por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	100.210	0,01%
Diretoria Estatutária	224.344	0,02%
Conselho Fiscal	942.927	0,10%

MMS Participações Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	597.163.480	64,07%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº total de membros	4,00	4,00	4,00	7,00	7,00	7,25	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	5,00	5,00	5,25	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	10.091.060,52	15.628.121,16	19.483.848,17	3.404.938,21	3.395.201,97	3.058.432,55	238.119,83	223.958,14	253.100,00
Valor da menor remuneração (Reais)	3.627.042,71	2.413.356,23	2.171.299,38	786.234,57	786.106,40	713.588,80	60.307,30	60.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	6.269.496,29	9.401.554,78	8.901.540,84	1.441.975,30	1.199.937,93	1.250.677,03	149.291,35	142.239,35	156.710,78

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Na diretoria estatutária em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
Conselho de Administração	
31/12/2022	No conselho de administração em 2022, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.
31/12/2021	No conselho de administração em 2021, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima. No conselho de administração em 2021, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
Conselho Fiscal	
31/12/2022	No conselho de fiscal em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A política de remuneração da Companhia prevê uma remuneração relativa à Cessação de Cargo de Diretor Estatutário. Em caso de término de contrato, o executivo receberá além das verbas rescisórias legais:

- Vesting antecipados dos Programas de Longo Prazo da Marfrig
- 2 anos de remuneração total Target, composto por:
 - i) 2 anos de salários (2 x 13,3 x o último salário recebido);
 - ii) Bônus Target (2 x o múltiplo Target), considerando nota performance 100%

Os critérios de elegibilidade a esse pagamento são:

- Devem exercer o cargo de Diretor Estatutário no momento da saída;
- Tempo mínimo de 5 anos de companhia.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos

Órgão	2024	2023	2022	2021
Conselho de Administração	8,97%	14,62%	10,60%	10,03%
Diretoria Estatutária	7,08%	10,93%	5,29%	5,04%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18 - Remuneração dos membros do conselho fiscal, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

8.19 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum prevista para o exercício social corrente (2024)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	648.819,00	0,00	648.819,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

ANEXO VI

**CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO, EM DESTAQUE,
AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS E O RELATÓRIO DETALHANDO
A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES**
(conforme Artigo 12 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

VERSÃO PROPOSTA (marcas de revisão em relação à versão em vigor)	RELATÓRIO DE ORIGEM E JUSTIFICATIVA
Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (ii) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (iii) compra e venda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (iv) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (v) exploração de atividade agropecuária <u>e florestal</u>; (vi) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (vii) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (viii) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (ix) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (x) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (xi) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; (xii) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais; <u>(xiii) cria, cria e engorda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bubalinos em pé, em estabelecimento próprio e de terceiros; (xiv) importação e exportação de produtos correlacionados com o objeto da atividade agropecuária, além de embriões e outros; (xv) o fornecimento de mão-de-obra efetiva junto a outras empresas; (xvi) a prestação de serviço para terceiros de criação, trato, manejo, engorda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, e bubalinos em pé; (xvii) testes e análises técnicas; (xviii) fabricação de produtos farmacêuticos de origem animal; (xix) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; e (xx) serviços de restauração ecológica.</u>	Adequação para inclusão de atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia. Não há efeitos econômicos decorrentes. A deliberação constante deste item da ordem do dia trata de aprovação de ajustes da redação do objeto social do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de proporcionar maior clareza em sua redação, não alterando as atividades da Companhia e, consequentemente, inexistindo direito de recesso.
Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e	Atualização da expressão monetária do capital social conforme deliberações de

integralizado, é de <u>R\$ 10.491.577.961,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais)</u>, dividido em 932.000.000 (novecentas e trinta e duas milhões) R\$ 8.328.577.961,00 (oito bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 711.369.913 (setecentas e onze milhões, trezentas e sessenta e nove mil, novecentas e treze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	aumento de capital autorizado, realizadas pelo Conselho de Administração nas reuniões de 10/08/2021, 11/08/2022, 14/08/2023, 29/09/2023 e 21/11/2023. Considerando que os aumentos de capital foram realizados dentro do limite do capital autorizado pelo Conselho de Administração, esta alteração visa tão-somente a atualizar a expressão monetária do capital no Estatuto Social. Não há quaisquer efeitos econômicos decorrentes.
Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 1.260.000.000 (um bilhão, duzentos e sessenta milhões) <u>2.000.000.000 (duas bilhões)</u> de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia.	Aumentar o limite do capital autorizado para que aumentos de capital possam ser realizados pelo Conselho de Administração independente de reforma estatutária. Considerando ser uma mera autorização para atuação futura do Conselho de Administração, não há efeitos econômicos imediatos decorrentes.

ANEXO VII

PROPOSTA DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

CNPJ/MF 03.853.896/0001-40

NIRE 35.300.341.031

COMPANHIA ABERTA

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A Marfrig Global Foods S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social (“**Estatuto Social**”) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º Andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: (i) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (ii) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (iii) compra e venda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (iv) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (v) exploração de atividade agropecuária e florestal; (vi) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (vii) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (viii) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (ix) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (x) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (xi) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; e (xii) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais; (xiii) cria, cria e engorda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bubalinos em pé, em estabelecimento próprio e de terceiros; (xiv) importação e exportação de produtos correlacionados com o objeto da atividade agropecuária, além de embriões e outros; (xv) o fornecimento de mão-de-

obra efetiva junto a outras empresas; (xvi) a prestação de serviço para terceiros de criação, trato, manejo, engorda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, e bubalinos em pé; (xvii) testes e análises técnicas; (xviii) fabricação de produtos farmoquímicos de origem animal; (xix) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; e (xx) serviços de restauração ecológica.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá explorar outros ramos de negócio que tenham afinidade com o objeto expresso neste Artigo 3º.

Parágrafo 2º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Novo Mercado**”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Parágrafo 3º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 4º. A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é R\$ 10.491.577.961,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 932.000.000 (novecentas e trinta e duas milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 2.000.000.000 (duas bilhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão de ações referida no caput acima, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores,

empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 8º. As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Parágrafo único. Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado.

Capítulo III Assembleia Geral

Artigo 10º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto.

Artigo 11º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 12º. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

- III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV. reformar o Estatuto Social;
- V. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- VI. aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. deliberar sobre o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM e saída do Novo Mercado; e
- X. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV Órgãos da Administração

Seção I Disposições Gerais

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador ou conselheiro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 33 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. Os administradores deverão comunicar à Companhia, e, se for o caso, à CVM e à B3, a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da lei e da regulamentação em vigor.

Parágrafo 3º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 4º. Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5º. A regra constante no Parágrafo 4º não se aplica na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a companhia deve: (i) divulgar a acumulação

de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 6º. A Companhia deve divulgar, observado o disposto nas regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre o ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, a renúncia ou destituição de membros do conselho de administração e diretores estatutários até o dia útil seguinte em que a companhia for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

Artigo 14º. A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto Social.

Artigo 15º. Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo único. Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Seção II Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser expressamente indicada na ata da Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Parágrafo 3º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 1º acima, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 5º. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 6º. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 17. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos demais membros.

Parágrafo 2º. Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela assembleia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão: (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número mínimo de membros previsto no *caput* do Artigo 16.

Parágrafo 3º. Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

Parágrafo 4º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo 4º. As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou no presente Estatuto:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iii) estabelecer ou alterar o valor de alçada da Diretoria para a emissão e/ou realização de oferta pública ou privada de instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam eles debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, *bonds*, *notes*, notas promissórias, *commercial papers*, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (vi) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (vii) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

- (viii) aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (ix) manifestar previamente qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (x) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xi) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;
- (xiii) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;
- (xiv) autorizar a Companhia a prestar garantias de suas obrigações e de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo;
- (xv) aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo, ressalvado o disposto no item (xvi) abaixo;
- (xvi) autorizar a participação da Companhia como acionista ou quotista em outras sociedades, ou a associação da Companhia com outras sociedades para a formação de joint ventures;
- (xvii) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo;
- (xviii) aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo;
- (xix) aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da diretoria definido pelo Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer Parte relacionada,

direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;

- (xx) autorizar a cessão do uso, alienar, transferir ou licenciar qualquer tipo de propriedade intelectual ou industrial que pertença à Companhia;
- (xxi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas da Companhia;
- (xxii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; e
- (xxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“**OPA**”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado. O parecer do Conselho de Administração deve abranger a opinião favorável ou contrária à aceitação da oferta pública de aquisição de ações alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida decisão; e
- (xxiv) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado.

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas para a diretoria praticar quaisquer dos atos referidos nos itens (iii), (xiv), (xv), (xvii), (xviii) e (xx) do *caput* deste Artigo, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Seção III Diretoria

Artigo 20. A Diretoria será composta de 2 (dois) a 7 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Jurídico, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo-Financeiro e os demais Diretores sem designação específica. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º. Os Diretores serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º. Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º. A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo.

Parágrafo 5º. Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º. A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões da Diretoria, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no Livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Artigo 21. Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (iii) submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;
- (iv) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;
- (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar útil ou necessário; e
- (vi) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no Artigo 26.

Artigo 22. Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e

observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- (iii) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de *marketing* da Companhia;
- (iv) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- (v) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 23. Compete ao Diretor Jurídico estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área jurídica em geral e prestar assistência jurídica aos Órgãos da Administração.

Artigo 24. Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 25. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
- (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e
- (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Artigo 26. A Companhia será representada da seguinte forma:

- (i) por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, o Diretor Jurídico ou o Diretor Administrativo Financeiro, necessariamente em conjunto com outro Diretor sem designação específica;
- (ii) por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente ou o Diretor Jurídico, necessariamente em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro ou outro Diretor sem designação específica;
- (iii) por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado na forma dos itens (i) e (ii) acima;
- (iv) por 2 (dois) procuradores em conjunto, indicados na forma dos itens (i) e (ii) acima; ou

- (v) individualmente pelo Diretor de Relações com Investidores, exclusivamente no escopo de sua competência conforme previsão do Artigo 24 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma dos itens (i) e (ii) acima, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, ressalvado que as procurações para fins de representação judicial ou em processos administrativos poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado.

Parágrafo 2º. Procuração devidamente outorgada na forma do Parágrafo 1º acima, poderá autorizar expressamente a prática de atos específicos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou por um procurador nomeado.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 27. O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. A posse dos membros do Conselho Fiscal dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 33 deste Estatuto Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Capítulo VI Comitê de Auditoria Estatutário

Artigo 28. O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1º. O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo 2º. As atividades do coordenador do comitê de auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos e exercer seus cargos por no máximo 10

(dez) anos, sendo a posse condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 33 deste Estatuto Social.

Parágrafo 4º. O Comitê de Auditoria Estatutário terá as seguintes atribuições:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor externo independente para a condução de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (ii) supervisionar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; (c) da área de auditoria interna da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (iii) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (vi) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores externos independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário, em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- (vii) assegurar que a Companhia possua meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos

específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.

Parágrafo 5º. O regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário será aprovado pelo Conselho de Administração e descreverá detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais.

Parágrafo 6º. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, além da respectiva dotação orçamentária, será fixada pelo Conselho de Administração.

Capítulo VII Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Artigo 29. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras requeridas em Lei e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º. Fará parte das demonstrações financeiras do exercício social, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

Parágrafo 3. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (ii) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Artigo 30 deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e
- (iii) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 30. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- I. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º. Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este Artigo.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º. Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5º. O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Capítulo VIII Alienação do Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 31. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 32. Nas hipóteses de alienação direta ou indireta de controle da Companhia, cancelamento de registro de companhia aberta, saída voluntária do Novo Mercado ou reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia deverão ser observadas as disposições da legislação e da regulamentação aplicáveis, incluindo, sem limitação, as normas editadas pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado.

Capítulo IX Resolução de Disputas

Artigo 33. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976,

conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo X Liquidação

Artigo 34. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo XI Disposições Finais

Artigo 35. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

* * * * *



Proposal of the *Management and Manual for Shareholders’ Participation*

Annual and Extraordinary General Shareholders’ Meeting

April 29, 2024

MESSAGE FROM MANAGEMENT

Dear Shareholders,

Marfrig Global Foods S.A., in keeping with its corporate governance policies and its commitment to transparency in its relations with investors, cordially invites you to attend the Annual and Extraordinary General Shareholders' Meeting set to convene on April 29, 2024, at 10 a.m., at our registered office at Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Suite 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP - Postal Code (CEP) 05319-000, in accordance with the Call Notice published in the newspaper *Valor Econômico*.

The effective participation of all shareholders in this Meeting is extremely important and will give you an opportunity to discuss and vote on the matters on the agenda so that you can make an informed decision based on the information available.

Pursuant to CVM Resolution No. 81 and with the purpose of facilitating and encouraging the participation of its shareholders, the Company offers a remote voting system, allowing its Shareholders to send remote voting ballots through their respective voting custody agents or directly through the Company, according to the detailed guidelines contained in this Proposal and the Meeting Manual.

The matters to be resolved at this Meeting are set out on the following pages of this document, which includes proposals from the Management and general guidelines for participation in the Meetings, as well as in the Call Notice. The pertinent documents are available at the registered office of the Company, on our Investor Relations website (ri.marfrig.com.br), on the website of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) and of the Securities and Exchange Commission of Brazil (www.cvm.gov.br). We hope this Guide contributes to the effective participation of all shareholders.

Cordially,

Marcos Antonio Molina dos Santos
Chairman of the Board of Directors

TABLE OF CONTENTS

Date, Time, Place and Preliminary Clarifications	04
Management Proposal	05
Manual for Participation at the General Meeting	17
Documents Made Available	22
Appendix I – Proxy Appointment Form without Voting Instructions	23
Appendix II – Proxy Appointment Form with Voting Instructions	24
Appendix III - Officers' Comments on the Financial Condition of Marfrig Global Foods S.A. Section 02 of the Reference Form.....	27
Appendix IV – Information on the Nominees to Members of the Fiscal Council on the Alliance proposed by the Management Items 7.3 To 7.6 of the Reference Form.....	80
Appendix V – Managers' Compensation Item 8 of the Reference Form.....	103
Appendix VI – Copy of the Bylaws containing, in particular, the proposed amendments and a report detailing the origin and justification for the amendments.....	140
Appendix VII – Proposal of the Consolidated Bylaws.....	141

ANNUAL AND EXTRAORDINARY GENERAL SHAREHOLDERS' MEETING

- **Date, Time and Place:**

The Annual and Extraordinary General Shareholders' Meeting was called to convene as follows:

Day: April 29, 2024.

Time: 10:00 a.m.

Place: Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Suite 301, Vila Hamburguesa, City and State of São Paulo, Postal Code (CEP) 05319-000.

- **Call Notice:**

The Call Notice of the Annual and Extraordinary General Shareholders' Meeting will be published as follows: 3 times, in the printed and electronic issues of March 28, April 1 and 2, 2024 of the **Newspaper *Valor Econômico***.

- **Preliminary Clarifications**

We inform that, for the installation of the Annual General Shareholders' Meeting, the presence of at least 1/4 (one quarter) of the Company's share capital will be required, in accordance with Article 125 of the Brazilian Corporation Law - No. 6,404/76 ("Brazilian Corporation Law"), while for the installation of the Extraordinary General Shareholders' Meeting, the presence of at least 2/3 (two thirds) of the Company's share capital will be required, in accordance with Article 135 of the Brazilian Corporation Law. If quorum is not achieved, the Company will announce a new date for convening the Meeting on second call with the attendance of any number of shareholders.

Shareholders may attend the Meeting in person or through a duly appointed proxy. To facilitate participation, the Company is attaching two proxy appointment forms to this Management Proposal. Also for the purpose of facilitating and encouraging the attendance of its shareholders, the Company provides the remote voting system, so its Shareholders may submit remote voting form by their respective custodian agents or directly to the Company, in accordance with the instructions contained in this Management Proposal.

PROPOSAL OF THE MANAGEMENT OF MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. TO THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY GENERAL SHAREHOLDERS' MEETING TO BE HELD ON APRIL 29, 2024.

In accordance with Brazilian Corporation Law, the Corporation is required to hold an Annual General Shareholders' Meeting within four months of the end of the fiscal year to consider and vote on the financial statements, the allocation of net income for the fiscal year, the aggregate compensation of the managers and, this fiscal year, to elect the members of the Fiscal Council.

Also under the Brazilian Corporation Law, the Company must hold an Extraordinary General Shareholders' Meeting to resolve on any matters that are not subject to the Annual General Meeting.

We, the Management of Marfrig Global Foods S.A., submit for your consideration at the Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting called to convene at 10:00 a.m. on April 29, 2024, the following Management Proposal ("Proposal"), as follows:

AT THE ANNUAL GENERAL MEETING:

1. Receiving management accounts, to examine, to discuss and to vote on the Financial Statements for the fiscal year ended on December 31, 2023.

The Company's Management Report, Financial Statements and respective Notes, which were prepared by the Board of Executive Officers and approved by the Board of Directors in a meeting held on March 27, 2024, accompanied by the independent auditors' report, and the opinions of the Fiscal Council and Audit Committee for the fiscal year ended December 31, 2023, the pertinent documents are available at the registered office of the Company, on our Investor Relations website (www.marfrig.com.br/ri), and on the websites of the Brazilian Stock Exchange B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) and of the Securities and Exchange Commission of Brazil (www.cvm.gov.br). The Fiscal Council issued an opinion to the effect that said financial states and respective notes present adequate conditions for being examined by the shareholders of the Company convened in the Annual General Shareholders' Meeting.

The Financial Statements are prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB), where were implemented in Brazil through the

Accounting Pronouncements Committee (CPC) and its technical interpretations and guidelines and approved by the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM). Such Statements comprise the Balance Sheet, Statement of Income, Statement of Comprehensive Income, Statement of Changes in Shareholders' Equity, Statement of Cash Flow and Statement of Value Added. The Financial Statements are complemented by the respective notes, whose purpose is to support shareholders in their analysis and understanding of such Statements.

The Financial Statements are also accompanied by the Management Report, which provides financial information, such as the main lines of the Income Statement for the fiscal year and non-financial, statistical and operational information, such as information related to the employees of the Company, the activities of its subsidiaries, its social responsibility practices, its corporate governance and the capital markets on a comprehensive basis.

The audit firm Grant Thornton Auditores Independentes has audited our financial statements and issued a report indicating that, in their opinion, the financial statements fairly present, in all material respects, the financial position and results of operations of the Company and its subsidiaries.

The following documents related to this item of the agenda are available at the Corporation's registered office, on its Investor Relations website (www.marfrig.com.br/ri), and on the websites of the Brazilian Stock Exchange B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) and of the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM) (www.cvm.gov.br): **a)** Management Report; **b)** Financial Statements with Explanatory Notes for the fiscal year ended on December 31, 2023; **c)** Independent Auditors' Report; **d)** Fiscal Council's Opinion; **e)** Statutory Audit Committee's Opinion; **f)** Statutory Audit Committee's Summarized Annual Report; **g)** Management's Comments on the Company's financial situation, in accordance with Item 2 of the Reference Form, as required by article 10 of the CVM Resolution No. 81/22 (**Appendix III**); and **h)** DFP Form - Standardized Financial Statements.

2. Election of the members of the Fiscal Council.

The current Fiscal Council of Marfrig Global Foods S.A. was elected at the Annual General Shareholders' Meeting held on April 11, 2023, for a term of one year, expiring on this Annual General Shareholders' Meeting of 2024. Pursuant to Article 27 of the Company's Bylaws, the Fiscal Council operates on a permanent basis.

According to the Brazilian Institute of Corporate Governance, the Fiscal Council is an independent supervisory body of the Executive Board and the Board of Directors, which seeks, through the principles of transparency, fairness and accountability, to contribute to the best performance of the organization. It can serve as a legal instrument for implementing an active policy of good corporate governance practices, especially aimed at transparency and control of the company's internal actions.

The Management proposes to the Company's shareholders the election/reappointment of the following candidates to the Company's Fiscal Council:

Effective Nominees:

Ricardo Florence dos Santos

Mr. Ricardo Florence dos Santos, 69, has been a member of Marfrig's Fiscal Council since 2020, on the Advisory Boards of the companies ATMO and BENCORP and as a member of the Statutory Audit Committee of the companies MOVIDA Aluguel de Carros and CPFL Energia. He was an independent member of the Board of Directors of Movida Aluguel de Carros S.A. between 2016 and 2023, as Vice President of Finance (CFO) of Marfrig Global Foods S.A between 2013 and 2016, as Statutory Director of Investor Relations between 2007 and 2014 and as a member of the Supervisory Boards of CPFL Energia and its subsidiary CEEE-T between 2017 and 2022. A chemical engineer with a degree from USP's Polytechnic School and a Business Administration degree from Mackenzie University, he has an MBA in Strategy and Finance from IBMEC-SP. He previously worked at Grupo Pão de Açúcar for 16 years (1984-2000) in various positions such as Strategic Planning Director, Finance Director and Statutory Investor Relations Director. He was also responsible for the IR areas of UOL Inc. (Folha de São Paulo Group - 2000/2001) and Brasil Telecom (2005-2007). He has been involved in a number of IPOs, mergers, acquisitions and asset sales in the companies in which he has worked. He was part of the Boards of Directors of Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL - Grupo Folha (2001) and IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 and 2014-2019), where he was also CEO from 2010 to 2013, and on the Advisory Boards of Dentalcorp S.A. (2002 to 2006) and Granol (2020 to 2023).

José Luiz de Souza Gurgel

José Luiz de Souza Gurgel, 57, is an IBGC-certified tax advisor with 35 (thirty-five) years' experience as an independent auditor and/or consultant in accounting and

finance. He is a member of MARFRIG's Fiscal Council, a position he has held since 2022. Since 2022, he is the chairman of the Statutory Audit Committee of Indústrias Nucleares do Brasil - INB, as well as being a member of the People, Eligibility, Succession and Remuneration Committee of the same company, both collegiate bodies, acting as an advisory body to the Board of Directors. In the fiscal years ending December 31, 2021 and 2022, he was a member of the Fiscal Council of the SOMA Group (a publicly traded company). Between April 2011 and May 2019 he was an audit partner at KPMG in Rio de Janeiro. From July 2001 to March 2011, he was an audit partner at BDO, serving on the organization's Executive Committee from 2008 to 2010. Between 2004 and 2008, he was head partner of BDO's Rio de Janeiro office. As an audit partner at KPMG and BDO, he led audits of the financial statements of publicly traded companies in Brazil, the US and Europe, as well as audits of internal controls for SOX compliance for the US capital markets in accordance with PCAOB standards. He has participated in audits of corporate reorganizations (acquisitions, mergers, spin-offs and incorporations), IPOs and debt issues. He was a Professor (no employment relationship) of accounting and auditing in corporate courses. Master's degree in Accounting Sciences (2018) from *Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda* - FUCAPE RJ. Graduated in Economics from UERJ and in Accounting from *Faculdade da Cidade*. And postgraduated in business management from *Cândido Mendes*. In 2019, he completed the IBGC Board of Directors course. He was director of the Institute of Independent Auditors of Brazil (IBRACON) from 2008 to 2017.

Tiago Medeiros Garcia

Mr. Tiago Medeiros Garcia, 41, is a partner at Benício Advogados Associados, whose main focus is tax recovery. He leads a team of 22 people who develop projects for various national and multinational clients, providing all the technical support and tax legislation, as well as coordinating the area. Graduated in Business Administration from the Federal University of Ouro Preto and a post-graduated in Tax Management from FECAP, he has also attended courses in Basic Accounting; SPED Fiscal and EFD Contributions; ICMS - Tax Substitution; Calculation of Income Tax (Real Profit); PIS/COFINS - Non-cumulative and cumulative. He also worked as a Tax Supervisor at Benício Advogados Associados between 2009 and 2013, and previously as a senior tax analyst between 2008 and 2009 at Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados and from 2003 to 2008 as a tax analyst at Marcondes Advogados Associados.

Alternate Nominees:

Eduardo Medeiros da Silva

Mr. Eduardo Medeiros da Silva, 56, is a lawyer, registered with the Brazilian Bar Association, São Paulo Section, under number 143,476, graduated in Law from the Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, in Business Administration from the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). He also holds a degree in Foreign Trade from UNINTER and a Lato Sensu postgraduate degree in ESG practices from IBMEC. He has more than 25 years of experience in the management of toy companies and corporate law.

Ely Carlos Perez

Mr. Ely Carlos Perez, 53, is an accountant graduated from São Marcos University and an MBA in Business Management from *Fundação Getúlio Vargas*. His professional experience has been in the area of Tax and Financial Accounting consultancy, with the last 24 years as a business and process consultant for the implementation of Management Information Systems (Enterprise Resource Planning - ERP). The activities carried out during this period were focused on surveying the processes used, adapting processes to the system serving the tax area, implementing ERP, training and monitoring post-implementation processes. He worked for more than 10 years at Datasul S.A.

Marcílio José da Silva

Mr. Marcílio José da Silva, 60, is an accountant graduated from FACEC Candido Rondon - Cuiabá - MT, having held positions in the accounting area in Frigoríficos, such as Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (between 1996-2000)” and “Frigorífico Tangará Ltda.” (between 2000-2003). He is an accounting consultant and was a member of the Company’s Fiscal Council from April 2010 to April 2014.

Nomination to the Fiscal Council by minority shareholders - Separate Election

Article 161, §4 of the Brazilian Corporate Law states that minority shareholders who together represent 10% or more of the shares with voting rights shall have the right to separately elect a member of the Fiscal Council. In accordance with the requirements of CVM Resolution No. 81/22, the Company received from the shareholder Fundo de Investimento Jaburá Ações (CNPJ 07.670.184/0001-46) the following nominations of nominees for permanent and alternate members to take part in the separate election process for the Fiscal Council.

Nominee to effective member by minority shareholders: Axel Erhard Brod:

Mr. Axel Erhard Brod, 66, has been a member of the Company's Fiscal Council since 2013. He graduated in Business Administration from the *Universität des Saarlandes* in Saarbrücken, Germany, and from the *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-RJ), with a master's degree in Finance from PUC-RJ. He is a member of the Fiscal Council of the following companies: Mahle Metal Leve S.A., Metalúrgica Gerdau S.A., Santos Brasil S.A. and A.W. Faber Castell S.A. From 1999 to 2010, he worked for the MAHLE Group in various capacities, including management teams in the global MAHLE Group; as a member and Chairman of various boards of directors in joint ventures and Group companies; and at MAHLE Metal Leve S.A. as Administrative-Financial and Investor Relations Director from 1999 to 2010, and from 2004 to 2010 he also held the position of Vice President Director of the Company. From 1990 to 1998 he worked for the Thyssen Group in the trade and services division, serving as the Group's Administrative and Financial Director in South America. From 1984 to 1989 he worked at KPMG Auditores Independentes as audit manager of the German Desk of the Rio de Janeiro branch.

Nominee to alternate member by minority shareholders: Christiano Ernesto

Burmeister: Mr. Christiano Ernesto Burmeister, 76, has been an alternate member of the Company's Fiscal Council since 2014. He graduated in Business Administration (1975) and Electronic Engineering (1971) from Mackenzie University. He works as a freelance consultant on Corporate Governance and Corporate Management. He worked at BASF S.A. from 1975 to 2003, holding various positions during this period, his last being Vice President of BASF South America. He was a member of the following governance bodies: a) Fiscal Council of the Mahle Beneficent Association; b) FIESP's Higher Council of Agriculture; c) Board of Directors of ANDEF - National Association of Plant Defense (1987 to 1989, 1993 to 1997, and 2006 to 2010); d) Advisory Board of SINDAG - National Union of Agricultural Defensives (2006 to 2010) and; e) Board of the Brazil-Germany Chamber of Commerce-Industry (January 2005 to March 2006).

Detailed information on nominees proposed by minority shareholders, as required by items 7.3 to 7.6 of the Reference Form in accordance with CVM Resolution 80, are presented in **Appendix IV** to this Proposal.

4. Proposal for the Aggregate Compensation of the members of the Board of Directors, Executive Board and Fiscal Council Members for fiscal year 2024.

The annual aggregate compensation proposal submitted to the Annual General Meeting is up to R\$ 54,441,772.67 to the members of the Board of Directors, Executive Board and Fiscal Council, which includes all benefits. Said amounts are for the period from January to December 2024.

Of the total of R\$ 54,441,772.67, R\$ 41,486,298.39 refers to the compensation of the Board of Executive Officers, R\$ 11,990,624.68 correspond to the compensation of the Board of Directors, and the remaining R\$ 964,849.60 refer to the compensation of the Fiscal Council. See table below:

	No. of members	Fixed Compensation	Variable Compensation	Share-based payments	Benefits	Total Compensation
Board of Directors	7.00	11,856,062.20	-	-	134,562.48	11,990,624.68
Board of Executive Officers	4.00	10,325,466.95	27,212,397.06	2,902,644.80	1,045,789.58	41,486,298.39
Fiscal Council	6.00	954,424.08	-	-	10,425.52	964,849.60
Total Compensation	17.00	23,135,953.23	27,212,397.06	2,902,644.80	1,190,777.58	54,441,772.67

Fixed Compensation

The fixed compensation of the Board of Executive Officers of Executive Officers is composed of 13 monthly salaries per year and the corresponding vacation pay. The members of the Board of Directors are entitled to fixed monthly compensation and may receive an additional fixed monthly compensation for members participating on the advisory committees of the Board of Directors. The compensation of the members of the Fiscal Council is composed only of a fixed monthly portion.

Benefits

The package of benefits offered to the Board of Executive Officers of Executive Officers includes a health plan, life insurance, meal vouchers, fuel vouchers, the use of a corporate mobile phone and other legal benefits. Members of the Board of Directors and Fiscal Council are entitled to life insurance.

Short-Term Variable Compensation

Short-term variable compensation is determined based on the following performance indicators: (i) individual performance reviews; and (ii) the performance indicators of the Corporation, such as EBITDA, obtained by the net revenue of the Corporation.

Long-Term Incentives

The Corporation has a Stock Option Plan approved by the Extraordinary Shareholders' Meeting held on May 29, 2009, whose beneficiaries are executives and employees in management positions.

Options are granted based on the Corporation's global result indicators and individual performance and aim to align the interests of managers with the interests of the Corporation and its shareholders in the long term, as well as to retain key personnel.

The options granted under the terms of the Stock Option Plan will vest over four consecutive years, at the rate of 25% each year as of the execution of the corresponding Stock Option Agreement and also observing the terms and conditions stipulated by the Board of Directors and the respective Grant Agreements.

The Corporation's stock option plan includes the possibility of granting long-term incentives to the Board of Directors. However, no variable compensation and/or long-term incentives were granted to the Board in fiscal year 2023 or will be granted in fiscal year 2024. All compensation packages offered by the Corporation are aligned with the market standards for similar functions.

Direct Granting of Shares as Part of the Payment to Managers:

As part of the payment of the remuneration provided for in this Proposal, the Company proposes to its shareholders that up to 70% of the variable remuneration of its Managers is paid through the direct granting of shares held in treasury, and the calculation of the share price, pursuant to the sole paragraph of article 5 of CVM Resolution 77, it will be the average of the last 20 trading sessions prior to the date of granting the variable remuneration scheduled for April 30, 2024. All other conditions for the direct granting of shares such as part of the compensation will be defined by the Company's Board of Directors.

The proposal for compensation of administrators for 2024 does not take into account the employer's social charges, according to the understanding expressed by the Collegiate of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) within the scope of CVM Administrative Proceeding No. 19957.007457/2018-10.

Information on the managers' compensation required by item 8 of the Reference Form provided for in CVM Resolution 80 can be found in the **Appendix V** to this Proposal.

5. Information on the allocation of the net income and distribution of dividends.

Pursuant to the Brazilian Corporation Law and Articles 29 and 30 of the Company's Bylaws, the net income for the year shall have the following allocation: **(i)** five percent (5%) for the formation of the legal reserve, up to twenty percent (20%) of the subscribed share capital; **(ii)** payment of mandatory dividend in a minimum mandatory percentage of twenty-five percent (25%) on the net income of the year and; **(iii)** formation of a profit reserve and distribution of dividends in addition to the mandatory dividends under the terms of Law No. 6,404/76.

Considering the losses for the fiscal year, there will be no allocation of profits, which is why Annex A of Securities and Exchange Commission Resolution 81 of March 29, 2022 ("CVM Resolution 81") will not be presented. The calculated losses, in turn, were fully absorbed by the profit reserves in strict compliance with the Sole Paragraph of Article 189 of Law No. 6,404 of December 15, 1976 ("Brazilian Corporate Law").

Copies of all the documents related to the resolutions on the agenda, including those required by CVM Resolution 81, are available to Shareholders at the Company's headquarters, on the Company's Investor Relations website (ri.marfrig.com.br), as well as on the BM&FBOVESPA (www.b3.com.br) and Securities and Exchange Commission (www.cvm.gov.br) websites.

AT THE EXTRAORDINARY GENERAL MEETING

Resolve on the following amendments to the Company's Bylaws, as detailed in the draft, with revision marks in this Management Proposal (**Appendix VI**):

1. To amend the head provision of article 3 of the Company's Bylaws, due to the inclusion of the following complementary activities related to the

Company's corporate purpose: a) raising, rearing and fattening cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffalo on their own premises and those of third parties; b) import and export of products related to farming activities, as well as embryos and others; c) the supply of effective labor to other companies; d) the provision of services to third parties for the breeding, handling, fattening and transportation of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffaloes; e) technical tests and analysis; f) manufacture of pharmaceutical products of animal origin; g) manufacture of organic chemical products not previously specified h) exploration of agricultural and forestry activities; and i) ecological restoration services. The aforementioned article would come into force with the following new wording:

“Article 3 - The corporate purpose of the Company is (i) operation of meatpacking activities, with the slaughter of cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry, buffalo and the industrialization and marketing of products and by-products of animal origin, edible or not, including but not limited to the industrialization and marketing of leather products and by-products, in its own establishment or that of a third party; (ii) purchase, sale, distribution, representation, import and export of food products in general, including alcoholic or non-alcoholic beverages and others; (iii) purchase and sale of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffaloes; (iv) supply of effective labor to other companies; (v) exploration of agricultural and forestry activities; (vi) participation as a partner or shareholder in any commercial or civil company; (vii) distribution and sale of food products in general; (viii) production, distribution and marketing of soaps, washing preparations, disinfectants, softeners and other hygiene and cleaning products; (ix) cogeneration, production and marketing of energy and biodiesel; (x) participation in the financial market, as well as in the carbon credit market; (xi) marketing and production of products derived from legumes and vegetables, as well as all their derivatives and substitutes; feed, preserves, canned goods and fats; and (xii) transportation of its products and those of third parties; representations and other related undertakings that are necessary for the company's objectives; (xiii) breeding, rearing and fattening cattle, horses, goats, sheep, poultry and buffaloes in their own and third-party establishments; (xiv) import and export of products related to farming activities, as well as embryos and others; (xv) the supply of effective labor to other companies; (xvi) the provision of services to third parties for the breeding, handling, fattening and transportation of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffalo; (xvii) technical testing and analysis; (xviii) manufacture of pharmaceutical products of animal origin; (xix) manufacture of organic

chemical products not previously specified and (xx) ecological restoration services.”

1.1. The business to be transacted under this agenda item relates to the approval of amendments to the wording of the objects of the Company's Articles of Association in order to make the wording clearer without changing the activities of the Company and therefore without giving rise to any right of withdrawal.

2. Promote the update of the monetary expression of the share capital and the number of shares issued by the Company, in accordance with capital increase resolutions, within the authorized capital limit, and cancellation, carried out by the Board of Directors at meetings held on August 10, 2021, August 11, 2022, August 14, September 29, and November 21, 2023, article 5 shall henceforth be in force with the following wording:

“Article 5 - The Company's share capital, fully subscribed and paid up, is R\$ 10,491,577,961.00 (ten billion, four hundred and ninety-one million, five hundred and seventy-seven thousand, nine hundred and sixty-one reais), divided into 932,000,000 (nine hundred and thirty-two million) common shares, all nominative, book-entry and without par value.”

3. Amend the head provision of article 6 of the Bylaws to increase the authorized capital limit from one billion, two hundred and sixty million (1,260,000,000) common shares, to two billion (2,000,000,000) common shares, and this is the amount that the Company is authorized, by resolution of the Board of Directors, to increase its share capital, regardless of the restatement to the Bylaws:

“Article 6 - The Company is authorized, by resolution of the Board of Directors, to increase its share capital, regardless of amendment to the bylaws, by issuing up to two billion (2,000,000,000) common shares, all nominative and without par value, including the Company's current Share Capital.”

4. Resolve on the Consolidation of the Bylaws to reflect the amendments mentioned above, in accordance with Appendix VII.

MANUAL FOR PARTICIPATION AT THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY GENERAL SHAREHOLDERS' MEETING

With the purpose of attending the Annual and Extraordinary General Shareholders' Meeting, shareholders must deliver preferably by 06:00 p.m. of April 22, 2024 the following documents, which must be delivered at Avenida Queiroz Filho, No. 1560, Block 5, (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, care of the Investor Relations Department. Shareholders may attend the Meeting in person, through a duly appointed proxy or by submitting a remote voting ballot, in accordance with CVM Resolution No. 81.

Shareholders that are Natural Persons

- Identity document with photograph;
- Updated statement issued by the transfer agent or custody agent attesting to the ownership of shares of record.

Shareholders that are Legal Persons

- Certified copy of the current bylaws or consolidated articles of association and the corporate documents attesting to the capacity as legal representative (i.e. minutes of meeting appointing the representative, as applicable);
- Identity document with photograph of the legal representative(s);
- Updated statement issued by the transfer agent or custody agent attesting to the ownership of shares of record.

Note: For investment funds: the latest consolidated fund regulations, the bylaws or articles of association of the administrator, the corporate documents attesting to the capacity to act as legal representative and an identity document with a photograph of the legal representative(s).

Shareholders Represented by Proxy

- In addition to the aforementioned documents, a valid and authenticated proxy appointment, which must be granted to a representative who is either a shareholder, a manager of the Corporation or a lawyer;
- Identity document with a photograph of the proxy.

In accordance with Paragraph 1, Article 126 of the Brazilian Corporate Law, a shareholder must be represented by a proxy duly appointed within a maximum of

one year, who must be a shareholder, lawyer, financial institution or manager of the Corporation.

In the case of shareholders who are legal persons, in accordance with the decision of the Board of Commissioners of the CVM in a meeting held on November 4, 2014 (CVM Process RJ2014/3578), the Company does not require the agent to be a: (i) shareholder, (ii) attorney, (iii) financial institution or (iv) manager of the Company, and such shareholders may be represented in accordance with their corporate documents. However, the corporate documents must attest to the capacity as legal representative of the person appointing the proxy.

Foreign Shareholders

Foreign shareholders must present the same documents as Brazilian shareholders, except that the corporate documents and proxy appointments must be notarized and consularized.

Registration

In the case of the granting of physical proxies, said documents must be delivered to the Company's headquarters before the start of the Shareholders' Meeting.

However, to facilitate shareholders' access to the General Shareholders' Meeting, we request that these documents be submitted as early as possible at any time from April 8, 2024.

The documents must be delivered at the address Avenida Queiroz Filho, No. 1560, Block 5, Tower Sabiá, 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP 05319-000, care of the Investor Relations Department.

Public Proxy Solicitation

Shareholders holding at least zero-point five percent (0.5%) of the capital stock may include a proxy solicitation, pursuant to Brazilian Corporation Law and CVM Instruction 81.

Public proxy solicitations must be accompanied by a draft of the proxy and the information and other documents required under CVM 81, in particular its Appendix Q, and be delivered to the Investor Relations Department at the address

Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

Pursuant to the applicable regulations, the Company shall comply with the public proxy solicitations made by shareholders within up to two (2) business days as from the receipt of said solicitation, giving it the same attention as the other documents made available by the Company pertaining to this General Shareholders' Meeting. The Corporation and its management undertake no liability for the information contained in public proxy solicitations made by shareholders.

Participation by Submitting a Remote Voting Ballot

Pursuant to the provisions of CVM Instruction No. 81 and for the purpose of facilitating and encouraging the attendance of its shareholders, the Company provides the remote voting system, so its Shareholders may submit remote voting form by their respective custodian agents or directly to the Company.

As such, shareholders may submit their voting instructions on the matters of the Meeting: (i) by completing the instructions submitted to their custody agents who provide this service, in the case of shareholders whose shares are held at a depositary institution; or (ii) by sending the remote voting instructions form directly to the Company by any shareholder, which models were made available, separately on the Company's Investor Relations website (<http://ri.marfrig.com.br>) and on the Securities and Exchange Commission (www.cvm.gov.br) and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) websites. Excluding the exception established in CVM Resolution 81, if there is any divergence between a remote voting instructions form received directly by the Company and a voting instruction contained in the consolidated voting map submitted by the depositary institution related to the same CPF or CNPJ number, the voting instructions contained in the voting map shall prevail, and the voting form received directly by the Company shall be disregarded. During the voting period, shareholder may change their voting instructions as many times as they deem necessary, and the last voting instruction submitted shall be the one considered in the Company's voting map. Once the voting period ends, shareholders will no longer be able to change their previously submitted voting instructions. If a shareholder deems it necessary to make a change, they must attend the Shareholders' Meeting bearing the documents required above and request that the voting instructions submitted via their voting form be disregarded.

Voting via Service Providers – Remote Voting System

Shareholders who opt to exercise their right to vote remotely via a service provider must submit their voting instructions to the respective custodian agents, in accordance with the rules established by the latter, which, in turn, must forward the instructions to the Depositary Institution of the Corporation. To adopt this process, shareholders must contact their custody agents and verify the procedures established for issuing voting instructions via a voting form, as well as the documents and information required for such purpose. In accordance with CVM Resolution No. 81, as amended, shareholders must submit the completed voting instruction form to their custody agents at least 7 days prior to the date of the Meeting, i.e., April 22, 2024, unless a different deadline is established by the custody agents. Note that, in accordance with CVM Resolution No. 81, the Company's Depositary Institution, upon receiving the voting instructions from shareholders through their respective custody agents, shall disregard any instructions different from those issued by persons with the same CPF or CNPJ number.

Voting Forms Submitted Directly by Shareholders to the Company

Shareholders who opt to exercise their right to vote remotely may alternatively do so directly at the Company by submitting the following documents to the Investor Relations Department, at the address Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- (i) a physical copy of the form, models of which have been made available separately on the Company's Investor Relations website (<http://ri.marfrig.com.br>) and on the Securities and Exchange Commission (www.cvm.gov.br) and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) websites duly completed, initialed and signed; and
- (ii) authenticated copy of the aforementioned documents, as applicable.

If they prefer, shareholders also may submit digital copies of the documents mentioned in items (i) and (ii) above to the e-mail ri@marfrig.com.br, in which case it is also required to send the original voting form and authenticated copy of the other required documents by April 22, 2024 to Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP - CEP 05319-000.

Once the documents mentioned in items (i) and (ii) above are received, the Company shall notify the shareholder of their receipt and if they were accepted, in accordance with CVM Resolution No. 81, as amended.

If the voting form is submitted directly to the Company and is not completely filled out or not accompanied by the supporting documents described in item (ii) above, it will be disregarded and such information will be submitted to the shareholder via the e-mail informed in the voting form.

The documents referred to in items (i) and (ii) above must be lodged at the Company at least 7 days prior to the General Shareholders' Meeting, i.e., by April 22, 2024. Any voting forms received by the Company after said date shall also be disregarded.

DOCUMENTS MADE AVAILABLE

The following documents related to the matters to be resolved at the said Meeting are available in the Company's headquarters at the address Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, on the website of Investors Relations Marfrig Global Foods S.A. (ri.marfrig.com.br) and on B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) and Exchange Commission of Brazil (www.cvm.gov.br) websites:

(I) Call Notice;

(II) Management Report;

(III) Financial Statements and accompanying notes for the fiscal year ended on December 31, 2023, accompanied by the Independent Auditors' Report, the Reports of the Fiscal Council and Audit Committee of the Corporation and the Statutory Audit Committee Summary Report;

(IV) Management Proposal, which comprises: **a)** Proxy Form without voting instructions – **Appendix I** hereto; **b)** Proxy Form with voting instructions – **Appendix II** hereto; **c)** Manual for Participation at the Meeting; **d)** Comments from Officers on the Corporation's financial situation; **e)** Information on the nominees to serve on the Fiscal Council; **f)** Proposal for the aggregate compensation of Management for fiscal year 2024; **g)** Copy of the Bylaws highlighting the proposed amendments; and **h)** Report detailing the origin and justification of the proposed changes and analyzing their legal and financial effects.

APPENDIX I

PROXY FORM WITHOUT VOTING INSTRUCTIONS

Please find below the Proxy Form **without voting instructions** to attend the Meeting.

PROXY APPOINTMENT

[SHAREHOLDER], [IDENTIFICATION INFORMATION] (“Appointor”) hereby grants full power of substitution to [NAME], [NATIONALITY], [MARITAL STATUS], [OCCUPATION], bearer of Identity Document (RG) number [], Taxpayer ID (CPF/MF) number [], resident and domiciled in the City of [], State of [], at [street address] to represent the Appointor in the capacity of shareholder of Marfrig Global Foods S.A. (“Company”) at the Company’s Annual and Extraordinary Shareholders’ Meeting called to convene on April 29, 2024, at 10:00 a.m., at Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, with powers to examine, discuss and vote on behalf of the Appointor on the matters on the Agenda, in short, with powers to practice any acts required to faithfully execute this proxy appointment.

This proxy appointment is valid for sixty (60) days as from the date hereof.

[City], [Month] [Day], [2024]

Appointor
(authenticated signature)

APPENDIX II

PROXY FORM WITH VOTING INSTRUCTIONS

Please find below the Proxy Form **with voting instructions** to attend the Meeting.

PROXY APPOINTMENT

[SHAREHOLDER], [IDENTIFICATION INFORMATION] ("Appointor") hereby grants full power of substitution to [NAME], [NATIONALITY], [MARITAL STATUS], [OCCUPATION], bearer of Identity Document (RG) number [], Taxpayer ID (CPF/MF) number [], resident and domiciled in the City of [], State of [], at Rua/Av. [], to represent the Appointor in the capacity of shareholder of Marfrig Global Foods S.A. ("Company") at the Company's Annual and Extraordinary General Shareholders' Meeting called to convene on April 29, 2024, at 10:00 a.m., at Avenida Queiroz Filho, no 1560, Block 5 (Tower Sabiá), 3rd floor, Office 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, with powers to examine, discuss and vote on behalf of the Appointor on the matters on the Agenda.

Annual General Shareholders' Meeting:

- 1. Receiving management accounts, to examine, to discuss and to vote on the Financial Statements for the fiscal year ended on December 31, 2023;**

For [] Against [] Abstain []

- 2. Electing the members to compose the Fiscal Council.**

For [] Against [] Abstain []

- 3. Proposal for the Aggregate Compensation of the members of the Board of Directors, Executive Board and Fiscal Council Members for fiscal year 2024.**

For [] Against [] Abstain []

Extraordinary General Shareholders' Meeting:

- 1. To amend the head provision of article 3 of the Company's Bylaws, due to the inclusion of the following complementary activities related to the Company's corporate purpose: a) raising, rearing and fattening cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffalo on their own premises and**

those of third parties; b) import and export of products related to farming activities, as well as embryos and others; c) the supply of effective labor to other companies; d) the provision of services to third parties for the breeding, handling, fattening and transportation of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffaloes; e) technical tests and analysis; f) manufacture of pharmonochemical products of animal origin; g) manufacture of organic chemical products not previously specified h) exploration of agricultural and forestry activities; and i) ecological restoration services.

For ☐ Against ☐ Abstain ☐

2. Promote the update of the monetary expression of the share capital and the number of shares issued by the Company, in accordance with capital increase resolutions, within the authorized capital limit, and cancellation of shares, carried out by the Board of Directors at meetings held on August 10, 2021, August 11, 2022, August 14, September 29, and November 21, 2023.

For ☐ Against ☐ Abstain ☐

3. Amend the head provision of article 6 of the Bylaws to increase the authorized capital limit from one billion, two hundred and sixty million (1,260,000,000) common shares, to two billion (2,000,000,000) common shares, and this is the amount that the Company is authorized, by resolution of the Board of Directors, to increase its share capital, regardless of the restatement to the Bylaws.

For ☐ Against ☐ Abstain ☐

4. Promote the Consolidation of the Bylaws to reflect the amendments mentioned above.

For ☐ Against ☐ Abstain ☐

This proxy appointment is valid for sixty (60) days as from the date hereof.

[City], [Month] [Day], [2024]

Appointor
(authenticated signature)

APPENDIX III

OFFICERS' COMMENTS ON THE FINANCIAL CONDITION OF MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

SECTION 02 OF THE REFERENCE FORM

2.1 - General financial and equity conditions

The accounting information contained and analyzed below is derived from the Company's consolidated financial statements from the continuing operations.

(a) Officers' comments on the general financial and equity conditions

In the opinion of the Company's officers, the evolution of the Company's main financial indicators reflects the commitment to improving its capital structure, as well as the search for a better performance of our activities.

The Company's strategic direction is based on the processing of protein, products with higher added value and brand, with an appropriate capital structure, controlled leverage and lower financial expenses, always operating in a sustainable manner to generate value to our stakeholders, the livestock chain, the communities where we are located and our investors.

The main events in 2023 were the following:

(i) On July 3, 2023, subsidiary BRF S.A. held an Extraordinary General Meeting ("EGM"), approving the change of the capital increase authorization limit, from 1,325,000,000 common shares to 1,825,000,000 common shares.

Under the Offering and in the context of the Investment Commitments, Marfrig Global Foods S.A. acquired 200,323,582 shares, totaling 560,457,162 shares, increasing its interest from 33.27% to 33.31% on that date. All the new shares are common, registered, book-entry, with no par value and free and clear from any liens or encumbrances, with a unit price of R\$ 9.00.

On September 19, 2023, the Company started to hold a total of 601,890,861 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 33.31% to 35.77% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On September 25, 2023, the Company started to hold a total of 673,879,961 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 35.77% to 40.05% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On October 13, 2023, the Company started to hold a total of 757,225,906 shares, increasing its interest from 40.05% to 45.01% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

In the period between October 14, 2023 and October 29, 2023, the Company acquired 41,322,600 shares, therefore the ownership interest after this change became 798,548,506 shares or 47.46% of the capital of BRF S.A.

On December 28, 2023, the Company started to hold a total of 842,165,702 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 47.46% to 50.06% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

(ii) On August 28, 2023, following its strategy of focusing on the production of branded meat and products with higher value added, the Company decided to sell certain cattle and sheep slaughter units in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay, which are part of the Beef South America segment, to Minerva S.A.

The Assets involved in the transaction are (1) in Brazil the following cattle slaughter units: (i) Alegrete, in Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, in Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, in Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, in Rondônia; (v) Mineiros, in Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, in Mato Grosso, (vii) São Gabriel, in Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, in Mato Grosso and three dormant units (2) In Argentina the Villa Mercedes cattle slaughter unit; (3) in Chile the Patagonia sheep slaughter unit; and (4) in Uruguay: the following cattle slaughter units (i) Colônia, (ii) Salto and (iii) San José.

The sale price of the Transaction's Assets is R\$ 7,500,000,000, with a down payment of R\$ 1,500,000,000 received on August 28, 2023 and the balance of R\$ 6,000,000,000, which will be paid at the closing of the transaction;

(iii) On September 29, 2023, the Company approved a capital increase within the limit previously authorized in a meeting held by the Board of Directors on August 14, 2023, due to the subscription and payment of 300,000,000 common shares, book-entry and with no par value, issued by the Company ("Shares"), at the issue price of R\$ 7.21 per Share, in the total amount of R\$ 2,163,000,000.

The other events occurred in 2023 are detailed in item 2.4(b) of this Reference Form.

The table below shows the evolution of the Company's main financial indicators:

(in R\$ thousand, except %)	At December 31,	
	2023	2022
Net Debt(1)/EBITDA LTM/(carve-out) (2)	3.65x	2.64x
Current liquidity ratio (3)	1.24x	1.25x
Average debt maturity (in months)	69	69
Loans, financing and debentures - non-current (%)	85.4%	79.1%
Loans, financing and debentures - denominated in R\$ (%)	34.2%	37.2%
Loans, financing and debentures – denominated in other currencies (%)	65.8%	62.8%

(1) Net debt corresponds to the balance of loans, financing and debentures (current and non-current), less the sum of cash and cash equivalents, financial investments and marketable securities.

(2) Depending on the contractual provisions (carve-out) which allow for the exclusion of the effects of exchange rate variation in the calculation of the leverage ratio (net debt/EBITDA LTM).

(3) Current liquidity ratio corresponds to total current assets divided by total current liabilities, disregarding the mandatory instrument. .

As at December 31, 2023, the Company's consolidated balance of loans, financing and debentures was R\$ 51,585.6 million. As at December 31, 2022, the Company's consolidated balance of loans, financing and debentures was R\$ 61,172.8 million.

As at December 31, 2023, the breakdown by currency of the consolidated balance of loans, financing and debentures was 34.2% denominated in Reais and 65.8% denominated in other foreign currencies. The weighted average cost of consolidated debt was 8.30% per annum. For the purposes of bank and market financing operations, the calculation of the leverage ratio, which has clauses that exclude the effects of exchange variation, was 3.65x at December 31, 2023, while the current liquidity ratio was 1.24x, considering cash and cash equivalents at December 31, 2023 of R\$ 21,878.4 million. Of the total

gross indebtedness, made up of loans and interest on debentures, only 14.6% represented short-term maturities, while 85.4% represented long-term maturities.

As at December 31, 2022, the breakdown by currency of the consolidated balance of loans, financing and debentures was 37.2% denominated in Reais and 62.8% denominated in other foreign currencies. The weighted average cost of consolidated debt was 8.48% per annum. For the purposes of bank and market financing operations, the calculation of the leverage ratio, which has clauses that exclude the effects of exchange variation, was 2.64x, at December 31, 2022, while the current liquidity ratio was 1.25x, considering cash and cash equivalents at December 31, 2022 of R\$ 22,492.5 million. Of the total gross indebtedness, made up of loans and interest on debentures, only 20.9% represented short-term maturities, while 79.1% represented long-term maturities.

(b) Officers' comments on the capital structure

The Company's Officers present below the composition of the Company's capital structure for the periods indicated. In the opinion of the Officers, the Company's capital structure currently represents an adequate ratio between own capital - equity and third-party capital - debt (current liabilities + non-current liabilities):

- As at December 31, 2023, the Company's capital structure was composed of 19.0% of equity and 81.0% of debt.
- As at December 31, 2022, the Company's capital structure was composed of 19.4% of equity and 80.6% of debt.

The Officers add that the Company has no redeemable shares issued.

During the year ended December 31, 2023, the Company continued to acquire shares in BRF, increasing its interest from 33.27% to 50.06% and now holds a total of 842,165,702 shares.

On September 29, 2023, the Company approved a capital increase of 300,000,000 common shares, book-entry and with no par value, issued by the Company ("Shares"), at the issue price of R\$ 7.21 (seven reais e twenty-one cents) per Share, in the total amount of R\$ 2,163,000,000.

On April 1, 2022, after election and inauguration of the ticket appointed by the Company to the Board of Directors of subsidiary BRF, the Company began to exercise significant influence and, consequently, control over the operations of subsidiary BRF.

These changes altered the equity and debt structure during 2023 and 2022 (detailed in Notes 5.12 and 13.2.6 to the financial statements as at December 31, 2022 and in Notes 13.2.6 and 26.1 to the financial statements as at December 31, 2023).

The Company manages its capital based on parameters to optimize the shareholding structure focused on liquidity and leverage metrics that enable a return to its shareholders over the medium term, consistent with the risks assumed in the transaction.

The main indicator for monitoring is the modified immediate liquidity indicator, represented by the ratio between the balances of cash and cash equivalents and financial investments and marketable securities and the current portion of loans, financing and debentures:

(in R\$ thousand, except %)	At December 31,	
	2023	2022
Cash and cash equivalents and financial investments	21,878,356	22,492,533
Loans, financing and debentures – current portion	7,509,414	12,813,280

Modified liquidity ratio	2.91	1.76
--------------------------	------	------

(c) Officers' comments on the payment capacity regarding the financial commitments undertaken

The Officers understand that the Company's payment capacity to honor its financial commitments is considered comfortable, taking into account its cash position, its indebtedness profile and its expected cash generation.

As at December 31, 2023, of the total gross indebtedness, only 14.6% had short-term maturity, while 85.4% had long-term maturity. The balance of cash and cash equivalents, in the amount of R\$ 22,492.5 million, represented a short-term liquidity ratio (Cash / Short-Term Debt) of 2.91x.

As at December 31, 2022, of the total gross indebtedness, only 20.9% had short-term maturity, while 79.1% had long-term maturity. The balance of cash and cash equivalents, in the amount of R\$ 22,492.5 million, represented a short-term liquidity ratio (Cash / Short-Term Debt) of 1.76x.

Additionally, the Officers inform that the Company constantly seeks a debt profile with greater balance in terms of maturities, avoiding concentration of payments in a given period.

(d) sources of financing for working capital and investments in non-current assets

The Officers understand that in the last year, the Company's main sources of financing were: (i) cash flow generated by its operating activities; (ii) short-term and long-term bank debt; (iii) debt issuance (bonds and debentures); (iv) subsequent offer of primary shares (Follow-on or private capital increase).

These financing transactions are used by the Company mainly to cover costs, expenses and investments related to (i) business operation, (ii) capital disbursement, including investment in new plants, expansion and/or modernization of existing plants, and (iii) reduction of indebtedness and the interest rates linked to them.

The Officers believe that these sources of financing are adequate to the Company's indebtedness profile, meeting working capital and investment needs, always preserving the long-term profile of the financial debt and, consequently, the Company's payment capacity.

(e) sources of financing for working capital and investments in non-current assets that it intends to use to cover liquidity deficiencies

As at December 31, 2023, the Company had R\$ 21,878.4 million in cash and cash equivalents and financial investments and marketable securities, compared to R\$ 7,509.4 million in short-term debt. Considering the Company's debt profile and its historical ability to raise capital and generate cash in US dollars and reais, the Company expects to be able to pay its debts using a combination of different capital resources, such as revenues generated by the Company's operating activities, debt and equity issues and payment terms extended to its suppliers.

The Company believes that the focus on its core business, together with the investments it plans to make in the coming years, will allow for an increase in cash generation. This, in turn, may gradually increase the Company's ability to pay its financial obligations.

Item 2.1(f) of this Reference Form describes the main lines of financing contracted by the Company and the characteristics of each one.

(f) debt levels and characteristics

(i) significant borrowing and financing agreements

The following table shows the Company's consolidated indebtedness as at December 31, 2023 and 2022, described by modality, with weighted average rates and weighted average maturity terms:

Credit facility	Charges (% p.a.)	Weighted average interest rate (p.a.)	Weighted average maturity (years)	At December 31,	
				2023	2022
				(R\$ '000)	(R\$ '000)
Domestic currency:					
NCE/Working Capital	CDI / Fixed Rate	12.93%	2.68	2,361,124	4,692,869
CPR/CCB	CDI	13.54%	1.72	3,805,840	6,079,882
Agribusiness Receivables Certificates (CRA)	CDI / IPCA	12.24%	5.31	4,971,440	6,184,481
Tax incentives	Fixed Rate	2.40%	-	6,604	5,286
Debentures	CDI / IPCA	10.80%	5.72	6,486,619	5,768,475
Total domestic currency		12.08%		17,631,627	22,730,993
Foreign currency:					
Prepayment/NCE/ACC (US\$)	Fixed Rate/ Sofr/ Fixed Rate + FX	7.00%	3.33	6,003,525	5,218,815
Bonds (US\$)	Fixed Rate + FX / Fixed Rate	5.32%	8.80	18,891,545	24,788,824
Bank loan (US\$)	Fixed Rate + Libor / Sofr + FX	7.08%	2.17	5,667,881	6,263,450
Revolving redit facility	Fixed Rate + Libor	7.17%	4.73	2,452,259	1,656,705
Working capital	Fixed Rate/ Floating Rate / Eibor	15.68%	1.84	938,755	514,004
Total foreign currency		6.33%		33,953,965	38,441,798
Total loans, financing and debentures		8.30%		51,585,592	61,172,791
Current liabilities				7,509,414	12,813,280
Non-current liabilities				44,076,178	48,359,511

The Company's Officers understand that the types below represent the most relevant loans and financing.

The following is a brief description of the agreements entered into with our main creditors and in effect as at December 31, 2023:

Export credit note - NCE/Working Capital

The Company issued export credit notes aimed at strengthening the Company's working capital, with the objective of supporting production intended for export. The notes accrue an average annual interest rate of 12.93%.

Credit Notes - CPR & CCB

The Company entered into contracts for Rural Producer Credit Note (CPR) and Bank Credit Note (CCB), with maturities ranging from 1 to 5 years, in line with the strategy of extending the average term of the debt. The contracts accrue interest at an average annual rate of 13.54% p.a.

Non-convertible Debentures - CRA

On August 10, 2021, the Company concluded the issuance of 1,200,000 (one million and two hundred thousand) non-convertible unsecured debentures, in two series, with par value of R\$ 1,000 (one thousand Reais), in the total amount of R\$ 1,200.0 million, issued for private placement, with maturity of the first issuance on July 15, 2028 and the second issuance on July 15, 2031. This was the Company's 8th (eighth) issuance of Debentures.

On January 20, 2022, the Board of Directors authorized the 9th issuance of simple, unsecured, non-convertible debentures, in three series, for private placement. The total amount of this issuance is R\$ 1,500.0 million and 1,500,000 debentures were issued with a unit face value of R\$ 1,000.00 each. The debentures were not registered for distribution in the primary market, trading in the secondary market, electronic custody or settlement in any organized market.

The Company's Board of Directors also authorized the 10th issuance of simple, unsecured, non-convertible debentures, in a single series, for public distribution with restricted placement efforts. The total amount of this issuance is R\$ 500.0 million and 500,000 debentures were issued with a unit face value of R\$ 1,000.00 each.

On November 10, 2022, the Board of Directors authorized the 11th issuance of simple, unsecured, non-convertible debentures, in two series, for public distribution. The total amount of this issuance is R\$ 750.0 million and 750,000 debentures were issued with a unit face value of R\$ 1,000.00 each.

On November 17, 2022, the Board of Directors authorized the 12th issuance of simple, unsecured, non-convertible debentures, in two series, for private placement. The total amount of this issuance is R\$ 1,000.0 million and 1,000,000 debentures were issued with a unit face value of R\$ 1,000.00 each.

On July 13, 2023, the Company approved the 13th issue of simple debentures, non-convertible, unsecured, in up to three series, for private placement. Within the scope of the public offer for the distribution of agribusiness receivables certificates of the Issuer's 273rd issue, in three series, with nominal unit value on the issue date of R\$ 1, totaling R\$ 1,125,000, backed by agribusiness credit rights (CRA), represented by simple debentures, non-convertible, unsecured, without additional personal guarantee (private placement). The bookbuilding procedure was completed by the Coordinators on August 7, 2023.

On November 6, 2023, through RCA, the 14th deed was approved for the issue of simple debentures, not convertible, of the unsecured type, in a single series, for public distribution, in the form of automatic registration, in the amount of R\$ 500 million with a total term of 5 years. The proceeds will be used to repurchase and cancel falling due debts.

Debentures

On April 30, 2019, subsidiary BRF subscribed 750,000 debentures, with a unit face value of R\$1,000.00, totaling R\$ 750.0 million, which were issued in three series. The debentures are simple, unsecured, non-convertible into shares and with restricted efforts. The 1st series amounted to R\$ 70.0 million, indexed to the CDI+0.80% with payment of semiannual interest and principal maturing in a single installment in 2022. The 2nd series amounts to R\$ 411.7 million, indexed to the IPCA+5.50% with payment of semiannual interest and principal maturing in 2025 and 2026. The 4th series amounts to R\$ 268.3 million, indexed to the CDI+1.45% with payment of semiannual interest and principal maturing in 2025 and 2026.

On July 14, 2020, the Board of Directors of subsidiary BRF approved the 2nd issuance by the Company of simple, non-convertible debentures, in two series, for private placement. The debentures were subject to private placement with VERT, within the scope of the 46th issuance of Agribusiness Receivables Certificates (CRA), in a single series, of the securitization company, backed by agribusiness credit rights arising from the debentures, which, on July 14, 2020, were subject to public distribution with restricted efforts, pursuant to Law 11,076, of December 30, 2004, as amended, CVM Resolution 60, of December 23, 2021, as amended, and CVM Resolution 160, of July 13, 2022, as amended. The securitization company subscribed 2,200,000 debentures in a private placement, with a unit face value of R\$ 1,000.00, totaling R\$ 2,200.0 million. The 1st series amounts to R\$ 705.0 million, indexed to the IPCA+5.30% with payment of semiannual interest and principal maturing in a single installment in 2027. The 2nd series amounts to R\$1,495.0 million, indexed to the IPCA+5.60% with payment of semiannual interest and principal maturing in 2028, 2029 and 2030.

On May 28, 2021, the 3rd issuance by the Company of simple, unsecured, non-convertible debentures, in a single series, for private placement was approved. The debentures were subject to private placement with VERT, within the scope of the 60th issuance of Agribusiness Receivables Certificates (CRA), in a single series, of the securitization company, backed by agribusiness credit rights arising from the debentures, which, on June 2, 2021, were subject to public distribution with restricted efforts, pursuant to Law 11,076, of December 30, 2004, as amended, CVM Resolution 60, of December 23, 2021, as amended, and CVM Resolution 160, of July 13, 2022, as amended. The securitization company subscribed 1,000,000 debentures in a private placement, with a unit face value of R\$ 1,000.00, totaling R\$ 1,000.0 million.

On July 13, 2022, within the scope of the private placement, 1,700,000 debentures were subscribed by the securitization company in subsidiary BRF, with a unit face value of R\$1,000.00, in two series, totaling R\$ 1,700.0 million. The first series comprises 710,000 debentures, with maturity on July 13, 2027, and indexed to the DI. The second series comprises 990,000 debentures, with maturity on July 13, 2032, and indexed to the IPCA.

Revolving Credit Facility

On September 14, 2023, National Beef entered into a loan agreement with Cobank ACB, for the granting of a revolving credit facility with an aggregate principal amount of US\$ 510.0 million, subject to interest of 7.17% p.a., maturing on September 14, 2028.

On November 21, 2023, the Company concluded, through its subsidiary National Beef Packers, the process of increasing the limit and extending the term of the "Revolving Credit Facility RCF" available. Now the facility has a total amount of US\$ 1.125 billion and its maturity was extended from 2026 to 2028. The "Farm Credit System" and six other international banks participate in the operation.

In order to maintain a prudential and sustainable short-term liquidity position and in line with the adoption of measures to extend the average term and reduce the cost of its debts, on December 27, 2019, subsidiary BRF contracted with Banco do Brasil a revolving credit facility in the amount of up to R\$ 1,500,000, maturing in three years, which was renewed for addition two years on October 21, 2022. These credit facilities may be fully or partially disbursed at the discretion of the Company, when necessary. At December 31, 2023, the credit facilities were available, but unused.

Prepayment Financing Agreement/NCE/ACC (US\$)

The Company has entered into Pre-Export Financing Agreements; this type of agreement is signed to strengthen the Company's working capital, with the objective of supporting production intended for export.

On November 13, 2023, the Company contracted with a syndicate of banks a loan of the "PPE" modality - "Export Prepayment Credit Agreement" in the amount of US\$ 535 million with a total term of 5 years.

Senior Notes 2026 – NBM US Holdings

The twelfth operation, completed on May 14, 2019, comprised the issuance by NBM US Holdings, Inc. of US\$ 1,000.0 million in aggregate principal amount of Senior Notes due on May 14, 2026 ("2026 Notes"). The notes were issued to fund auction offers for the 2021 and 2023 Senior Notes and to pay fees and expenses associated with those transactions, with the remaining net proceeds to pay other outstanding debts (including, without limitation, open market repurchase of some of the outstanding debts of the Company). The notes were offered to QIBs in the United States, based on the exemption from registration provided by Rule 144-A, and to certain non-US persons in offshore transactions, based on Regulation S. The notes earn interest of 7% per annum with semiannual interest payments due on May 14 and November 14 of each year, beginning on November 14, 2019. The notes are unconditionally and irrevocably guaranteed by Marfrig, MARB, Marfrig Holdings and Marfrig Overseas. On March 10, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$15 million of the principal. On October 2, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$ 42 million of the principal.

Senior Notes 2026 – BRF

On September 29, 2016, Subsidiary BRF, through its wholly-owned subsidiary BRF GmbH, concluded the offer of 10-year Senior Notes, totaling US\$ 500.0 million, with principal maturing on September 29, 2026, issued with coupon (interest) of 4.35% p.a. (yield to maturity of 4.625%), to be paid semiannually, as from March 29, 2017. On September 14, 2020, the Company concluded a buyback offer of US\$ 718.0 thousand, with the payment of a premium of US\$ 28.0 thousand (equivalent to R\$ 151.0 thousand), net of interest. On September 20, 2023, subsidiary BRF repurchased the 4.350% Senior Notes due in 2026, paying the amount equivalent to R\$ 984,886 for the repurchase of these liabilities, amount that includes principal, interest, premium and taxes (aggregate principal amount of US\$ 200 million). Also on that date, all Senior Notes due in 2024 were redeemed for 100% (one hundred percent) of their aggregate principal value of US\$ 295 million plus accrued and unpaid interest, making a payment equivalent to R\$ 1,521,887.

Senior Notes 2029 – NBM US Holdings

The thirteenth operation, called Sustainable Transition Bond, was concluded in July 2019 and comprised the issuance by NBM US Holdings, Inc. of US\$ 500.0 million in Senior Notes, with a coupon of 6.625% p.a. and semiannual interest payments, with a principal maturity of 10 years (August/2029), which were assigned a foreign currency risk rating of BB- by Standard & Poors ("S&P") and BB- by Fitch Ratings.

This operation was guaranteed by Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited and Marfrig Holdings (Europe) B.V. The funds raised with the issuance will be invested in the process of purchasing cattle from the Amazon Biome, more specifically in the states of Mato Grosso, Pará and Rondônia and that meet specific criteria, aiming at controlling deforestation, not using indigenous lands, eradicating the slave and child labor, through greater control of cattle traceability, with innovations developed by the Company. On March 10, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$ 13 million of the principal. On October 2, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$ 11 million of the principal.

Senior Notes 2030 – BRF

On September 24, 2019, subsidiary BRF concluded the offering of Senior Notes, totaling US\$ 750.0 million, with principal maturing on January 24, 2030, issued with coupon (interest) of 4.875% per annum. At December 31, 2020, a principal of US\$ 750.0 million (equivalent to R\$ 3,897.5 million) regarding these notes was outstanding. On June 2, 2021, the buyback offer of 4.875% of the Senior Notes ("Buyback Offer") started and, on June 30, 2021, the Company disclosed the closing and the result of the Buyback Offer of 4.875% of the Senior Notes.

The Buyback Offer did not depend on the buyback of any minimum principal amount of the 4.875% Senior Notes, but the Company's obligation to conclude the Buyback Offer was dependent on the total buyback amount not exceeding US\$ 180.0 (one hundred and eighty million US dollars). The principal paid amounted to US\$ 59.4 (equivalent to R\$ 297.1 million). The Subsidiary carried out buyback transactions during 2022 amounting to US\$ 102.3 million (equivalent to R\$ 537.9 million).

Senior Notes 2031 – Marb

On January 14, 2021, the Company concluded its international *bonds* offer in the aggregate amount of US\$ 1,500.0 million. The issue received demand 4.5 times higher than the offer. The bonds maturing in 2031 were issued with an interest rate of 3.95% p.a., the Company's lowest ever. The operation was rated "BB-" in foreign currency by Standard & Poor's ("S&P") and "BB" by Fitch Ratings. The transaction is guaranteed by Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

The issuance is part of the Liability Management process to lengthen the Company's debt maturity profile and reduce the cost of its capital structure, and was used in the Tender Offer of Senior Notes due in 2024 with remuneration of 7% p.a. and the Senior Notes due in 2025 with remuneration of 6.875% p.a. On March 10, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$ 24 million of the principal. On October 2, 2023, the Company repurchased and canceled a portion equivalent to US\$ 28 million of the principal.

Senior Notes 2050 – BRF

On September 21, 2020, subsidiary BRF concluded the offering of *Senior Notes*, totaling US\$ 500.0 million, with principal maturing on September 21, 2050, issued with coupon (interest) of 5.75% per annum. On October 26, 2020, an additional US\$ 300.0 million were raised, issued with coupon (interest) of 5.75% p.a. The Subsidiary carried out buyback transactions during 2022 amounting to US\$ 128.8 million (equivalent to R\$ 676.9 million).

Bank Loan (US\$)

The Company has an outstanding balance of R\$ 5,667.9 million in bank loan in US\$ dollar, at an average rate of 7.08% p.a. This type of credit is used to generate working capital in the group companies located outside Brazil.

Financing agreements entered into with buyers or their affiliates

As of the date of this reference form, and except for the working capital facilities entered into in the ordinary course of the Company's business and as disclosed above, the Company has no other financing agreements entered into with the initial buyers or their affiliates.

Consolidated debt maturity schedule in all currencies:

(in R\$ thousand)	At December 31,	
	2023	2022
2023	-	12,813,280
2024	7,509,414	6,694,216
2025	7,114,288	5,788,310
2026	11,385,522	10,303,766
2027	4,159,849	3,619,778
2028 onwards	21,416,519	21,953,441
Total	51,585,592	61,172,791

(ii) other long-term relationships with financial institutions

The Officers confirm that the Company does not have other long-term relationships with financial institutions other than as a result of the financing, loans and guarantees described above.

(iii) degree of subordination between the Company's debts

The Company also clarifies that, in the last fiscal year, there was no degree of subordination between the Company's unsecured debts. Debts with real guarantee have the preferences and prerogatives provided for by law.

(iv) restrictions imposed on the Company, in particular, in relation to the indebtedness limits and contracting of new debts, the distribution of dividends, the disposal of assets, the issuance of new securities and the disposal of shareholding control, as well as whether the issuer has been complying with these restrictions

The Officers understand that the main restrictions imposed on the Company in relation to the indebtedness limits and contracting of new debts, the disposal of assets, the issuance of new securities and the disposal of shareholding control are described below.

The Company is subject to covenants in debt contracts that evidence or govern its outstanding debts, such as limitations on the contracting of new debts, encumbrances, payments and restricted investments, among other covenants that are standard in the types of debt instruments entered into, including the following:

- Not to incur any new indebtedness (as defined in such contracts) that, on the date of such occurrence, considering its pro forma effect, would take the net debt/EBITDA ratio (as defined in such contracts) to be greater than 4.75 or, in the case of bank financing, maintain a net financial debt/EBITDA ratio (as defined in such contracts) that does not exceed 4.75.

- Not to restrict the ability of the Company and its subsidiaries to: (i) pay dividends/other distributions between groups, (ii) incur or pay debts/advances between companies, or (iii) transfer property or assets between them.
- Not to sell any assets unless: (i) the sale of the asset is at fair market value; (ii) at least 75% of the consideration consists of cash or assets/properties related to the Company's business; and (iii) within 360 days after receipt of such funds, they are used to pay debts or acquire additional assets in businesses related to the Company's business.
- Not to issue, sell or transfer common shares of subsidiaries, except for the Company itself or its subsidiaries or in accordance with the clauses that provided for a limitation on the sale of assets or limitation of restricted payments.

In addition, certain contracts contain cross default clauses, in the event of default by the Company or its subsidiaries. The Company continues to pay its debts and make scheduled payments of principal and interest.

Indebtedness limits

The Company is party to some loan and financing contracts that contain clauses requiring the maintenance of specific limits of consolidated debt, through covenants.

These covenants set the limit of 4.75x for the ratio of Net Debt to EBITDA in the last 12 months (LTM). Failure to comply therewith could lead creditors to request the early maturity of the Company's debt.

Depending on the contractual provisions (carve-out) that allow for the exclusion of the effects of exchange rate variation in the calculation of the leverage ratio (net debt/Adjusted EBITDA LTM), the Company clarifies that based on this methodology, the current leverage ratio (net debt/ Adjusted EBITDA) was 3.65x.

The leverage ratio is calculated as follows:

(in R\$ thousand)	At December 31,
	2023
Consolidated gross debt	56,502,301
(-) Consolidated cash and cash equivalents	21,972,274
(-) Effect from exchange variation (carve-out)	584,438
Consolidated adjusted net debt	33,945,589
Adjusted EBITDA in the year ended December 31, 2023	9,295,493
Leverage indicator for financial covenants	3.65

The Company did not identify any breach of its covenants at December 31, 2023.

Restriction on the sale of assets

There are restrictions on the sale of assets that may lead to non-compliance with obligations under certain Advances on Exchange Contracts – ACC.

Restriction on disposal of control

There are restrictions on the disposal of control of the beneficiary of the credits in financing from NCEs, Finame, NPRs, CCBs and some ACCs.

(g) Officers' comments on the limits for use of financing already contracted

The Officers inform that all financing contracts were fully released after their respective approval and formalization with the creditor counterpart.

(h) Officers' comments on significant changes in each item of the financial statements

In the tables below, "HA" and "VA" in the columns mean "Horizontal Analysis" and "Vertical Analysis", respectively.

The tables below present a summary of the Company's financial and operating information for the periods indicated. The following information should be read and analyzed in conjunction with the Company's consolidated Financial Statements, and with the respective explanatory notes, available on the Company's website (www.marfrig.com.br/ri) and on the CVM website (www.cvm.gov.br).

CONSOLIDATED BALANCE SHEETS

The consolidated balance sheets as at December 31, 2023 and 2022 are presented below.

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE BALANCE SHEETS AS AT DECEMBER 31, 2023 AND DECEMBER 31, 2022

The table below presents the main changes in the balance sheet accounts as at December 31, 2023 compared to December 31, 2022.

ASSETS	Dec 31, 2023	VA	Dec 31, 2022	VA	HA
(in thousands of R\$, except percentage)					
CURRENT ASSETS					
Cash and cash equivalents	6,460,212	4.9%	6,403,788	4.7%	0.9%
Financial investments and marketable securities	15,418,144	11.8%	16,088,745	11.8%	-4.2%
Trade accounts receivable	7,213,646	5.5%	6,727,128	4.9%	7.2%
Inventories	10,113,118	7.7%	12,852,085	9.4%	-21.3%
Biological assets	2,756,684	2.1%	3,200,633	2.4%	-13.9%
Recoverable taxes	2,920,641	2.2%	3,261,989	2.4%	-10.5%
Prepaid expenses	302,499	0.2%	225,475	0.2%	34.2%
Notes receivable	96,770	0.1%	60,977	0.0%	58.7%
Advances to suppliers	913,428	0.7%	1,172,394	0.9%	-22.1%
Derivative financial instruments	126,921	0.1%	131,127	0.1%	-3.2%
Restricted cash	13,814	0.0%	-	0.0%	100.0%
Dividends receivable	851	0.0%	-	0.0%	100.0%
Other receivables	664,869	0.5%	473,737	0.3%	40.3%
	47,001,597	35.9%	50,598,078	37.2%	-7.1%
Assets held for sale	5,099,203	3.9%	-	0.0%	100.0%
Total Current Assets	52,100,800	39.8%	50,598,078	37.2%	3.0%
NON-CURRENT ASSETS					
Financial investments and marketable securities	319,995	0.2%	406,402	0.3%	-21.3%
Trade accounts receivable	5,897	0.0%	5,307	0.0%	11.1%
Judicial deposits	463,528	0.4%	510,392	0.4%	-9.2%
Recoverable taxes	9,089,563	6.9%	8,922,184	6.6%	1.9%
Notes receivable	2,130	0.0%	11,692	0.0%	-81.8%
Restricted cash	72,395	0.1%	89,717	0.1%	-19.3%
Deferred income and social contribution taxes	2,586,765	2.0%	3,011,971	2.2%	-14.1%
Derivative financial instruments	625,851	0.5%	74,118	0.1%	744.4%
Other receivables	229,725	0.2%	352,450	0.3%	-34.8%
Biological assets	1,858,316	1.4%	1,649,133	1.2%	12.7%
Investments	654,638	0.5%	701,933	0.5%	-6.7%
Investment property	115,165	0.1%	111,329	0.1%	3.4%
Property, plant and equipment	40,646,704	31.0%	46,030,660	33.8%	-11.7%
Right-of-use assets	3,631,190	2.8%	3,216,533	2.4%	12.9%
Intangible assets	18,551,974	14.2%	20,412,424	15.0%	-9.1%
Total Non-Current Assets	78,853,836	60.2%	85,506,245	62.8%	-7.8%
TOTAL ASSETS	130,954,636	100.0%	136,104,323	100.0%	-3.8%

LIABILITIES AND EQUITY	Dec 31, 2023	VA	Dec 31, 2022	VA	HA
(in thousands of R\$, except percentage)					
CURRENT LIABILITIES					
Trade accounts payable	16,706,980	15.8%	18,824,682	17.2%	-11.2%
Accrued payroll and related charges	1,669,658	1.6%	2,066,326	1.9%	-19.2%
Taxes payable	763,562	0.7%	673,199	0.6%	13.4%
Loans, financing and debentures	7,509,414	7.1%	12,813,280	11.7%	-41.4%
Advances from customers	4,614,640	4.4%	2,405,785	2.2%	91.8%
Lease payable	1,080,298	1.0%	819,547	0.7%	31.8%
Notes payable	196,697	0.2%	816,905	0.7%	-75.9%
Provision for contingencies	720,187	0.7%	867,294	0.8%	-17.0%
Derivative financial instruments	121,443	0.1%	264,544	0.2%	-54.1%
Dividends payable	810	0.0%	756	0.0%	7.1%
Advance for asset sale	1,500,000	1.4%	-	0.0%	100.0%
Other payables	729,346	0.7%	868,262	0.8%	-16.0%
	35,613,035	33.6%	40,420,580	36.9%	-11.9%
Liabilities related to assets held for sale	6,557,838	6.2%	-	0.0%	100.0%
Total Current Liabilities	42,170,873	39.8%	40,420,580	36.9%	4.3%
NON-CURRENT LIABILITIES					
Deferred income and social contribution taxes	9,553,512	9.0%	10,719,659	9.8%	-10.9%
Trade accounts payable	422	0.0%	7,459	0.0%	-94.3%
Accrued payroll and related charges	454,398	0.4%	456,944	0.4%	-0.6%
Taxes payable	346,661	0.3%	417,721	0.4%	-17.0%
Loans, financing and debentures	44,076,178	41.6%	48,359,511	44.1%	-8.9%
Lease payable	3,158,263	3.0%	2,783,551	2.5%	13.5%
Notes payable	63,239	0.1%	117,756	0.1%	-46.3%
Provision for contingencies	5,461,632	5.1%	5,859,743	5.3%	-6.8%
Derivative financial instruments	94,247	0.1%	183,068	0.2%	-48.5%
Other payables	685,376	0.6%	328,722	0.3%	108.5%
Total Non-current Liabilities	63,893,928	60.2%	69,234,134	63.1%	-7.7%
TOTAL LIABILITIES	106,064,801	81.0%	109,654,714	80.6%	-3.3%
EQUITY					
Share capital	10,367,391	7.9%	8,204,391	6.0%	26.4%
Capital reserves and treasury shares	(515,881)	-0.4%	(2,434,260)	-1.8%	-78.8%
Legal reserve	484,848	0.4%	484,848	0.4%	0.0%
Tax incentive reserve	229,403	0.2%	517,726	0.4%	-55.7%
Earnings reserve	2,927,390	2.2%	4,443,963	3.3%	-34.1%
Other comprehensive income	(5,861,827)	-4.5%	(5,646,808)	-4.1%	3.8%
Controlling shareholders' equity	7,631,324	5.8%	5,569,860	4.1%	37.0%
Non-controlling interest	17,258,511	13.2%	20,879,749	15.3%	-17.3%
Total equity	24,889,835	19.0%	26,449,609	19.4%	-5.9%
TOTAL LIABILITIES AND EQUITY	130,954,636	100.00%	136,104,323	100.0%	-3.8%

Current Assets

Current assets were R\$ 52,100.8 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 50,598.1 million as at December 31, 2022, which represents an increase of 3.0%. As a percentage of total assets, current assets represented 39.8% and 37.2% as at December 31, 2023 and 2022, respectively.

Cash and cash equivalents: The Company's cash and cash equivalents totaled R\$ 21,878.4 million as at December 31, 2023, which represents a decrease of 2.7% in relation to the amount of R\$ 22,492.5 million as at December 31, 2022. As a percentage of total assets, cash and cash equivalents totaled 16.7% as at December 31, 2023 compared to 16.5% as at December 31, 2022. The increase is primarily explained by the capital increases made by BRF and the Company, in addition to the generation of operating cash from the company's activities.

Trade Accounts Receivable: The Company's trade accounts receivable totaled R\$ 7,213.6 million as at December 31, 2023, which represents an increase of 7.2% in relation to the amount of R\$ 6,727.1 million as at December 31, 2022. As a percentage of total assets, trade accounts receivable totaled 5.5% as at December 31, 2023 compared to 4.9% as at December 31, 2022. The Company's Officers understand that this increase is mainly justified by the higher sales volume during the year.

Inventories and Biological Assets: The Company's inventories and biological assets totaled R\$ 12,869.8 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 16,052.7 million as at December 31, 2022, which represents a decrease of 19.8%. As a percentage of total assets, inventories and biological assets represented 9.8% and 11.8% as at December 31, 2023 and 2022, respectively.

Recoverable Taxes: The Company's recoverable taxes totaled R\$ 2,920.6 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 3,262.0 million as at December 31, 2022, which represents a decrease of 10.5%. As a percentage of total assets, recoverable taxes represented 2.2% and 2.4% as at December 31, 2023 and 2022, respectively. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory agencies - transaction with Minerva S.A.

Non-current Assets

Non-current assets totaled R\$ 78,853.8 million as at December 31, 2023, which represents a decrease of 7.8% in relation to the amount of R\$ 85,506.2 million as at December 31, 2022, as a percentage of total assets, non-current assets totaled 60.2% as at December 31, 2023 compared to 62.8% as at December 31, 2022. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory bodies - transaction with Minerva S.A.

Recoverable Taxes: Recoverable taxes totaled R\$ 9,089.6 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 8,922.2 million as at December 31, 2022, which represents an increase of 1.9%. As a percentage of total assets, recoverable taxes represented 6.9% as at December 31, 2023 compared to 6.6% as at December 31, 2022.

Property, Plant and Equipment and Right-of-use Assets Property, plant and equipment and right-of-use assets totaled R\$ 44,277.9 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 49,247.2 million as at December 31, 2022, which represents a decrease of 10.1%. As a percentage of total assets, property, plant and equipment and right-of-use assets represented 33.8% as at December 31, 2023 compared to 36.2% as at December 31, 2022. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory bodies - transaction with Minerva S.A.

Intangible Assets: The Company's intangible assets were R\$ 18,552.0 million as at December 31, 2023 compared to R\$ 20,412.4 million as at December 31, 2022, which represents a decrease of 9.1%. As a percentage of total assets, intangible assets represented 14.2% and 15.0% as at December 31, 2023 and 2022, respectively. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory bodies - transaction with Minerva S.A.

Current Liabilities

Current liabilities increased by 4.3%, to R\$ 42,170.9 million as at December 31, 2023, compared to R\$ 40,420.6 million as at December 31, 2022. In percentage terms, current liabilities represented 39.8% of total liabilities as at December 31, 2023 compared to 36.9% as at December 31, 2022.

Trade Accounts Payable and Supplier Chain Financing: As at December 31, 2023, trade accounts payable totaled R\$ 16,707.0 million, which represents a decrease of 11.2% compared to the amount of R\$ 18,824.7 million as at December 31, 2022. As a percentage of total liabilities, trade accounts payable and supplier chain financing totaled 15.8% as at December 31, 2023 compared to 17.2% as at December 31, 2022. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory bodies - transaction with Minerva S.A.

Loans, Financing and Debentures: As at December 31, 2023, loans, financing and debentures totaled R\$ 7,509.4 million, which represents a decrease of 41.4% in relation to the amount of R\$ 12,813.3 million as at December 31, 2022. Of the total liabilities, the loans, financing and debentures line represented 7.1% as at December 31, 2023 and 11.7% as at December 31, 2022.

Non-current Liabilities

Non-current liabilities totaled R\$ 63,893.9 million as at December 31, 2023, which represented a decrease of 7.7% in relation to the amount of R\$ 69,234.1 million as at December 31, 2022. In percentage terms, non-current liabilities represented 60.2% of total liabilities as at December 31, 2023 compared to 63.1% as at December 31, 2022.

Deferred Income and Social Contribution Taxes: As at December 31, 2023, deferred income and social contribution taxes totaled R\$ 9,553.5 million, which represented a decrease of 10.9% compared to the amount of R\$ 10,719.7 million as at December 31, 2022. As a percentage of total liabilities, deferred income and social contribution taxes totaled 9.0% as at December 31, 2023 compared to 9.8% as at December 31, 2022.

Loans, Financing and Debentures: As at December 31, 2023, loans totaled R\$ 44,076.2 million, which represented a decrease of 8.9% compared to the amount of R\$ 48,359.5 million as at December 31, 2022. As a percentage of total liabilities, loans and financing totaled 41.6% as at December 31, 2023 compared to 44.1% as at December 31, 2022. The decrease is mainly explained by the reclassification of assets and liabilities to available for sale, which will be maintained in this account until final approval by the regulatory bodies - transaction with Minerva S.A.

Equity

The Company's equity decreased by 5.9%, to R\$ 24,889.9 million as at December 31, 2023 from R\$ 26,449.6 million as at December 31, 2022. The decrease is mainly explained by the decrease in the earnings reserve account, due to the negative result for the year, and in the other comprehensive income account, which mainly includes the exchange variation on part of the debt in foreign currency. On the other hand, there was an increase in share capital by R\$ 2,163.0.

STATEMENT OF CASH FLOWS

The cash flows from the Company's continuing operations for the years ended December 31, 2023 and 2022 are presented below.

COMPARISON BETWEEN CASH FLOWS FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2023 AND DECEMBER 31, 2022

(in R\$ thousand, except %)	Year ended December 31,		HA (%)
	2023	2022 (reclassified)	
Net cash provided by operating activities	12,556.4	7,989.3	57.2%
Net cash used in investing activities	(6,120.4)	(5,873.5)	4.2%
Net cash provided by (used in) financing activities	(3,911.2)	523.0	-847.8%

Operating activities

Net cash provided by operating activities increased by 57.2% in the year ended December 31, 2023 compared to the same period in 2022, from R\$ 7,989.3 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 12,556.4 million in the year ended December 31, 2023. The variation is explained by operational improvements, mainly in the South America and BRF segments.

Investing activities

Net cash used in investing activities increased by 4.2% in the year ended December 31, 2023 compared to the same period in 2022, from R\$ (5,873.5) million in the year ended December 31, 2022 to R\$ (6,120.4) million in the year ended December 31, 2023.

Financing activities

Net cash provided by (used in) financing activities decreased by 847.8% in the year ended December 31, 2023 compared to the same period in 2022, from R\$ 523.0 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ (3,911.2) million in the year ended December 31, 2023. This is mainly explained by the capital increase made in BRF (Follow-on) and the private capital increase made in Marfrig, which together raised R\$ 5.7 billion and were used to reduce debts and finance the Company's working capital and consequently reduce the need for bilateral loans with banks or financial institutions.

2.2 - Operating and financial result

Comparative analysis of the years ended December 31, 2023 and 2022

The table below presents the amounts related to the consolidated statements of income for the years ended December 31, 2023 and 2022. As mentioned in item 2.1, part of the South American operation was classified as a discontinued operation. As a result, the comparative statement of income is presented considering that the operation was discontinued from the beginning of the comparative period, thus including the observation “reclassified” in the December 31, 2022 statements.

CONSOLIDATED STATEMENT OF INCOME (in R\$ million)	12M23	% NR	12M22 (Reclassified)	% NR	Var (%)	Var (R\$)
Net sales revenue	132,218.0	100.0%	125,371.4	100.0%	5.5%	6,846.7
Cost of products and goods sold	(118,840.5)	-89.9%	(108,890.3)	-86.9%	9.1%	(9,950.2)
Gross Profit	13,377.5	10.1%	16,481.0	13.1%	-18.8%	(3,103.6)
Operating income (expenses)	(12,316.3)	-9.3%	(7,314.5)	-5.8%	68.4%	(5,001.8)
Selling expenses	(10,431.1)	-7.9%	(8,868.8)	-7.1%	17.6%	(1,562.3)
General and administrative expenses	(1,966.5)	-1.5%	(1,557.4)	-1.2%	26.3%	(409.1)
Equity in earnings (losses) of subsidiaries	(63.5)	0.0%	(64.6)	-0.1%	-1.7%	1.1
Other operating income (expenses)	144.8	0.1%	3,176.3	2.5%	-95.4%	(3,031.5)
Net income before financial income (expenses)	1,061.2	0.8%	9,166.6	7.3%	-88.4%	(8,105.4)
Net financial result	(5,602.4)	-4.2%	(6,174.7)	-4.9%	-9.3%	572.3
Financial income	11,521.1	8.7%	11,069.9	8.8%	4.1%	451.2
Financial expenses	(17,123.5)	-13.0%	(17,244.6)	-13.8%	-0.7%	121.1
Net income (loss) before taxes	(4,541.2)	-3.4%	2,991.8	2.4%	-251.8%	(7,533.1)
Income and social contribution taxes	1,089.6	0.8%	448.0	0.4%	143.2%	641.6
Current income and social contribution taxes	(223.0)	-0.2%	(241.4)	-0.2%	-7.6%	18.4
Deferred income and social contribution taxes	1,312.6	1.0%	689.4	0.5%	90.4%	623.3
Net income (loss) for the year from continuing operations	(3,451.6)	-2.6%	3,439.8	2.7%	-200.3%	(6,891.4)
Loss for the year from discontinued operations	(169.6)	-0.1%	(676.8)	-0.5%	-74.9%	507.2
Net income (loss) for the year before equity interests	(3,621.2)	-2.7%	2,763.0	2.2%	-231.1%	(6,384.2)
Net income attributed to:						
Controlling interest - continuing operation	(1,348.4)	-1.0%	4,831.4	3.9%	-127.9%	(6,179.8)
Controlling interest - discontinued operation	(169.4)	-0.1%	(665.6)	-0.5%	-74.5%	496.2
Controlling interest - total	(1,517.8)	-1.1%	4,165.8	3.3%	-136.4%	(5,683.6)
Net income attributed to:						
Non-controlling interest - continuing operation	(2,103.2)	-1.6%	(1,391.6)	-1.1%	51.1%	(711.7)
Non-controlling interest - discontinued operation	(0.2)	0.0%	(11.3)	0.0%	-98.0%	11.0
Non-controlling interest - total	(2,103.4)	-1.6%	(1,402.9)	-1.1%	49.9%	(700.6)
Basic Earnings (Losses) per Share - Common	(2.3663)		6.4022		-137.0%	(8.8)
Diluted Earnings (Losses) per Share - Common	(2.3663)		6.3976		-137.0%	(8.8)

Net sales revenue

Net sales revenue increased by 5.5%, from R\$ 125,371.4 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 132,218.0 million in the same period of 2023. In the year ended December 31, 2022, the increase is explained mainly by the higher prices charged in the North American operation and by the full

accounting of BRF's results, which in 2022 only became part of the set of information from the 2nd quarter onwards.

The table below shows net sales for the business units:

(in R\$ million)	Years ended December 31,	
	2023	2022 (reclassified)
Beef - North America		
Domestic market	53,531.7	54,206.4
Export	6,020.0	7,167.0
Total Beef - North America	59,551.7	61,373.4
Beef - South America		
Domestic market	7,363.3	5,870.4
Export	11,859.7	16,501.0
Total Beef - South America	19,223.0	22,371.4
Poultry, pork and processed products - BRF		
Domestic market	28,955.4	22,922.0
Export	24,487.9	18,704.5
Total poultry, pork and processed products – BRF	53,443.3	41,626.5
Marfrig Consolidated		
Domestic market	89,850.4	82,997.8
Export	42,367.6	42,373.5
Total Marfrig Consolidated	132,218.0	125,371.3

We present below information on the changes in the Company's net sales revenue by business unit, as shown in the table above.

Beef - North America

Net sales revenue in the Beef - North America segment decreased to R\$ 59,551.7 million for the year ended December 31, 2023 compared to net sales revenue for the same period in 2022, which was R\$ 61,373.4 million, explained by the effect of the translation to Brazilian Reais.

In U.S. dollar terms, sales revenue was US\$ 11,948 million, an increase of 0.6% compared to 2022. The record net revenue is explained by the higher average price (+6.7% vs. 2022) which offset the lower sales volume.

Domestic market. Net revenue from domestic sales in the Beef - North America segment decreased from R\$ 54,206.4 million as at December 31, 2022 to R\$ 53,531.7 million as at December 31, 2023. When compared in U.S. dollars, the currency of the operation, net revenue from domestic sales was US\$10,741 million, an increase of 2.4%, explained mainly by the higher average sales price.

Export market. Net revenue from export sales in the Beef - North America segment decreased from R\$ 7,167.0 million as at December 31, 2022 to R\$ 6,020.0 million as at December 31, 2023. In U.S. dollars, net export revenue was US\$ 1,207 million, a decrease of 13% in comparison with the previous year, mainly due to lower volume of shipments, especially to Japan and South Korea, and prioritization of the domestic market.

Beef - South America

Net sales revenue in the Beef - South America segment decrease by 14.1%, from R\$ 22,371.4 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 19,223.0 million in the same period of 2023. The decrease is mainly explained by the fall in the average price of sales to foreign markets.

Domestic market. Net revenue from domestic sales in the Beef - South American segment increased by 25.5%, from R\$ 5,870.4 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 7,363.3 million in the same period of 2023.

Export market. Net revenue from export sales in the Beef - South America segment decreased by 28.1%, from R\$ 16,501.0 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 11,859.7 million in the same period of 2023.

Poultry, pork and processed products - BRF

After the business combination with BRF S.A., the Company started to have a "Poultry, pork and processed products - BRF" segment as from the second quarter of 2022, so any comparison with 2023 will be impaired.

Net sales revenue in the Poultry, pork and processed products segment - BRF increased by 28.4%, from R\$ 41,626.5 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 53,443.3 million in the same period of 2023.

Domestic market. Net revenue from domestic sales in Poultry, pork and processed products - BRF segment increased by 26.3%, from R\$ 22,922.0 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 28,955.4 million in the same period of 2023.

Export market. Net revenue from export sales in Poultry, pork and processed products - BRF segment increased by 30.9%, from R\$ 18,704.5 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 24,487.9 million in the same period of 2023.

Cost of products and goods sold

The cost of products and goods sold increased by 9.1%, from R\$ 108,890.3 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 118,840.5 million in the same period of 2023. The increase is explained by the consolidation of BRF's full year in 2023 (vs. 3 quarters in 2022), the higher cost of livestock in North America, as explained previously, and higher sales volume in the South American Operation. Expenditure on raw materials accounted for around 60.8% of total costs.

The table below shows the breakdown of cost of products sold:

(in R\$ million, except %)	Year ended December 31,			
	2023	%	2022 (reclassified)	%
Direct and indirect labor	10,164.6	8.6%	7,274.1	6.7%
Raw materials	72,227.2	60.8%	81,742.0	75.1%
Production costs	36,448.7	30.7%	19,874.2	18.3%
Total	118,840.5	100.0%	108,890.3	100.0%

Raw materials, which include animals, continued to be the main component of cost of products sold, representing 60.8% of total cost of products sold in the year ended December 31, 2023, compared to 75.1% in the same period in 2022.

Gross profit

The gross profit was R\$ 13,377.5 million for the year ended December 31, 2023, a decrease of 18.8% compared to the same period in 2022, and the gross margin reached 10.1% for the year ended December 31, 2023.

In 2023, the gross profit of the Beef - North America segment was R\$ 3,953.8 million, a decrease of 54.5% in relation to 2022. In 2023, when measured in U.S. dollars, the Gross Profit of the North America operation was US\$ 793 million, a decrease of 52.9% compared to 2022. The "cutout ratio" (average price of beef divided by the average cost of cattle) was 1.70x in 2023 against to 1.86x in 2022, the drop is due to the higher cost of raw materials, as explained above, lower sales volume and lower average export price.

This combination resulted in gross margin of 6.6% in 2023, 7.6 p.p. lower than in the previous year.

In 2023, the gross profit of the Beef - South America operation was R\$ 2,742.3 million, 13.2% higher than in 2022. The increase is explained by lower expenditure on raw materials, which more than offset the lower sales volume and lower average export price.

In 2023, the gross profit of the Poultry, pork and processed products - BRF operation was R\$ 8,833.7 million, 25.8% higher than in 2022. The increase is explained by the consolidation of BRF's full year in 2023 (vs. 3 quarters in 2022).

Selling, general and administrative expenses

SG&A expenses totaled R\$ 12,397.6 million in the year ended December 31, 2023, an increase of 18.9% compared to the R\$ 10,426.2 million recorded in the same period in 2022.

In the year ended December 31, 2023, SG&A expenses corresponded to 9.4% of total net sales revenue compared to 8.3% in the same period in 2022.

In 2023, selling expenses were R\$ 10,431.1 million. Selling expenses in relation to net revenue were 7.9%, 82 pbs higher than in the previous year, mainly explained by the consolidation of BRF and its profile with higher marketing expenses.

General and administrative expenses totaled R\$ 1,966.5 million. General and administrative expenses in relation to net revenue were 1.5% compared to 1.2% in the same period in 2022.

Adjusted EBITDA

In 2023, Marfrig's adjusted EBITDA was R\$ 9,295.5 million, a decrease of 27.1% compared to the previous year. The Adjusted EBITDA margin was 7.0%, 314 pbs lower than the 10.2% margin in 2022. The decrease in profitability is explained by the lower performance of the North American operation, as explained above.

Other Operating Income

Other operating income, net decreased by R\$ 3,031.5 million, from a net income of R\$ 3,176.3 million in the year ended December 31, 2022 to a net income of R\$ 144.8 million in the same period of 2023. In 2022 this account had been impacted by the effect of the bargain purchase gain on BRF's result.

Financial Income (Expenses)

In the year ended December 31, 2023, the Company recorded total financial expenses of R\$ 5,602.4 million, a decrease of 9.3% compared to R\$ 6,174.7 in 2022. Financial expenses totaled R\$ 17,123.5 million and financial income totaled R\$ 11,521.1 million in 2023.

The table below includes a breakdown of the financial income (expenses):

(in R\$ million, except %)	At December 31,		Var%
	2023	2022 (reclassified)	
Interest received, earnings from financial investments	1,474.5	978.0	50.8%
Interest accrued, debentures and lease with financial institutions	(5,398.6)	(3,379.2)	59.9%
Inflation adjustments, bank expenses, amortized, cost on debt and other	(502.6)	(443.8)	13.3%
Loss from securities	-	(795.3)	-100.0%
Translation gains and losses	(1,175.7)	(2,534.4)	-53.6%
Total	(5,602.4)	(6,174.7)	-9.3%
Financial income	11,521.1	11,069.9	4.1%
Financial expenses	(17,123.5)	(17,244.6)	-0.7%
Total	(5,602.4)	(6,174.7)	-9.3%

The Company does not perform leveraged transactions with derivatives or similar instruments.

Derivative transactions are designed to provide minimal protection against its exposure to foreign currencies, interest rates and commodity prices, and the Company maintains a conservative policy of not taking positions that could compromise its financial position.

Income and Social Contribution Taxes

In the year ended December 31, 2023 and 2022, the Company recorded in the result the amounts of R\$ 1,089.6 million and R\$ 448.0 million, respectively, related to deferred taxes and taxes paid abroad.

Net Gain (Loss) from Operations

The net gain from operations for the year ended December 31, 2023 was R\$ 3,621.2 million, compared to a net gain attributable to operations of R\$ 2,763.0 million in the same period in 2022. The net margin for the year ended December 31, 2023 was negative at 2.7%, compared to positive 2.2% in the same period in 2022.

Results of the Company's operations

(i) description of significant revenue components

Marfrig has 32 production units, distribution centers and offices located in South America, North America, Europe and Asia. The Company's revenues, therefore, come from both the domestic markets where it has operations and from exports to various countries that the Company accesses through its distribution network.

The main factors that affected the Company's revenue were the following:

- (a) the Beef - North American operation that generated a large volume of revenue through subsidiary National Beef, which was acquired in June 2018.

- (b) consolidation of the results of subsidiary BRF as from April 1, 2022. After election and inauguration of the ticket appointed by the Company to the Board of Directors of this subsidiary, the Company began to exercise significant influence and, consequently, control over its operations.
- (c) making part of the South American assets available for sale.
- (d) exchange variation, inflation and interest rate fluctuations;
- (e) variations in average sales prices in the domestic and international markets, largely resulting from changes in the supply x demand ratio and from taking advantage of opportunities in each market in which the Company operates;
- (f) variation in the prices of the main inputs;
- (g) efficiency of the production process and manufacturing capacity utilization rate; and
- (h) performance of the world economy and of the countries in which the Company has production.

Below we comment a little more on the points listed above.

Supply and demand of our products

On the supply side, we can mention the availability and prices of raw materials to which the Company is exposed, among which cattle and grains in the countries in which the Company concentrates its production. The low availability of raw materials may increase the acquisition costs, which can affect margins if the Company does not have conditions to transfer cost increases to the prices of final products.

On the demand side, we can mention, for example, a global economic crisis, causing a retraction in employment levels and, consequently, an impact on disposable income and household consumption, these factors can significantly affect the Company's operations. On the other hand, opening up new markets to the products sold by the Company could positively influence its results.

The Officers inform that outbreak of animal diseases can result in commercial and sanitary barriers by other countries and, thus, impact the access to international markets and, consequently, the Company's sales.

GDP growth globally and in the countries where we have operations and demand for our products

The Officers understand that the growth in the consumption of food and animal proteins is directly linked to population growth and population income. GDP performance in the countries where the Company sells its products may affect operating results.

Effects of raw material price fluctuations

The Officers inform that the main components of the Company's production costs are the purchase of raw materials, which includes the purchase of livestock (cattle, poultry and pork), and inputs for feed (grains). Fluctuations in livestock and grain prices in the domestic and foreign markets significantly affect net operating revenue and cost of goods sold. The Company has no control over these prices, which vary according to the supply and demand dynamics.

Sales prices in domestic and foreign markets

According to the Officers, the prices of the Company's products in the domestic and foreign markets are generally established by market conditions, over which the Company has no control. Prices in the domestic market are also affected by the prices that the Company is able to charge from the various wholesale and retail customers that resell its products.

Effects of exchange rate volatility and monetary policy

In the opinion of the Officers, the Company's operating results and financial situation have been and will continue to be affected by the volatility of the currencies in which the Company operates. A large part of the Company's revenues originate in currencies other than the Brazilian real. In addition, part of the debt is denominated in US dollars, which requires the Company to make principal and interest payments in that currency.

The Officers inform that Brazilian exports and relevant international operations, which allow the Company to generate accounts receivable in foreign currency, tend to have approximately the share of debt in foreign currencies, which provides what we call "cash flow hedge or natural hedge" with respect to the significant portion of the US dollar debt obligations.

In the opinion of the Officers, inflation and the measures adopted by the governments of the countries where we operate to combat it may have considerable effects on the economy of these countries and, consequently, on the Company's business. Inflationary pressures can lead to government intervention in the economy, including the implementation of government policies that could have an adverse effect on the Company and its customers. Moreover, if the Company experiences high rates of inflation in the countries where it operates, the Company may not be able to adjust the prices of its products sufficiently to offset the effects of inflation on the cost structure, which could have an adverse effect on its results.

(ii) factors that materially affected the operating results

The Company's management monitors various metrics and indicators that affect operations in its business, including the following:

Effects of acquisitions and disposals

Year ended December 31, 2023

BRF S.A.

On July 3, 2023, subsidiary BRF S.A. held an Extraordinary General Meeting ("EGM"), approving the change of the capital increase authorization limit, from 1,325,000,000 common shares to 1,825,000,000 common shares.

Under the Offering and in the context of the Investment Commitments, Marfrig Global Foods S.A. acquired 200,323,582 shares, totaling 560,457,162 shares, increasing its interest from 33.27% to 33.31% on that date. All the new shares are common, registered, book-entry, with no par value and free and clear from any liens or encumbrances, with a unit price of R\$ 9.00.

On September 19, 2023, the Company started to hold a total of 601,890,861 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 33.31% to 35.77% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On September 25, 2023, the Company started to hold a total of 673,879,961 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 35.77% to 40.05% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On October 13, 2023, the Company started to hold a total of 757,225,906 shares, increasing its interest from 40.05% to 45.01% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

In the period between October 14, 2023 and October 29, 2023, the Company acquired 41,322,600 shares, therefore the ownership interest after this change became 798,548,506 shares or 47.46% of the capital of BRF S.A.

On December 28, 2023, the Company started to hold a total of 842,165,702 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 47.46% to 50.06% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

Assets and liabilities held for sale and discontinued operations

On August 28, 2023, following its strategy of focusing on the production of branded meat and products with higher value added, the Company decided to sell certain cattle and sheep slaughter units in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay, which are part of the Beef South America segment, to Minerva S.A.

The Assets involved in the Transaction are (1) in Brazil the following cattle slaughter units: (i) Alegrete, in Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, in Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, in Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, in Rondônia; (v) Mineiros, in Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, in Mato Grosso, (vii) São Gabriel, in Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, in Mato Grosso and three dormant units (2) In Argentina the Villa Mercedes cattle slaughter unit; (3) in Chile the Patagonia sheep slaughter unit; and (4) in Uruguay: the following cattle slaughter units (i) Colônia, (ii) Salto and (iii) San José.

The sale price of the Transaction's Assets is R\$ 7,500,000, with a down payment of R\$ 1,500,000 received on August 28, 2023 and the balance of R\$ 6,000,000 to be paid at the closing of the transaction.

The completion of this transaction is subject to regulatory and competitive approvals usual in this type of operation, which is estimated to occur in the second half of 2024.

2022 fiscal year

On January 19, 2022, the Company announced to its shareholders and the market that PlantPlus Foods LLC ("PlantPlus Foods") concluded the acquisition of Sol Cuisine Ltd. ("Sol Cuisine"), a company listed on the Toronto Stock Exchange – TMX – under the ticker VEG. Sol Cuisine is a producer that has shown rapid growth in the vegetable protein segment, with its own brand and private label, with presence in the main categories of dishes and snacks. The company's products are offered through an omni-channel distribution platform established in Canada, the United States of America and Mexico.

On April 1, 2022, after election and inauguration of the ticket appointed by the Company to the Board of Directors of subsidiary BRF, the Company began to exercise significant influence and, consequently, control over the operations of subsidiary BRF. The elected ticket undertakes the responsibilities and attributions of the Board of Directors, which consist of electing the Executive Board, establishing Management compensation, authorizing the creation and dissolution of companies, appointing and removing the independent auditors, and approving policies and approval limits, as well as other matters that impact the administration of the business.

GDP growth and product demand

Sales in the domestic markets in each country in which the Company operates represented 68.0% of its total net sales for the year ended December 31, 2023. In the year ended December 31, 2022, sales in the domestic markets represented 66.2% of total net sales. As a result, the Company is significantly affected by economic conditions in its main domestic markets. The Company's financial and sales situation was and will continue to be affected by GDP growth and demand for the Company's products in its main domestic markets.

Effects of fluctuations in raw material prices

Fluctuations in the prices of livestock and inputs for feed (grains) in the domestic and international markets in which the Company operates significantly affect its net sales and cost of goods sold.

Effects on net sales

The domestic and international prices of the Company's products are generally determined by market conditions beyond its control. These prices are also affected by the additional markup that retailers charge end consumers, some of which the Company negotiates on a case-by-case basis. Among the main factors that influence the prices of its products are livestock prices, disease outbreaks and sanitary, commercial and customs restrictions imposed in Brazil, the United States and abroad.

Effects on cost of products sold

The livestock and inputs for feed (grains) are the main raw materials of the Company. Raw material purchases accounted for 60.8% of its total cost of products sold for the year ended December 31, 2023 and 75.1% for the year ended December 31, 2022.

Other material costs include direct and indirect labor, direct and indirect industrial costs, packaging materials and electricity.

The Company does not control livestock prices, livestock cost varies according to domestic and export prices, which vary depending on supply and demand. The Company generally buys livestock to be delivered every 30 days, on average, and the price paid is based on market prices at the time of purchase. As a result, fluctuations in market price directly affect the cost of products sold.

In addition, the prices of raw materials of inputs for feed, including corn, soybean meal and soy (in grains), are generally affected by changes in the economic scenario, weather conditions, crop diseases, and costs linked to exchange rates.

The prices of corn and soybean meal, grain and oil are exposed to price risks arising from future purchases. This risk is managed through physical inventories, order balances at a fixed price and through derivative financial instruments.

The Company's Risk Policy establishes limits to hedge the purchase flow of corn and soybean meal, grain and oil, aiming to decrease the impact arising from an increase in the prices of these raw materials, and considers the possible use of derivative instruments or inventory management. Subsidiary BRF purchases commodities at prices to be fixed in the futures and spot markets and, to protect such exposure, contracts derivative instruments in an active position (purchase) to fix such prices in advance.

Effect of export levels on financial performance

In the Beef - South American segment operations, the Company generally obtains higher prices and margins in export markets for its products than those obtained in domestic markets. The difference in prices and margins between the domestic and export markets results, in part, from the generally higher demand for higher value added products in export markets, particularly with respect to premium cuts and processed products, and the greater purchasing powers in more developed countries.

Export sales from the Beef - South America segment represented 61.7% and 73.8% of its net sales for the years ended December 31, 2023 and 2022, respectively.

The net amount of foreign sales decreased by 28.1%, from R\$ 16,502.0 million in the year ended December 31, 2022 to R\$ 11,859.7 million in the year ended December 31, 2023.

In the Poultry, pork and processed products - BRF segment, the export sales represented 45.8% of the net sales of this segment, totaling R\$ 24,487.9 million.

Effects of exchange rate variations

Operating results and financial condition have been and will continue to be affected by the rate of depreciation or appreciation of the real against the US dollar.

A substantial part of the Company's net revenue is pegged to the US dollar. All results obtained by subsidiaries abroad and export revenue are denominated in US dollars. Any depreciation or appreciation of the real against foreign currencies may affect the Company's revenues, causing a monetary increase or decrease, provided that other variables remain unchanged.

Moreover, a substantial portion of the Company's loans and financing is denominated in foreign currencies, mainly in US dollars. For this reason, any depreciation of the real against foreign currencies could significantly increase financial expenses and current and non-current loans and financing not denominated in reais. On the other hand, any appreciation of the real against foreign currencies could significantly decrease current and non-current financial expenses and loans and financing carried out in currencies other than reais.

The Company also has a sound financial policy, maintaining a high level of cash balance and short-term investments with solid financial institutions.

With 75.2% and 79.5% of net sales being made in currencies other than the Brazilian real for the years ended December 31, 2023 and 2022, the Company has a Risk Policy for the management of its operating income, which aims at hedging revenues and costs pegged to foreign currencies. Subsidiary BRF has internal models for the measurement and monitoring of these risks, and contracts hedging instruments, designating the relationships as cash flow hedge accounting.

Subsidiary BRF has more revenues denominated in foreign currency than expenses and, therefore, contracts derivative financial instruments to reduce such exposure. Derivative financial instruments designated as cash flow and fair value hedge accounting protect the exchange rate exposure of operating income.

Debt level effect

As at December 31, 2023, the Company's total debt was R\$ 51,585.6 million, of which 34.2% (or R\$ 17,631.6 million) was denominated in reais and 65.8% (or R\$ 33,954.0 million) in other currencies.

The Company had R\$ 7,509.4 million in short-term debt (which includes the current portion of loans and financing, interest on debentures and debentures payable) and R\$ 44,076.2 million in long-term debt (which includes the non-current portion of loans and financing and debentures payable) as at December 31, 2023. The Company's debt level results in significant financial expenses, which consist of interest expense, exchange rate variations on foreign currency debt and other items.

In the year ended December 31, 2023, the Company recorded total financial expenses of R\$ 5,602.4 million, consisting of R\$ 17,123.5 million in financial expenses and R\$ 11,521.1 million in financial income.

(b) changes in revenues attributable to changes in prices, exchange rates, inflation, changes in volumes and introduction of new products and services

As mentioned above, the Officers believe that several factors influenced Marfrig's revenue.

In the year ended December 31, 2023, the Officers understand that the Company's consolidated revenue was influenced by the availability of part of the South American assets for sale, the consolidation of BRF's full year versus 3 quarters of the 2022 period and the better performance of the South American operation.

(c) impact of inflation, changes in prices of main inputs and products, exchange rates and interest rates on the Company's operating and financial results, when relevant

The Officers inform that the results of our operations are influenced by several factors, such as variation in raw material prices and labor costs.

Consideration of the impact of exchange rates on the financial result

As at December 31, 2023, 65.8% of the debt was denominated in currencies other than the Brazilian real (mainly the US dollar). On the other hand, revenues from international operations, including Brazilian exports, totaled 75.2% of the Company's sales.

As at December 31, 2022, 62.8% of the debt was denominated in currencies other than the Brazilian real (mainly the US dollar). On the other hand, revenues from international operations, including Brazilian exports, totaled 79.5% of the Company's sales.

Considerations on the impact of inflation and interest rates on the financial result

The effects of a hyperinflationary economy were recognized against "Cumulative translation adjustment and asset valuation adjustments" and foreign exchange variations were recorded in the statement of income for the period.

As required by the accounting standard, non-monetary items, as well as the income for the year, were restated by the variation in the inflation index between the initial recognition period and the reporting period, with the aim of recording the balance sheet of subsidiaries at current value.

The translation of the balances of subsidiaries located in a hyperinflationary economy into the reporting currency was made at the exchange rate in force at the end of the year, for balance sheet and statement of income items.

In the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2023, restatement due to hyperinflation had a positive impact on the Company's results by R\$ 1,082.8 million.

Argentina

Argentina has been considered a hyperinflationary economy since 2018. In 2023, the Central Bank of Argentina raised the country's basic rate to 160%, in an attempt to contain the biggest general rise in prices in 30 years.

The Company has presented the financial statements with the restatement for inflation for subsidiaries in that country, as well as the impacts on its consolidated financial statements. The price index defined and applied in the year ended December 31, 2023 was 161% (95% at December 31, 2022).

Turkey

Inflation rates in Turkey have remained high in recent periods and have surpassed cumulative inflation over the past 3 years by more than 100%, according to the Turkish Statistical Institute.

The price index defined and applied in the year ended December 31, 2023 was 65% (64% at December 31, 2022).

Comparative analysis of the fiscal years ended December 31, 2023 and 2022

The consolidated net sales revenue increased to R\$ 132,218.0 million for the year ended December 31, 2023 compared to net sales revenue for the same period in 2022, which was R\$ 125,371.4 million. The record net revenue is explained by the consolidation of BRF's full year versus 3 quarters of the 2022 period and the better performance of the South America Operation.

The cost of products and goods sold increased by 9.1%, from R\$ 108,890.3 million for the year ended December 31, 2022 to R\$ 118,840.5 million for the year ended December 31, 2023. The increase is explained by the consolidation of BRF's full year in 2023 (vs. 3 quarters in 2022), the higher cost of livestock in North America, as explained previously, and higher sales volume in the South American Operation.

The raw material item continued to be the main component of COGS, representing 60.8% in the year ended December 31, 2023, against 75.1% in the year ended December 31, 2022. Labor expenses represented 8.6% of the total cost in the year ended December 31, 2023, compared to 6.7% in the year ended December 31, 2022.

The gross profit was R\$ 13,377.5 million for the year ended December 31, 2023, a decrease of 18.8% compared to the same period in 2022 and the gross margin reached 10.1% for the year ended December 31, 2023.

Selling, general and administrative expenses (SG&A) totaled R\$ 12,397.6 million in the year ended December 31, 2023, an increase of 18.9% compared to the R\$ 10,426.2 million recorded in the year ended December 31, 2022. This increase reflects the consolidation of BRF's results and its profile with higher selling and advertising expenses.

In 2023, selling expenses were R\$ 10,431.1 million. Selling expenses in relation to net revenue were 7.9%. This increase was also affected by BRF's consolidation.

General and administrative expenses totaled R\$ 1,966.5 million in 2023. The general and administrative expenses in relation to net revenue were 1.5%, compared to 1.2% in 2022.

In 2023, adjusted EBITDA was R\$ 9,295.5 million, a decrease of 27.1% compared to the previous year. The adjusted EBITDA margin was 7.0% against 10.2% in 2022. The decrease in profitability is explained by the performance of the North American operation.

2.3 - Significant changes in accounting practices - Qualifications and emphases in the auditor's opinion

(a) Significant changes in accounting practices

The Officers inform that, in the last fiscal year, there have been no significant changes in the Company's accounting practices.

(b) Significant effects of changes in accounting practices

The Officers inform that, in the last fiscal year, there have been no changes in the Company's accounting practices that could significantly affect the financial statements for the last fiscal year.

(c) Qualifications and emphases present in the auditor's opinion

In the year ended December 31, 2023, there were no qualifications or emphases in the independent auditor's report of the Company.

2.4 - Events with material effects, occurred and expected, on the financial statements

(a) introduction or disposal of an operating segment

On August 28, 2023, following its strategy of focusing on the production of branded meat and products with higher value added, the Company decided to sell certain cattle and sheep slaughter units in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay, which are part of the Beef South America segment, to Minerva S.A.

The Assets involved in the Transaction are (1) in Brazil the following cattle slaughter units: (i) Alegrete, in Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, in Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, in Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, in Rondônia; (v) Mineiros, in Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, in Mato Grosso, (vii) São Gabriel, in Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, in Mato Grosso and three dormant units (2) In Argentina the Villa Mercedes cattle slaughter unit; (3) in Chile the Patagonia sheep slaughter unit; and (4) in Uruguay: the following cattle slaughter units (i) Colônia, (ii) Salto and (iii) San José.

The sale price of the Transaction's Assets is R\$ 7,500,000, with a down payment of R\$ 1,500,000 received on August 28, 2023 and the balance of R\$ 6,000,000 to be paid at the closing of the transaction.

The completion of this transaction is subject to regulatory and competitive approvals usual in this type of operation, which is estimated to occur in the second half of 2024.

(b) constitution, acquisition or disposal of equity interest

Corporate reorganization - Argentina

On January 1, 2023, the Company decided to start a corporate reorganization for the Group companies Quickfood S.A., Marfrig Argentina S.A. and Campo Del Tesoro S.A., all located in Argentina. The reorganization involves the merger of Marfrig Argentina S.A. and Campo Del Tesoro S.A. into Quickfood S.A. This merger generated a net increase in investment in Quickfood S.A. of ARS 923,143,314 (R\$ 19,040). Out of the total merged amount, the shareholder MFG Holding SAU is entitled to 90%, which is equivalent to ARS 830,828,982 (R\$ 17,136) and Marfrig Global Foods S.A. is entitled to the remaining 10%, equivalent to ARS 92,314,331 (R\$ 1,904).

MFG Holding SAU

On March 31, 2023, a capital increase in MFG Holding SAU in the amount of ARS 3,754,980,000 (R\$ 94,123) was approved, from ARS 39,900,000 (R\$ 1,181) to ARS 3,794,880,000 (R\$ 92,213). The capital increase was entirely paid by the parent Marfrig Global Foods S.A.

On June 27, 2023, a capital increase in MFG Holding SAU in the amount of ARS 1,376,205,036 (R\$ 25,868) was approved, from ARS 3.794.880.000 (R\$ 92,213) to ARS 5.171.085.036 (R\$ 97,216). The capital increase was entirely paid by the parent Marfrig Global Foods S.A.

On December 1, 2023, a capital increase in MFG Holding SAU in the amount of ARS 3,240,896,399 (R\$ 44,272) was approved, from ARS 5,171,085,036 (R\$ 97,216) to ARS 8,411,981,435 (R\$ 50,472). The capital increase was entirely paid by the parent Marfrig Global Foods S.A.

Quickfood S.A.

On March 31, 2023, a capital increase in Quickfood S.A. in the amount of ARS 4,172,200,000 (R\$ 104,581) was approved, from ARS 10,329,853,508 (R\$ 274,411) to ARS 14,502,053,508 (R\$ 352,400). The amounts were contributed by the shareholders as follows: ARS 3,754,980,000 (R\$ 94,123) contributed by MFG Holding SAU and ARS 417,220,000 (R\$ 10,458) contributed by Marfrig Global Foods S.A.

On April 3, 2023, the shareholder Marcos Antonio Molina dos Santos made a capital contribution, as approved on March 31, 2023, in the amount of ARS 62,107 (R\$ 117), from ARS 14,502,053,508 (R\$ 352,400) to ARS 14,502,115,615 (R\$ 326,298).

On June 27, 2023, a capital increase in Quickfood S.A. in the amount of ARS 1,529,118,349 (R\$ 28,769) was approved, from ARS 14,502,115,615 (R\$ 326,298) to ARS 16,031,233,964 (R\$ 301,387). The amounts were contributed by the shareholders as follows: ARS 1,376,205,036 (R\$ 25,892) contributed by MFG Holding SAU, ARS 152,894,964 (R\$ 2,874) contributed by Marfrig Global Foods S.A. and ARS 18,349 (R\$ 3) contributed by Marcos Antonio Molina dos Santos.

On December 1, 2023, a capital increase of QuickFood S.A. in the amount of ARS 3,601,000,000 (R\$ 49,192) was approved, from ARS 16,031,233,964 (R\$ 301,387) to ARS 19,632,233,964 (R\$ 117,793). The amounts were contributed by the shareholders as follows: ARS 3,240,896,399 (R\$ 44,272), contributed by MFG Holding SAU, ARS 360,060,389 (R\$ 4,919) contributed by Marfrig Global Foods S.A and ARS 43,212 (R\$ 1) contributed by Marcos Antonio Molina dos Santos.

Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.

On February 24, 2023, the Company decided to increase its capital from R\$ 3,650 to R\$ 10,000, a total increase of R\$ 6,350, through the issue of 6,350,000 million shares, with par value of R\$ 1.00 each, fully subscribed and paid-in by the Company on that date.

On December 21, 2023, the Company decided to increase its capital from R\$ 10,000 to R\$ 30,000, a total increase of R\$ 20,000, through the issue of 20,000,000 million shares, with par value of R\$ 1.00 each, fully subscribed and paid-in by the Company on that date.

Biomass Project

On February 28, 2023, the Company made an investment, together with Suzano, Rabobank and Vale, in Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Biomass”), in the amount of R\$ 5,000, under the terms of the respective investment agreements, in view of the fulfillment of all conditions precedent and performance of the closing acts provided for in the respective agreements.

Biomass will operate in the activities of restoration, conservation and preservation of forests in Brazil.

BRF S.A.

On July 3, 2023, subsidiary BRF S.A. held an Extraordinary General Meeting (“EGM”), approving the change of the capital increase authorization limit, from 1,325,000,000 common shares to 1,825,000,000 common shares.

Under the Offering and in the context of the Investment Commitments, Marfrig Global Foods S.A. acquired 200,323,582 shares, totaling 560,457,162 shares, increasing its interest from

33.27% to 33.31% on that date. All the new shares are common, registered, book-entry, with no par value and free and clear from any liens or encumbrances, with a unit price of R\$ 9.00.

On September 19, 2023, the Company started to hold a total of 601,890,861 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 33.31% to 35.77% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts (“ADR”).

On September 25, 2023, the Company started to hold a total of 673,879,961 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 35.77% to 40.05% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts (“ADR”).

On October 13, 2023, the Company started to hold a total of 757,225,906 shares, increasing its interest from 40.05% to 45.01% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts (“ADR”).

In the period between October 14, 2023 and October 29, 2023, the Company acquired 41,322,600 shares, therefore the ownership interest after this change became 798,548,506 shares or 47.46% of the capital of BRF S.A.

On December 28, 2023, the Company started to hold a total of 842,165,702 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 47.46% to 50.06% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts (“ADR”).

PlantPlus Foods Brasil Ltda.

On March 17, 2023, a capital increase in PlantPlus Foods Brasil Ltda. in the amount of R\$ 5,225 was approved, from R\$ 4,609 to R\$ 9,834. The amounts were contributed by the shareholders as follows: R\$ 5,173 by PlantPlus Foods, LLC, R\$ 36 by Marfrig Global Foods S.A. and R\$ 16 by ADM Investments Limited. A total of 5,225,251 million shares were issued, with par value of R\$ 1.00 each, fully subscribed by the shareholders.

PlantPlus Foods LLC.

In 2023, The management decided to make a capital increase in PlantPlus Food, LLC, in the amount of US\$ 14.5 million, to which subsidiary NBM US Holdings Inc. made a contribution of US\$ 10.2 million, equivalent to 70% of the approved capital.

PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A.

In 2023, subsidiary BRF decided to make a capital increase in its associate PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A., in the amount of R\$ 769, from R\$ 7,314 to R\$ 8,083.

In the Officers' opinion, these strategic moves consolidated Marfrig's positioning in the Americas axis, with a diversified production platform in North and South America, with the capacity to serve the main and most profitable consumer markets in the world.

(c) unusual events or operations

The Company's Officers inform that in the fiscal year there have not been any unusual events or operations related to the Company that have had or are expected to have a material effect on the Company's financial statements or results.

2.5 – Non-accounting measures

(a) non-accounting measure values

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA and Adjusted EBITDA Margin are non-accounting measures prepared by the Company in line with CVM Resolution 156/2022. The EBITDA is the net result for the period plus taxes on income, financial expenses net of financial income, and depreciation, amortization and depletion.

The Company's Adjusted EBITDA comprises the net income (loss) adjusted by net financial income (expenses), income and social contribution taxes, equity in earnings (losses) of subsidiaries, other operating income (expenses), other adjustments made in subsidiary BRF and depreciation and amortization.

The EBITDA margin is calculated by dividing the EBITDA for a period or year by the Company's net revenue for the same period or year.

The adjusted EBITDA margin is calculated by dividing the Adjusted EBITDA for a period or year by the Company's net revenue from continuing operations for the same period or year.

The EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA margin and Adjusted EBITDA margin are not accounting measures according to the Accounting Practices Adopted in Brazil (BR GAAP) or the International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and should not be considered as an alternative to net income as an operating performance indicator or as an alternative to cash flow as an indicator of liquidity. Other companies may calculate EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA margin and Adjusted EBITDA margin differently from those presented in item 2.5 (b).

(b) Reconciliations of the amounts disclosed with the amounts in the audited financial statements;

The Company presents below the reconciliation and the amounts of the Adjusted EBITDA and Adjusted EBITDA Margin for the years ended December 31, 2023 and 2022 with the net income:

(in R\$ million, except %)	Year ended December 31,	
	2023	2022 (reclassified)
Income (loss) from continuing operations	(3,451.6)	3,439.8
Net financial result	5,602.4	6,174.7
Income and social contribution taxes	(1,089.6)	(448.0)
Depreciation and amortization	6,740.2	5,332.7
Equity in earnings (losses) of subsidiaries	63.5	64.6
Other operating income (expenses)	(144.8)	(3,176.3)
Other Adjust. EBITDA BRF	907.5	561.6
Adjusted EBITDA - Continuing	8,627.6	11,949.1
Adjusted EBITDA - Discontinued	667.9	799.2
Adjusted EBITDA	9,295.5	12,748.3
Adjusted EBITDA Margin	7.0%	10.2%

(c) Why we understand that such measure is the most appropriate for the proper understanding of our financial condition and the result of our operations.

The Company used the Adjusted EBITDA as an additional indicator to monitor its operations and economic performance. This is a useful measure since it is frequently used by capital market analysts, investors and other stakeholders to assess companies of the sector. As the Adjusted EBITDA does not reflect financial income or expenses, taxes, social contribution or depreciation and amortization, it is a general financial performance indicator, which is not affected by changes in interest rates, debts, taxes, social contribution, other adjustments made in subsidiary BRF, and depreciation and amortization rates. As a result, the Company understands that the Adjusted EBITDA is a useful tool to compare its operating performance in different periods and to support certain decisions of management. In addition to the general financial performance, the Company believes that the Adjusted EBITDA also allows for a better understanding of its ability to settle its liabilities and finance its capital expenditures and working capital. However, the use of the Adjusted EBITDA as a profitability indicator is limited, since it does not reflect several costs and expenses involved in the business, such as financial expenses, taxes, depreciation, capital expenditures and other related costs, which may have a significant effect on the Company's net income.

2.6 - Events after the Reporting Period

(a) Related-party transactions

On January 19, 2024, BRF provided guarantees with the objective of ensuring compliance with the main and accessory obligations assumed by Potengi Holdings S.A. within the scope of its 1st issue of 300,000 simple debentures, non-convertible into shares, in a single series, with a term of 18 years. The nominal unit value is R\$ 1, and BRF provided a personal guarantee for the amount corresponding to 24% of the issue amount.

(b) Related-party transactions

On December 7, 2023, BRF's Board of Directors approved the creation of a program for acquisition of shares of its own issuance up to a limit of 14,000,000 common shares, within a maximum period of 18 months. There were no share repurchases in 2023 under this program. In 2024, until February 26, 2024, 7,584,700 shares were repurchased at an average cost of R\$ 12.62, totaling R\$ 95,752.

(c) Agribusiness Receivables Certificates

On February 29, 2024, the Company approved the 15th issue of simple debentures, non-convertible into shares, unsecured, in up to three series, for private placement.

Within the scope of the public offer for the distribution of agribusiness receivables certificates of the Issuer's 318th issue, in three series, with nominal unit value on the issue date of R\$ 1, totaling R\$ 1,500,000, backed by agribusiness credit rights, CRA, represented by simple debentures, non-convertible into shares, unsecured, without additional personal guarantee (private placement). The bookbuilding procedure was completed by the Coordinators on March 21, 2024.

2.7 - Profit sharing policy

(a) Rules for profit retention

According to article 29 of the Company's bylaws, the net income for the year must be allocated as follows:

- a) 5% to the legal reserve, until reaching 20% of the subscribed capital.
- b) payment of the minimum mandatory dividends, pursuant to article 30 of the Company's bylaws and the applicable legislation; and
- c) establishment of the earnings reserve and distribution of dividends in addition to the mandatory dividends under Brazilian Corporation Law.

The shareholders will be entitled to receive, every year, as dividends, a minimum mandatory percentage of 25% on the net income for the year, with the following adjustments:

- I. the decrease of the amounts allocated, in the year, for the establishment of the legal reserve and reserve for contingencies; and
- II. the addition of the amounts resulting from the reversal, in the year, of the reserve for contingencies, previously established.

Whenever the amount of the minimum mandatory dividends exceeds the realized portion of the net income for the year, Management may propose, and the General Meeting may approve, to allocate the excess to the unrealized earnings reserve (article 197 of the Brazilian Corporation Law).

The Board of Directors shall decide on the Executive Board's proposal to pay or credit interest on capital, subject to ratification at the Ordinary General Meeting that approves the financial statements for the year in which such interest was paid or credited, and interest on capital shall always be attributed to the mandatory dividend.

The annual declaration of dividends, including the payment of dividends in addition to the minimum mandatory dividends, shall be approved at the Ordinary General Meeting, by majority vote of the holders of Marfrig's shares and will depend on several factors. These factors include the operating results, financial condition, cash requirements and future perspectives of the Company, among other factors that the Board of Directors and shareholders of Marfrig deem relevant.

According to applicable legislation, the General Meeting may, as proposed by management bodies, decide to retain part of the net income for the year provided for in the capital budget previously approved by it.

The General Meeting may decide to retain part of the net income for the year provided for in the capital budget previously approved by it, pursuant to Article 196 of the Brazilian Corporation Law.

(i) Profit retention amounts

Before any distribution, the accumulated losses will be deducted from the income or loss for the year, in compliance with Article 189 of the Brazilian Corporation Law.

b) Rules for distribution of dividends

Pursuant to the Company's bylaws, shareholders are entitled to interest on capital and/or dividends, which, together, correspond to 25% of the net income for the year, adjusted as follows:

- I. the decrease of the amounts allocated, in the year, for the establishment of the legal reserve and reserve for contingencies; and
- II. the addition of the amounts resulting from the reversal, in the year, of the reserve for contingencies, previously established.

Whenever the amount of mandatory dividends exceeds the realized portion of the net income for the year, Management may propose, and the General Meeting may approve, to allocate the excess to the unrealized earnings reserve (article 197 of the Brazilian Corporation Law).

c) Periodicity for distribution of dividends

The Company is allowed to prepare balance sheets for six months or shorter periods. Observing the conditions established by law, the Board of Directors may:

- I. decide on the distribution of dividends from the income account recorded in the balance sheet for six-months or shorter periods ad referendum of the General Meeting; and
- II. declare interim dividends from the earnings reserve account existing as of the latest annual or semiannual balance sheet.

d) Restrictions on the distribution of dividends

Except as provided for in the Brazilian Corporation Law and the Company's bylaws, there are no other restrictions related to the distribution of dividends imposed by legislation or special regulation applicable to the Company, or judicial, administrative or arbitration decisions.

The shareholders have three years from the date of payment of the dividends to claim dividends or the payment of interest referring to their shares, after this period the amount of unclaimed dividends will be reversed in favor of the Company.

The financing contracts signed by the Company, in general, have restrictions on the distribution of dividends by the Company in the event of default of its obligations.

e) policy for allocation of income

The Company's Policy for Allocation of Income and Distribution of Dividends was updated, reviewed and approved at the Board of Directors' Meeting held on August 10, 2021.

2.8 - Relevant items not disclosed in the financial statements

(a) the assets and liabilities held by the Company, directly or indirectly, that do not appear on its balance sheet (off-balance sheet items)

(i) receivables portfolios written off over which the entity holds risks and responsibilities, indicating the respective liabilities

The Company's Officers clarify that there were no receivables portfolios written off over which the Company held risks and responsibilities not stated in the Company's balance sheets as at December 31, 2023 and 2022.

(ii) contracts for the future purchase and sale of products or services

In the normal course of its business, the Company, through its subsidiary BRF, enters into long-term contracts with third parties which mainly include the acquisition of secondary materials, energy inputs, storage and industrialization services, among others, to service its activities.

The Company's Officers clarify that there were no other contracts for the future sale of products or services, capable of generating a material effect, not disclosed in the Company's balance sheets as at December 31, 2023 and 2022.

(iii) unfinished construction contracts

The Company's Officers clarify that there were no unfinished constructions not disclosed in the Company's balance sheets as at December 31, 2023 and 2022.

(iv) contracts for future financing receivables

The Company's Officers clarify that there were no contracts for future financing receivables not disclosed in the Company's balance sheets as at December 31, 2023 and 2022.

(b) other items not disclosed in the financial statements

The Officers inform that there are no other relevant items not disclosed in our financial statements.

2.9 - Comments on items not disclosed in the financial statements

(a) how these items change or may change revenues, expenses, operating result, financial expenses or other items of the issuer's financial statements

In the Officers' opinion, the firm purchase commitments shown in item 2.8.a - topic (ii) of this Reference Form will affect the Company's costs and expenses, as well as assets and liabilities when they meet the requirements for recognition according to the applicable accounting standards. As to instruments with prices to be fixed, variations in the price of services, electricity, commodities, inputs, among others, may significantly affect the Company's future costs and expenses.

(b) nature and purpose of the transaction

The Officers informed that such operations are carried out in the normal course of business and comprise contracts with third parties for the acquisition of raw materials, mainly corn and soybean meal, with prices fixed or to be fixed, in addition to other commitments, such as the provision of electricity, packaging, the construction of buildings, among others, for the supply of its manufacturing activities.

(c) nature and amount of obligations assumed and rights generated in favor of the issuer as a result of the transaction

In the normal course of its business, the Company, through its subsidiary BRF, enters into long-term contracts with third parties which mainly include the acquisition of secondary materials, energy inputs, storage and industrialization services, among others, to service its activities. In these contracts, the prices agreed can be fixed or to be fixed. The contracts include termination clauses for non-compliance with essential obligations and generally the minimum agreed contractually is acquired and, for this reason, there are no liabilities recorded in addition to the amount that is recognized on an accrual basis. As at December 31, 2023, firm purchase commitments totaled R\$ 5,023,227⁽¹⁾.

⁽¹⁾ In order to improve information on commitments, the company reassessed the format and basis of disclosure and began to show only amounts relating to commitments already contracted with termination clauses for non-compliance.

2.10 - Business plan

(a) investments

(i) quantitative and qualitative description of investments in progress and planned investments

In the Officers' opinion, the investments reflect the Company's strategic vision, with a focus on animal protein (beef, pork, lamb, fish and poultry) and plant-based protein, and higher value added products.

In addition to strategic investments, the constant search for efficiency gains, economies of scale, cost reduction and operational improvements, the Company's activities demand regular investments.

Additionally, the Officers understand that the Company will continue to invest in projects that reinforce its operations in the market for higher added value products, in line with the best practices related to corporate sustainability, with social responsibility, especially in the communities, and environmental preservation.

In the year ended December 31, 2023, investments totaled R\$ 6,701.9 million. Excluding the investments of the subsidiary BRF and the amount invested in purchasing shares from BRF S. A., that is, considering only those intended for cattle operations, such as the ongoing expansions of the Várzea Grande units in Brazil, Tacuarembó in Uruguay and San Jorge in Argentina and the recurring maintenance of the plants, investments totaled R\$ 1,311.1 million.

The effect of the exchange rate on the translation of the values of international units into real, which is the Company's functional currency, is shown below.

In 2023, the Company's CAPEX, increased by 45.8% when compared to 2022. This increase is explained by the higher investments expansions as described above and by the consolidation of BRF's full year in 2023 (vs 3 quarters in 2022).

These projects are in line with the strategy to optimize the Company's geographic diversification, which improves the operation in more efficient units, and closes operations in inefficient plants.

The investments above refer exclusively to the Beef - North America and Beef - South America segments. The investments of the Poultry, pork and processed products - BRF segment are presented in the Reference Form of BRF S.A on: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) sources of investment financing

The Company's investments are mainly supported by (i) cash flow generated by its operating activities; (ii) short and long-term bank debt; and (iii) capital market transactions in general.

(iii) relevant divestments in progress and planned

On August 28, 2023, following its strategy of focusing on the production of branded meat and products with higher value added, the Company decided to sell certain cattle and sheep slaughter units in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay, which are part of the Beef South America segment, to Minerva S.A.

The Assets involved in the Transaction are (1) in Brazil the following cattle slaughter units: (i) Alegrete, in Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, in Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, in Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, in Rondônia; (v) Mineiros, in Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, in Mato Grosso, (vii) São Gabriel, in Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, in Mato Grosso and three dormant units (2) In Argentina the Villa Mercedes cattle slaughter unit; (3) in Chile the Patagonia sheep slaughter unit; and (4) in Uruguay: the following cattle slaughter units (i) Colônia, (ii) Salto and (iii) San José.

The sale price of the Transaction's Assets is R\$ 7,500,000, with a down payment of R\$ 1,500,000 received on August 28, 2023, and the balance of R\$ 6,000,000 to be paid at the closing of the transaction.

The completion of this transaction is subject to regulatory and competitive approvals usual in this type of operation, which is estimated to occur in the second half of 2024.

(b) as long as it has already been disclosed, indicate the acquisition of plants, equipment, patents or other assets that should materially influence the Company's production capacity

On July 3, 2023, subsidiary BRF S.A. held an Extraordinary General Meeting ("EGM"), approving the change of the capital increase authorization limit, from 1,325,000,000 common shares to 1,825,000,000 common shares.

Under the Offering and in the context of the Investment Commitments, Marfrig Global Foods S.A. acquired 200,323,582 shares, totaling 560,457,162 shares, increasing its interest from 33.27% to 33.31% on that date. All the new shares are common, registered, book-entry, with no par value and free and clear from any liens or encumbrances, with a unit price of R\$ 9.00.

On September 19, 2023, the Company started to hold a total of 601,890,861 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 33.31% to 35.77% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On September 25, 2023, the Company started to hold a total of 673,879,961 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 35.77% to 40.05% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

On October 13, 2023, the Company started to hold a total of 757,225,906 shares, increasing its interest from 40.05% to 45.01% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

In the period between October 14, 2023 and October 29, 2023, the Company acquired 41,322,600 shares, therefore the ownership interest after this change became 798,548,506 shares or 47.46% of the capital of BRF S.A.

On December 28, 2023, the Company started to hold a total of 842,165,702 shares of subsidiary BRF, increasing its interest from 47.46% to 50.06% on this date. The shares are divided into common shares and American Depositary Receipts ("ADR").

(c) new products and services

(i) description of ongoing research already disclosed

The Company does not have researches in progress for the Beef - North America and Beef - South America segments. The researches in progress of the Poultry, pork and processed products - BRF segment are presented in the Reference Form of BRF S.A on: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) total amounts spent on research for the development of new products or services

The Company did not spend with researches for the development of new products or services of the Beef - North America and Beef - South America segments. The expenditures with researches for the development of new products or services of the Poultry, pork and processed products - BRF segment are presented in the Reference Form of BRF S.A on: <https://ri.brf-global.com/>.

(iii) projects under development already disclosed

The Company does not have projects under development already disclosed for the Beef - North America and Beef - South America segments. The projects under development already disclosed of the Poultry, pork and processed products - BRF segment are presented in the Reference Form of BRF S.A on: <https://ri.brf-global.com/>.

(iv) total amounts spent on the development of new products or services

The Company did not spend with the development of new products or services for the Beef - North America and Beef - South America segments. The expenditures with the development of new products or services of the Poultry, pork and processed products - BRF segment are presented in the Reference Form of BRF S.A on: <https://ri.brf-global.com/>.

(d) opportunities inserted in the business plan related to ESG

(i) Sustainability and Social and Environmental Performance

Sustainability is one of the Company's strategic pillars. Accordingly, the Company has been continuously working to implement the best Environmental, Social and Governance (ESG) practices, in line with the principles for responsible investments. As to corporate governance, the Company created a Sustainability Committee to discuss, assess and define sustainability priorities.

The Company's commitment with sustainability is reflected in its business strategy, the partnerships and commitments assumed with renowned organizations and recognition in the social and environmental areas, and in actions focusing on animal well-being.

The Company has a leading-edge position in sustainable production and preservation of the biodiversity, assuming and strengthening various public commitments in partnerships with major organizations.

The Company developed and implemented a sustainability platform based on six pillars:

1. **Origin control:** management of the origin of raw materials and adoption by suppliers of the best sustainability practices. It is responsible for the execution of the Marfrig Verde+ Program, whose purpose is to disseminate sustainable cattle breeding with low emission through the value chain. In its industrial processes the Company applies strict quality and food safety controls, through procedures that verify the use of antibiotics, hormones and controversial substances to be used in cattle breeding;
2. **Climate changes:** search for continuous increases in efficiency to minimize the impact of its operations in climate changes and to adapt them to this new context;
3. **Animal well-being:** management of the animal handling practices, from the farm to the slaughter facilities, which should be in line with the recommendations of the World Animal Protection and the strictest international standards for humanitarian slaughter;
4. **Use of natural resources:** management of water and electricity consumption in production processes. Search for alternative forms of energy generation from clean and renewable sources;
5. **Effluents and waste:** disseminates environmentally responsible conducts for the treatment and disposal of effluents and solid waste originated in its operations; and
6. **Social responsibility:** To effectively contribute to the social growth and well-being of the communities near its operations, the Company makes donations and implements social responsibility programs in the different countries where it operates. We highlight the Instituto Marfrig and the partnership with Hospital de Amor, in Brazil.

2023 accomplishments and highlights

Verde+ Program: a pioneer in the sector, is the program to fight the deforestation in the biomes where the company originates. With it, Marfrig aims to ensure that 100% of our production chain is sustainable and deforestation-free by 2025, a target that was initially set for 2030, but which was anticipated and publicly announced at the end of 2023.

This anticipation of the target was encouraged by the results achieved so far by the Verde + program, which ended 2023 with 100% satellite monitoring of direct suppliers, reached the mark of 85% control of indirect suppliers in the Amazon Biome, and also controlled 71% of indirect suppliers in the Cerrado Biome.

Re-inclusion of cattle suppliers: Up to the end of 2023, the Company had reintroduced 3.561 farms – suppliers that resumed operations in conformity with our commitments, showing the strong commitment to the principle of inclusion, within the Verde+ Program.

Mitigation of Social and Environmental Risks: Marfrig, in partnership with Agroicone, completed the Socio and Environmental Risk Mitigation Map for the biomes where it operates, allowing the expansion of the Company's social and environmental practices also for the entire national territory, in line with the objectives of the Verde+ Program. Accordingly, we have an accurate control from a social and environmental risk perspective of areas in all the biomes in which the company operates in Brazil.

Support for small livestock producers: Investment in Produção Sustentável de Bezerros do MT (Sustainable Calf Production in MT) Program, together with IDH - Iniciativa para o Comércio Sustentável (Sustainable Trade Initiative). The aim is to test the technologies, provide environmental and land technical assistance to small producers, and guarantee traceability from the origin of the whole calf to the consumer's shelf.

Best beef protein company by the FAIRR Initiative: Marfrig was the best-placed beef protein company in the Collier FAIRR Protein Producer Index 2023/24 ranking. Marfrig ranked 4th out of the 60 companies evaluated, with the top three being Norwegian fish companies. Marfrig is also the only entity classified as low risk among the beef protein companies. The FAIRR Initiative is a collaborative network based in London, England, made up of more than 370 international investors and 70 trillion dollars in assets under its management, with the aim of raising awareness of ESG risks and opportunities in the animal protein and dairy sector.

Corporate Sustainability Index (ISE): For the fourth consecutive year, Marfrig was included in the 19th portfolio of the Corporate Sustainability Index (ISE) of B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. As of January 2, 2024, the new portfolio, made up of 78 shares from companies in various segments, came into effect. ISE is a tool for the comparative analysis of the performance of listed companies, according to the environmental, social and corporate governance practices. The indicator is a reference of sustainability best practices, since it gathers shares of companies that follow differentiated principles on this matter. Efficient Carbon Index: The Company is also included in the Efficient Carbon Index (ICO2) of B3, whose portfolio incorporates shares of companies that adopt efficient measures to minimize the emissions of greenhouse gases from their operations.

Carbon Disclosure Project (CDP): In the last year, 23,000 companies worldwide were assessed by CDP, and Marfrig received an “A” rating for Climate Change and an “A-” for Water Security and Forestry (Livestock). Accordingly, the Company is among the reference companies in the management of natural resources globally. In 2023, we also obtained better ratings in CDP’s categories related to Climate Changes, from A- B to A, the highest score in the ranking.

Business Benchmark on Farm Animal Welfare (BBFAW): Tier 2 in the BBFAW 2022, the most important global ranking in the management of animal well-being. We are the only beef protein company in the Americas to obtain this classification. The BBFAW methodology has undergone changes, and so far no new evaluation has taken place whose results are public.

Science Based Targets: Marfrig is the first Brazilian animal protein company and the only beef company in Latin America to commit with the Science Based Targets, an initiative that focus the decrease in the emission of greenhouse gases, limiting global warming to 1.5°C, in line with the Paris Agreement goals. Also it was the only Brazilian company in the segment to have targets approved by such institution.

Carbon Neutral Beef (CCN) / Low Carbon Beef The Company maintains, in partnership with Embrapa, the brand Viva Carne Carbono Neutro, with animals inserted in a livestock-forest production system that neutralizes methane emissions. By 2024, it plans to launch Low Carbon Beef products, the production of which reduces greenhouse gas emissions compared to conventional production. All this has been checked and verified by third-party certification.

Technologies for measuring soil carbon: Partnership with Agorrobótica - a green fintech company that uses artificial intelligence to explore the soil - to carry out photonic analysis of the soil to measure and determine the amount of carbon stored, allowing the generation of certified carbon credits, with profitability for the entire production chain.

re.green: Together with Marfrig, the company re.green will restore and ecologically enrich 2,000 hectares of native forest, recovering deforested areas and agricultural areas of low suitability, and generating carbon credits based on these restored and preserved areas, and improving the removal of greenhouse gases.

Company Biomas: The Company is a co-creator of the company BIOMAS, a company fully dedicated to the restoration, conservation and preservation of forests in Brazil. The purpose of this initiative is to attain, during a 20-year period, a fully restored and protected area of 4 million hectares of native species in different Brazilian biomes, such as the Amazon, Mata Atlântica and Cerrado. The area is equivalent to the territory of Switzerland or the State of Rio de Janeiro. Initially called Biomas, the company was founded with plans to restore 2 million hectares of degraded areas, by planting approximately 2 billion native trees, in large scale business model. The company will also preserve 2 million hectares. The expectation of the group formed by big companies with global operations is, in addition to the environmental benefits of the initiative, to contribute to encourage regional development and strengthen the local communities with their involvement in the value chain.

Managing Committee of the Protocol for Voluntary Monitoring of Cattle Suppliers in Cerrado: Marfrig remains a member of the Protocol for Voluntary Monitoring of Cattle Suppliers in Cerrado. The Cerrado Protocol aims to contribute to the alignment of the best practices for social and environmental monitoring regarding the purchase of cattle products in the Cerrado biome. A series of responsible purchase criteria and parameters were defined for companies to ensure that their supply chains are not linked to social and environmental problems.

2.11 - Other factors with relevant influence

(a) Repurchase of McKey Korea LLC

The repurchase of McKey Korea LLC (Korean company owned by Keystone Foods) by the Company is currently in the evidentiary stage and testimony of witnesses.

(b) National Beef business

Five class actions and twenty-nine individual plaintiff actions were filed in the United States, and two class actions in Canada, alleging that the Company and/or its subsidiary, National Beef, with other companies in the industry, colluded to control cattle and meat prices. In all the actions, the court issued decisions that excluded the Company as a defendant and maintained National Beef. National Beef was also notified of a civil investigation by the US Department of Justice and approximately thirty state attorneys regarding the purchase of fed cattle and sale of beef. National Beef responded to federal and state requests for information and cooperated with investigations. National Beef is also a defendant in a class action filed in the United States alleging that a group of protein companies conspired to reduce and fix the wages and benefits paid.

APPENDIX IV

INFORMATION ON THE NOMINEES TO MEMBERS OF THE FISCAL COUNCIL ON THE ALLIANCE PROPOSED BY THE MANAGEMENT

ITEMS 7.3 TO 7.6 OF THE REFERENCE FORM

7.3/7.4 COMPOSITION OF MANAGEMENT, BOARDS AND COMMITTEES

7.5 RELATIONSHIP WITH RELATIVES

**7.6 RELATIONSHIP OF SUBORDINATION, PROVISION OF SERVICES OR
CONTROL**

ITEMS 7.3 TO 7.6 OF THE REFERENCE FORM

**ITEM 7.3/7.4 - COMPOSITION AND PROFESSIONAL EXPERIENCE OF THE
MANAGEMENT AND FISCAL COUNCIL**

MEMBERS OF THE BOARD OF DIRECTORS:

Name	Date of Birth	Occupation	CPF [Individual Taxpayer's Registry]/ Passport	Elective office held	Election date	Date taking office	Term of office	Other offices or functions held in the issuer	Elected by controller	Independent Member	Start Date of the First Term
Marcos Antonio Molina dos Santos	January 17, 1970	Businessman	102.174.668-18	Chairman of the Board of Directors	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	-	Yes	No	March 26, 2007
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	March 28, 1973	Businesswoman	182.070.698-21	Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Member of the Financial Committee	Yes	No	March 26, 2007
Rodrigo Marçal Filho	October 03, 1974	Businessman	184.346.398-90	Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Statutory Officer without specific designation	Yes	No	March 26, 2007
Alain Emile Henri Martinet	January 23, 1943	Business Administrator	233.887.318-10	Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Member of the Sustainability Committee	Yes	No	December 22, 2009
Herculano Aníbal Alves	February 15, 1953	Economist and Rural Administrator	463.463.178-49	Independent Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Coordinator of the Finance Committee and member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee.	Yes	Yes	April 24, 2015
Roberto Silva Waack	March 28, 1960	Biologist and Administrator	029.327.158-52	Independent Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Coordinator of the Sustainability Committee.	Yes	Yes	April 26, 2019

Antonio dos Santos Maciel Neto	October 11, 1957	Mechanical Engineer	532.774.067-68	Independent Board Member	April 11, 2023	April 11, 2023	AGM to be held in 2025	Coordinator of the Statutory Audit Committee and Coordinator of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee.	Yes	Yes	May 20, 2007
---------------------------------------	------------------	---------------------	----------------	--------------------------	----------------	----------------	------------------------	---	-----	-----	--------------

MEMBERS OF THE FISCAL COUNCIL:

Name	Date of Birth	Occupation	CPF [Individual Taxpayer's Registry]/ Passport	Elective office held	Election date	Date of taking office	Term of office	Other offices	Elected by controller	Start Date of the First Term
José Luiz de Souza Gurgel	May 12, 1966	Economist and Accountant	918.587.207-53	Permanent Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025		Yes	April 08, 2022
Ricardo Florence dos Santos	February 26, 1955	Administrator	812.578.998-72	Permanent Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025	-	Yes	March 30, 2020
Tiago Medeiros Garcia	January 31, 1983	Administrator	301.511.158-26	Permanent Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025	-	Yes	-

Eduardo Medeiros da Silva	December 24, 1967	Lawyer	101.761.378-82	Alternate Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025	-	Yes	-
Ely Carlos Perez	June 01, 1970	Accountant	140.264.678-05	Alternate Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025	-	Yes	April 29, 2016
Marcílio José da Silva	December 30, 1963	Accountant	329.564.871-91	Alternate Fiscal Member	April 29, 2024	April 29, 2024	AGM to be held in 2025	-	Yes	-

ITEM 7.3 - COMPOSITION AND PROFESSIONAL EXPERIENCE OF THE MANAGEMENT AND FISCAL COUNCIL

BOARD OF DIRECTORS:

Marcos Antonio Molina dos Santos – CPF/MF: 102.174.668-18

Mr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 54 years old, is the chairman of the Company's Board of Directors. The executive has over 30 years' experience in the food sector, having started his professional activity at the age of 16, when he opened his first business: a food distribution company. Since the incorporation of Marfrig, Mr. Molina has actively worked with key customers of the Company, strengthening commercial relationships with national and international scopes, which enable the development and evolution of industrial and quality processes, aiming to exceed expectations in the global scenario. Mr. Molina is also partner and CEO of MMS PARTICIPAÇÕES LTDA., which is the parent company of the Company. Mr. Marcos is also Chairman of the Board of Directors of BRF S.A., a company controlled by Marfrig Global Foods S.A.

Mr. Molina has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49, has been a member of the Board of Directors since March 2007 and is a member of the Company's Finance Committee. She has extensive experience at Marfrig, having served as head of the financial department from 2000 to 2006 and as head of the internal audit team from

2000 to 2006. In addition, Mrs. Marçal dos Santos actively participates in the Marfrig Social Responsibility Institute Fazer e Ser Feliz as its president. Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos also is a partner and executive vicepresident at MMS Participações Ltda., which is the parent company of the Company. Mrs. Márcia is also a member of the Board of Directors of BRF S.A., which is a company controlled by Marfrig Global Foods S.A.

Mrs. Marçal dos Santos has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Rodrigo Marçal Filho – CPF/MF: 184.346.398-90

Mr. Rodrigo Marçal Filho, 49, has been a director at the Company since March 2007 and is a Statutory Officer of the Company, elected on January 7, 2014, and invested into office on January 23, 2014. He has spent his entire career in the agriculture sector, having worked as a farm administrator until he joined the Company. He joined the Company in May 2000 and was infrastructure director until he became the director responsible for cattle sourcing and a member of the Board of Directors.

Mr. Marçal Filho has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

Mr. Alain Emile Henri Martinet, 81, is a member of the Board of Directors and a member of the Company's Sustainability Committee. Mr. Alain Martinet, a Frenchman, has worked in the meat industry for more than 40 years, having been manager of the international area of the meat department of Louis Dreyfus Corporation USA (1978 to 1984). He was general manager (1985 to 1991) and commercial director (1991 to 1992) of Frigorífico Rio - Platense. He served as director of SWIFT Argentina for five years, since 2001. He joined the Company in October 2006, having already worked as an officer responsible for the operations in Argentina, of the "Tradings" companies and in the United States of America of the Marfrig Group.

Mr. Martinet has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

Mr. Herculano Aníbal Alves, 71, holds a Master's degree in Finance and Investments, a Post-Graduate degree in Financial Administration from Fundação Getúlio Vargas, and an Economics degree from PUC. His education also includes executive education in Governance, Risk and Compliance by the Risk University - KPMG and Audit Committee Course by the Brazilian Institute of Corporate Governance - IBGC. Qualified as a Portfolio Manager by CVM and professional certification by ANBIMA (CGA). He has worked in the financial market as an Investment Officer, Variable Income manager and Investment and Credit analyst at: BRAM - Bradesco

Asset Management, ABN AMRO, Unibanco and Banco Bozzano Simonsen and in the administrative and financial area at Empresa de Onibus Vila Carrão. In the first three, he was a member of the Credit and Investment Committees and BRAM's monthly committee with Banco Bradesco. Board Member at Tim Brasil (2015-current) and Marfrig Brasil Foods (2015-2016) and (2018-current). Fiscal Advisor at Cielo (2015-present), Grendene (2015-present), Fleury Group, Ecorodovias (2018-2019), Gerdau (2017-2018), Metalúrgica Gerdau (2020-present), GP Technology Private Equity Fund (2001-2005) and Bradesco Templeton Value and Liquidity Fund (1998-2001). Alternate Fiscal Advisor at 2Bcapital Private Equity Fund (2013-2019) and Gerdau (2020-present). Partner at Araxá Investimentos (2015-2016) and Barigui Gestão de Recursos (2016-present). Member of the Statutory Audit Committee at Tim Brasil, Chairman of the Risk Committee and Financial Expert. Mr. Herculano is Coordinator of the Finance Committee and member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee at Marfrig Global Foods S.A.

Mr. Alves has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

Mr. Roberto Silva Waack, 64, was CEO of Fundação Renova, an entity created to manage the reparation activities for the Fundão dam collapse (Mariana). Founder, shareholder, former CEO, and subsequent Chairman of the Board of Directors of Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), a forestry company with operations in management and planting of native and exotic species. Long experience as an executive in national and multinational companies in the pharmaceutical and forestry areas, as general manager and concentrating on technology, marketing and planning. As an entrepreneur, direct engagement in private placement and establishment of management and governance structures. Active participation in organizations such as Wisewood/Braskem (recycled plastics), Instituto Arapyau (philanthropy, Chairman of the Board), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (grain trading), GRI - Global Reporting Initiative, FSC - Forest Stewardship Council, IBGC - Brazilian Institute of Corporate Governance, Instituto Ethos, Funbio - Brazilian Biodiversity Fund, ISE-Bovespa and WWF. Direct involvement in environmental and social movements since the 1980s, always interacting at the interface between the private sector and NGOs. Biologist (IB-USP) and Master's Degree in Business Administration (FEA-USP). Mr. Roberto was a member of the following bodies: Amata S.A. (Chairman of the Board 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Advisory Board 2014-2016); IBGC - Brazilian Institute of Corporate Governance (Member 2014-2016); GRI - Global Reporting Initiative (Member 2010-2016); Instituto Ethos - (Board Member 2013-2016); WWF Brasil (Board Member and Chairman of the Board 2014-2016); Instituto Ipê (Board Member 2012-2016); ISE BOVESPA (Advisory Board 2014-2106); EPC/FGV - Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM - Friends of the Amazon Network (Advisory Board 2008-2014); FUNBIO - Brazilian Biodiversity Fund - (Board Member 2009-2014); FSC - Forest Stewardship Council - (Board Member 2006-2012. Chairman of the Board 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative - IDH The Sustainable Trade Initiative - Holland (2011-2014); ARES - Institute for Sustainable Agriculture (Chairman of the Board 2007-2011); Global Campaign for Climate Action - Brazilian Section (Advisory Board 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Board Member 2005 - 2006); CRIA - Reference Center for Environmental Information (Board Member 2005-2011); FSC - Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Board Member 2005-2007); Ybios, a joint venture between Orsa, Natura and Centroflora with a focus on R&D for products derived from biodiversity (founder and Board Member 2004-2006);

Plantations Review Group at FSC - Forest Stewardship Council (2004-2005); FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Advisor 2003 - 2006); PENSA Agribusiness Program of FEA-USP (Advisory Board 2001 -2006). Mr. Waack is a Board Member and Sustainability Coordinator at Marfrig Global Foods S.A.

Mr. Waack has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Mr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 66, has been an independent member of the Company's Board of Directors since May 2007 and is currently a businessman in the sectors of cattle breeding, biotechnology and executive education. He was President of CAO Group from 2013 to 2017, of Suzano Papel e Celulose from 2006 to 2012, of Ford of Brazil and South America, and also Corporate Vice President of Ford (1999 to May 2006). He also worked as President of Itamarati Group (1997 to 1999) and CECRISA - Revestimentos Cerâmicos (1993 to 1997). Between 1990 and 1993, he occupied various positions in the Federal Government, in Brasília, having held the positions of Deputy Director of the Industry and Commerce Department and Deputy National Secretary of Economy in the Ministry of Economy. When the Ministry of Industry, Commerce and Tourism was created, he served for eight months as Executive Secretary (Vice Minister). During these three years, Maciel was the technical coordinator of the Brazilian Quality and Productivity Program - PBQP. He started his professional career at Petrobras in 1980, where he worked for 10 years. He was a Board Member at several companies, among them Archer Daniels Midland Company (ADM) and Suzano Papel e Celulose. Currently, he is also a Board Member at Execution - Agência de Propaganda. Mr. Maciel Neto graduated in Mechanical Engineering at Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ in 1979.

Mr. Maciel Neto has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

FISCAL COUNCIL:

José Luiz De Souza Gurgel – CPF 918.587.207-53

José Luiz de Souza Gurgel, 57, is an IBGC-certified tax advisor with 35 (thirty-five) years' experience as an independent auditor and/or consultant in accounting and finance. He is a member of MARFRIG's Fiscal Council, a position he has held since 2022. Since 2022, he is the chairman of the Statutory Audit Committee of Indústrias Nucleares do Brasil - INB, as well as being a member of the People, Eligibility, Succession and Remuneration Committee of the same company, both collegiate bodies, acting as an advisory body to the Board of Directors. In the fiscal years ending December 31, 2021 and 2022, he was a member of the Fiscal Council of the SOMA Group (a publicly traded company). Between April 2011 and May 2019 he was an audit partner at KPMG in Rio de Janeiro. From July 2001 to March 2011, he was an

audit partner at BDO, serving on the organization's Executive Committee from 2008 to 2010. Between 2004 and 2008, he was head partner of BDO's Rio de Janeiro office. As an audit partner at KPMG and BDO, he led audits of the financial statements of publicly traded companies in Brazil, the US and Europe, as well as audits of internal controls for SOX compliance for the US capital markets in accordance with PCAOB standards. He has participated in audits of corporate reorganizations (acquisitions, mergers, spin-offs and incorporations), IPOs and debt issues. He was a Professor (no employment relationship) of accounting and auditing in corporate courses. Master's degree in Accounting Sciences (2018) from Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda - FUCAPE RJ. Graduated in Economics from UERJ and in Accounting from Faculdade da Cidade. And postgraduated in business management from *Cândido Mendes*. In 2019, he completed the IBGC Board of Directors course. He was director of the Institute of Independent Auditors of Brazil (IBRACON) from 2008 to 2017.

Mr. José Luiz de Souza Gurgel has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Ricardo Florence dos Santos – CPF/MF: 812.578.998-72

Mr. Ricardo Florence dos Santos, 69, has been a member of Marfrig's Fiscal Council since 2020, on the Advisory Boards of the companies ATMO and BENCORP and as a member of the Statutory Audit Committee of the companies MOVIDA Aluguel de Carros and CPFL Energia. He was an independent member of the Board of Directors of Movida Aluguel de Carros S.A. between 2016 and 2023, as Vice President of Finance (CFO) of Marfrig Global Foods S.A between 2013 and 2016, as Statutory Director of Investor Relations between 2007 and 2014 and as a member of the Supervisory Boards of CPFL Energia and its subsidiary CEEE-T between 2017 and 2022. A chemical engineer with a degree from USP's Polytechnic School and a Business Administration degree from Mackenzie University, he has an MBA in Strategy and Finance from IBMEC-SP. He previously worked at Grupo Pão de Açúcar for 16 years (1984-2000) in various positions such as Strategic Planning Director, Finance Director and Statutory Investor Relations Director. He was also responsible for the IR areas of UOL Inc. (Folha de São Paulo Group - 2000/2001) and Brasil Telecom (2005-2007). He has been involved in a number of IPOs, mergers, acquisitions and asset sales in the companies in which he has worked. He was part of the Boards of Directors of Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL - Grupo Folha (2001) and IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 and 2014-2019), where he was also CEO from 2010 to 2013, and on the Advisory Boards of Dentalcorp S.A. (2002 to 2006) and Granol (2020 to 2023).

Mr. Ricardo Florence dos Santos has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Tiago Medeiros Garcia

Mr. Tiago Medeiros Garcia, 41, is a partner at Benício Advogados Associados, whose main focus is tax recovery. He leads a team of 22 people who develop projects for various national and multinational clients, providing all the technical support and tax legislation, as well as coordinating the area. Graduated in Business Administration from the Federal University of Ouro Preto and a post-graduated in Tax Management from FECAP, he has also attended courses in Basic Accounting; SPED Fiscal and

EFD Contributions; ICMS - Tax Substitution; Calculation of Income Tax (Real Profit); PIS/COFINS - Non-cumulative and cumulative. He also worked as a Tax Supervisor at Benício Advogados Associados between 2009 and 2013, and previously as a senior tax analyst between 2008 and 2009 at Fernando, Nagao, Cardone & Alvarez Jr. Advogados Associados and from 2003 to 2008 as a tax analyst at Marcondes Advogados Associados.

Mr. Tiago Medeiros Garcia has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Alternates:

Ely Carlos Perez – CPF/MF: 140.264.678-05

Mr. Ely Carlos Perez, 53, is an accountant graduated from São Marcos University and an MBA in Business Management from *Fundação Getúlio Vargas*. His professional experience has been in the area of Tax and Financial Accounting consultancy, with the last 24 years as a business and process consultant for the implementation of Management Information Systems (Enterprise Resource Planning - ERP). The activities carried out during this period were focused on surveying the processes used, adapting processes to the system serving the tax area, implementing ERP, training and monitoring post-implementation processes. He worked for more than 10 years at Datasul S.A.

Mr. Ely Carlos Perez has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Eduardo Medeiros da Silva – CPF/MF: 101.761.378-82

Mr. Eduardo Medeiros da Silva, 56, is a lawyer, registered with the Brazilian Bar Association, São Paulo Section, under number 143,476, graduated in Law from the Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, in Business Administration from the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). He also holds a degree in Foreign Trade from UNINTER and a Lato Sensu postgraduate degree in ESG practices from IBMEC. He has more than 25 years of experience in the management of toy companies and corporate law.

Mr. Eduardo Medeiros da Silva has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial.

Marcílio José da Silva

Mr. Marcílio José da Silva, 60, is an accountant graduated from FACEC Candido Rondon - Cuiabá - MT, having held positions in the accounting area in Frigoríficos, such as Frigoríficos “Quatro Marcos Ltda. (between 1996-2000)” and “Frigorífico Tangará Ltda.” (between 2000-2003). He is an accounting consultant and was a member of the Company’s Fiscal Council from April 2010 to April 2014.

Mr. Marcílio José da Silva has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Name	Conviction Type pursuant item 7.3, m, of the CVM Resolution 80/22	Description of Conviction
Marcos Antonio Molina dos Santos	None	None
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	None	None
Rodrigo Marçal Filho	None	None
Alain Emile Henri Martinet	None	None
Herculano Aníbal Alves	None	None
Roberto Silva Waack	None	None
Antonio dos Santos Maciel Neto	None	None
José Luiz De Souza Gurgel	None	None
Ricardo Florence dos Santos	None	None
Tiago Medeiros Garcia	None	None
Eduardo Medeiros da Silva	None	None
Ely Carlos Perez	None	None
Marcílio José da Silva	None	None

ITEM 7.4. COMPOSITION OF THE STATUTORY COMMITTEES AND THE AUDIT, FINANCIAL AND COMPENSATION COMMITTEES:

Name	Date of Birth	Occupation	CPF [Individual Taxpayer's Registry]/ Passport	Elective office held	Election date	Date of taking office	Term of office	Other offices	Elected by controller	Start Date of the First Term
Marcos Fernando Marçal dos Santos	November 20, 1995	Business Administrator	387.480.138-11	Member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025		Yes	July 14, 2022
Marcia A.P. Marçal dos Santos	March 28, 1973	Businesswoman	182.070.698-21	Member of the Financial Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Member of the Board of Directors	Yes	May 18, 2020
Herculano Aníbal Alves	February 15, 1953	Economist and Rural Administrator	463.463.178-49	Coordinator of the Finance Committee and Member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee.	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Member of the Board of Directors	Yes	Financial Committee: May 06, 2019 Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee May 11, 2021

Tang David	April 16, 1969	Business Administrator	213.882.168-41	Member of the Financial Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Statutory Director	Yes	May 18, 2020
Antonio dos Santos Maciel Neto	October 11, 1957	Mechanical Engineer	532.774.067-68	Coordinator of the Remuneration, Corporate Governance and Human Resources Committee and Coordinator of the Statutory Audit Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Member of the Board of Directors	Yes	Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee: May 16, 2013 Audit Committee: May 18, 2020
Heraldo Geres	October 26, 1968	Lawyer	119.691.688-89	Member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Statutory Director	Yes	May 06, 2019
José Mauro Depes Lorga	November 05, 1960	Economist	711.509.277-04	Member of the Statutory Audit Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	-	Yes	May 18, 2020
José Luiz Sanches	August 11, 1965	Accountant	065.351.898-64	Member of the Statutory Audit Committee	July 05, 2023	July 05, 2023	April 20, 2025	-	Yes	July 05, 2023

Roberto Silva Waack	March 28, 1960	Biologist	029.327.158-52	Coordinator of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Member of the Board of Directors	Yes	May 06, 2019
Marcelo de Camargo Furtado	November 15, 1963	Chemical Engineer	054.087.568-66	Member of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	-	Yes	June 22, 2020
Paulo Pianez Junior	August 24, 1966	Economist	083.886.738-31	Member of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025		Yes	May 06, 2019
Alain Emilie Henri Martinet	January 23, 1943	Business Administrator	233.887.318-10	Member of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	Member of the Board of Directors	Yes	May 06, 2019
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	December 06, 2002	Student	541.233.298-61	Member of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	-	Yes	May 11, 2021
Ana Yang	March 01, 1975	Business Administrator	253.388.878-86	Member of the Sustainability Committee	April 11, 2023	April 11, 2023	April 20, 2025	-	Yes	November 10, 2022

ITEM 7.4 - COMPOSITION AND PROFESSIONAL EXPERIENCE OF COMMITTEE MEMBERS + CONVICTION TABLE

Marcos Fernando Marçal dos Santos – CPF/MF: 387.480.138-11

Mr. Marcos Fernando Marçal dos Santos holds a degree in business administration from Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, is taking the preparatory course “Jornada Successor” promoted by Falconi Consulting and is a member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee of Marfrig Global Foods S.A. He has solid professional experience in the agribusiness sector, having held the positions of Auditor (2015 – 2018), Commercial (2018),

General Manager at the Bataguassu Unit – MS (2018-2019) and General Manager at the Várzea Grande Unit at Marfrig. – MT (2019-2021). He currently holds the position of Supply Chain Director (2021 – current).

Mr. Marcos Fernando has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49, has been a member of the Board of Directors since March 2007 and is a member of the Company's Finance Committee. She has extensive experience at Marfrig, having served as head of the financial department from 2000 to 2006 and as head of the internal audit team from 2000 to 2006. In addition, Mrs. Marçal dos Santos actively participates in the Marfrig Social Responsibility Institute Fazer e Ser Feliz as its president. Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos also is a partner and executive vicepresident at MMS Participações Ltda., which is the parent company of the Company. Mrs. Márcia is also a member of the Board of Directors of BRF S.A., which is a company controlled by Marfrig Global Foods S.A.

Mrs. Marçal dos Santos has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

Mr. Herculano Aníbal Alves, 71, holds a Master's degree in Finance and Investments, a Post-Graduate degree in Financial Administration from Fundação Getúlio Vargas, and an Economics degree from PUC. His education also includes executive education in Governance, Risk and Compliance by the Risk University - KPMG and Audit Committee Course by the Brazilian Institute of Corporate Governance - IBGC Qualified as a Portfolio Manager by CVM and professional certification by ANBIMA (CGA). He has worked in the financial market as an Investment Officer, Variable Income manager and Investment and Credit analyst at: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco and Banco Bozzano Simonsen and in the administrative and financial area at Empresa de Onibus Vila Carrão. In the first three, he was a member of the Credit and Investment Committees and BRAM's monthly committee with Banco Bradesco. Board Member at Tim Brasil (2015-current) and Marfrig Brasil Foods (2015-2016) and (2018-current). Fiscal Advisor at Cielo (2015-present), Grendene (2015-present), Fleury Group, Ecorodovias (2018-2019), Gerdau (2017-2018), Metalúrgica Gerdau (2020-present), GP Technology Private Equity Fund (2001-2005) and Bradesco Templeton Value and Liquidity Fund (1998-2001). Alternate Fiscal Advisor at 2Bcapital Private Equity Fund (2013-2019) and Gerdau (2020-present). Partner at Araxá Investimentos (2015-2016) and Barigui Gestão de Recursos (2016-present). Member of the Statutory Audit Committee at Tim Brasil, Chairman of the Risk Committee and Financial Expert. Mr. Herculano is Coordinator of the Finance Committee and member of the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee at Marfrig Global Foods S.A.

Mr. Herculano has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the

Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Tang David - CPF/MF: 213.882.168-41

Mr. Mr. Tang David, 54, joined Marfrig in 2007 and served as Controller Director, Director of Internal Audit and Executive Officer with no Specific Title. He worked for 11 years (starting in 1991) in the Treasury department of Asea Brown Boveri – ABB Brasil, where his last position was Executive Officer of Banco ABB S.A. (financial arm of ABB Brasil). He worked for 4 years (between 2002 and 2006) in the Treasury department of JBS Friboi and his last position was as controller of the in-Natura Division.

Mr. Tang has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Mr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 66, has been an independent member of the Company's Board of Directors since May 2007 and is currently a businessman in the sectors of cattle breeding, biotechnology and executive education. He was President of CAO Group from 2013 to 2017, of Suzano Papel e Celulose from 2006 to 2012, of Ford of Brazil and South America, and also Corporate Vice President of Ford (1999 to May 2006). He also worked as President of Itamarati Group (1997 to 1999) and CECRISA - Revestimentos Cerâmicos (1993 to 1997). Between 1990 and 1993, he occupied various positions in the Federal Government, in Brasília, having held the positions of Deputy Director of the Industry and Commerce Department and Deputy National Secretary of Economy in the Ministry of Economy. When the Ministry of Industry, Commerce and Tourism was created, he served for eight months as Executive Secretary (Vice Minister). During these three years, Maciel was the technical coordinator of the Brazilian Quality and Productivity Program - PBQP. He started his professional career at Petrobras in 1980, where he worked for 10 years. He was a Board Member at several companies, among them Archer Daniels Midland Company (ADM) and Suzano Papel e Celulose. Currently, he is also a Board Member at Execution - Agência de Propaganda. Mr. Maciel Neto graduated in Mechanical Engineering at Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ in 1979.

Mr. Maciel Neto has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Heraldo Geres – CPF/MF:119.691.688-89

Mr. Mr. Geres, 55 is the Statutory Legal Officer and Legal and Human Resources Vice President of the Company. He holds a law degree and is a member of the Brazilian Bar Association since 1994. He holds a graduate degree in Tax Law from Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). He also holds a bachelor's

degree in Business Administration from PUC-SP, a master's degree in Political and Economic Law at Universidade Presbiteriana Mackenzie and a Certificate in Global Business Administration from the Thunderbird School of Business (USA).

Mr. Geres has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

José Mauro Depes Lorga - CPF/MF: 711.509.277-04

He has been a partner and COO of the Delta Energia group since May 2019, having worked for more than 26 years in auditing and consulting companies. He was a partner at KPMG Brazil until April 2019, focusing especially on tax, labor and social security consulting, where he coordinated the Indirect Taxes and Customs area. He worked as Lead Partner in Latam Consulting at BDO Brasil for several years until it was acquired by KPMG in 2008. With a law degree from FMU and an MBA in Business Management from Trevisan Escola de Negócios, he also serves as an advisor on the Ethics Council of ANFAC - Associação Nacional de Fomento Comercial. As a consultant, he has provided services to several national and international companies in different areas, such as due diligence, acquisition review, tax and business consulting, as well as representing clients in administrative and judicial courts. In the training area, he has given courses on income tax and social contribution, taxation in the production and circulation of goods, tax management, labor and social security routines, with articles published in various periodicals and newspapers. He has taken part in various courses and lectures for professional development at national and international level. He has contributed several articles and publications to magazines and newspapers in Brazil.

Mr. Lorga has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

José Luiz Sanches – CPF/MF 065.351.898-64

Mr. José Luiz Sanches, 57, auditor and business consultant, with 36 years' experience in independent auditing and accounting consultancy and Managing Partner of J L Sanches Assessoria Empresarial. Since August 2022, he has been working in business consultancy and advisory services. Since January 2020 he has been a member of the Fiscal Council of Complexo Civita Hotels - IBIS STYLES and MERCURE of the Accor Hotels franchise, in the city of Ribeirão Preto/SP. From March 2015 to July 2022, he was a partner at PKF Affiance Brazil Auditores Independentes, in the Ribeirão Preto/SP and São Paulo/SP offices. From April 2011 to September 2014, he was an audit partner at KPMG Auditores Independentes in the Ribeirão Preto/SP and Uberlândia/MG offices. From May 2000 to March 2011, he was an audit partner at BDO, in the Ribeirão Preto/SP and Campo Grande/MS offices. From April 1999 to April 2000, he worked as Accounting Manager at Sibelco Mineração Ltda. (Unimin Group) in Analândia/SP. From August 1986 to March 1999, Audit Supervisor at KPMG Auditores Independentes, in the São Carlos/SP office. As an audit partner at BDO, KPMG and PKF, he led audits of Financial Statements, Limited Reviews, Pre-Agreed Procedures, Accounting, Tax and Labor Diagnoses, Due Diligence, Reviews of Prospectuses for Bonds and IPOs, among other audits for clients in the agribusiness sector (meatpacking plants, sugar and alcohol mills); agriculture in the

sugar cane, orange, soybean and cattle and pig sectors; metallurgical industries; highway, water and sewage concessionaires; medical services (Hospital, Santa Casa and Cooperativa Médica); Fertilizers and Mining. He has an academic degree and technical qualifications in Accounting from the Associação de Escolas Reunidas - ASSER - São Carlos; a postgraduate degree in Controllershship and Finance from UNICEP - São Carlos; a member of the Regional Accounting Council, accountant category - CRC-SP; a member of the Brazilian Independent Auditing Institute - IBRACON; holds the National Register of Independent Auditors - CNAI from the Federal Accounting Council; and was a member of IBRACON's Agribusiness Technical Group.

Mr. Roberto Silva Waack has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

Mr. Roberto Silva Waack, 62, was CEO of Fundação Renova, an entity created to manage the reparation activities for the Fundão dam collapse (Mariana). Founder, shareholder, former CEO, and subsequent Chairman of the Board of Directors of Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), a forestry company with operations in management and planting of native and exotic species. Long experience as an executive in national and multinational companies in the pharmaceutical and forestry areas, as general manager and concentrating on technology, marketing and planning. As an entrepreneur, direct engagement in private placement and establishment of management and governance structures. Active participation in organizations such as Wisewood/Braskem (recycled plastics), Instituto Arapyau (philanthropy, Chairman of the Board), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (grain trading), GRI - Global Reporting Initiative, FSC - Forest Stewardship Council, IBGC - Brazilian Institute of Corporate Governance, Instituto Ethos, Funbio - Brazilian Biodiversity Fund, ISE-Bovespa and WWF. Direct involvement in environmental and social movements since the 1980s, always interacting at the interface between the private sector and NGOs. Biologist (IB-USP) and Master's Degree in Business Administration (FEA-USP). Mr. Roberto was a member of the following bodies: Amata S.A. (Chairman of the Board 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Advisory Board 2014-2016); IBGC - Brazilian Institute of Corporate Governance (Member 2014-2016); GRI - Global Reporting Initiative (Member 2010-2016); Instituto Ethos - (Board Member 2013-2016); WWF Brasil (Board Member and Chairman of the Board 2014-2016); Instituto Ipê (Board Member 2012-2016); ISE BOVESPA (Advisory Board 2014-2106); EPC/FGV - Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM - Friends of the Amazon Network (Advisory Board 2008-2014); FUNBIO - Brazilian Biodiversity Fund - (Board Member 2009-2014); FSC - Forest Stewardship Council - (Board Member 2006-2012. Chairman of the Board 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative - IDH The Sustainable Trade Initiative - Holland (2011-2014); ARES - Institute for Sustainable Agriculture (Chairman of the Board 2007-2011); Global Campaign for Climate Action - Brazilian Section (Advisory Board 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Board Member 2005 - 2006); CRIA - Reference Center for Environmental Information (Board Member 2005-2011); FSC - Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Board Member 2005-2007); Ybios, a joint venture between Orsa, Natura and Centroflora with a focus on R&D for products derived from biodiversity (founder and Board Member 2004-2006); Plantations Review Group at FSC - Forest Stewardship Council (2004-2005); FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Advisor 2003 - 2006); PENSA Agribusiness Program of FEA-USP (Advisory Board 2001 -2006).

Mr. Roberto Silva Waack has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or

the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Marcelo de Camargo Furtado – CPF/MF 054.087.568-66

Mr. Marcelo Furtado is CSO and founding partner of the startup ZScore, a relationship platform that offers a solution for tracking environmental assets using Blockchain technology. Chairman of the board of the World Resources Institute (WRI) Brazil. Member of the board of Conectas Human Rights and member of Duratex's sustainability and innovation committee. Executive director of Alana Family Foundation from July 2018 to March 2020 and co-founder of Believe.Earth. Served from 2016 to June 2018 as the facilitator of the Brazilian Coalition on Climate Forest and Agriculture, a multistakeholder forum with representatives from academia, business and civil society to implement a just and sustainable a low carbon economy. Chemical engineer by training with a master degree in renewable energy. Climate, Energy and Land Use professional with nearly 30 years of experience as an activist committed to advancing sustainability and social justice through innovation and public mobilization. Lemann Fellow and a member of the Yale World Fellow (2011). Executive Director at Arapyaú Institute (2013 to 2017) a family foundation that promotes sustainability, justice, education and political advocacy. Executive Director of Greenpeace Brazil (2008 to 2013). Head of the forest, climate & energy, toxics and oceans campaign in Brazil (2005 to 2008). He worked at Greenpeace International (1990 to 2005) as a policy advisor on climate, energy and industrial pollution; he coordinated the global campaign (and previously for Latin America) for the promotion of clean technologies and worldwide ban on hazardous waste trade. Before joining the non-profit sector, he worked at Dow Chemicals in marketing and at Technova as an innovation and technology consultant.

Mr. Furtado has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Paulo Pianez Junior – CPF/MF: 083.886.738-31

Mr. Paulo is graduated in Economics at UNICAMP, post-graduated in Quality and specialized in Retail Management from Youngstown State University (USA). He served as Sustainability and Social Responsibility Officer at Carrefour Brasil Group for over 10 years and was Quality Officer at BankBoston and Superintendent of Customer Relations at Banco Santander.

Mr. Pianez Junior has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

Mr. Alain Emile Henri Martinet, 81, has been a member of the Company's Board of Directors since December 2009 Mr. Alain Martinet, a Frenchman, has worked in the meat industry for more than 30 years, having been manager of the international area of the meat department of Louis Dreyfus Corporation USA (1978 to 1984). He was

general manager (1985 to 1991) and commercial director (1991 to 1992) of Frigorífico Rio - Platense. He served as director of SWIFT Argentina for five years, since 2001 He joined the Company in October 2006, having already worked as an officer responsible for the operations in Argentina, of the “Tradings” companies and in the United States of America of the Marfrig Group.

Mr. Martinet has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Marcella Fernanda Marçal dos Santos – CPF/MF: 541.233.298-61

Mrs. Marcella is a member of the Company’s Sustainability Committee and has professional experience in the agribusiness sector. She is a graduate student in Business Administration at the Brazilian Institute of Capital Markets (IBMEC).

Mrs. Marçal dos Santos has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Ana Yang – CPF/MF: 253.388.878-86

Mrs. Ana Yang is the Executive Director of the Chatham House Sustainability Accelerator. Ana has extensive professional experience related to sustainability and climate change, backed by twenty years of experience spanning the private sector, development finance, civil society, philanthropy and the think tank. His current interests focus on understanding how finance and innovation can enable the transition to deep sustainability. Prior to Chatham House, Ana worked at the Children’s Investment Fund Foundation, where she led the Climate Change Program’s land use and finance workflow. Between 2005 and 2008, she was Executive Director of the Forest Stewardship Initiative at FSC Brasil and later joined the Sustainable Business Consulting team at the International Finance Corporation (IFC), advising companies and investors on investments with an impact on the Amazon.

Mrs. Yang has not been subject to (i) any criminal conviction, (ii) conviction in an administrative proceeding with the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance or (iii) any unappealable judicial or administrative ruling that suspended or prohibited him from practicing any professional or commercial activity.

Name	Conviction Type pursuant the Annex C , item 7.3 of the CVM Resolution 80/22	Description of Conviction
Marcos Fernando Marçal dos Santos	None	None
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	None	None
Herculano Aníbal Alves	None	None
Tang David	None	None
Alain Emile Henri Martinet	None	None
Antonio dos Santos Maciel Neto	None	None
Heraldo Geres	None	None
José Mauro Depes Lorga	None	None
José Luiz Sanches	None	None
Roberto Silva Waack	None	None
Marcelo de Camargo Furtado	None	None
Paulo Pianez Junior	None	None
Alain Emilie Henri Martinet	None	None
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	None	None
Ana Yang	None	None

7.5 EXISTENCE OF MARRIAGE RELATIONSHIP, STABLE UNION OR RELATED UP TO THE 2ND DEGREE RELATED TO THE ISSUER'S MANAGERS, SUBSIDIARIES AND CONTROLLERS.

Name Office	CPF	Issuer's business name, controlled or controlling	CNPJ	Type of relationship to administrator of the issuer or subsidiary
<u>Administrator of the issuer or subsidiary</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Husband or Wife (1st degree by affinity)

Chairman of the Board of Directors				
<u>Related person</u>				
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Permanent member of the Board of Directors	182.070.698-21	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
<u>Administrator of the issuer or subsidiary</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos Chairman of the Board of Directors	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Brother-in-law and Sister-in-law (2nd degree)
<u>Related person</u>				
Rodrigo Marçal Filho Statutory Director and Member of the Board of Directors.	184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	

Note

Mr. Mr. Rodrigo Marçal Filho is the brother of Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos who, in turn, is the wife of the Chairman of the Board of Directors, Mr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

7.6 INFORM ABOUT RELATIONSHIPS OF SUBORDINATION, PROVISION OF SERVICES OR CONTROL MAINTAINED, IN THE LAST 3 FISCAL YEARS, BETWEEN THE ISSUER'S MANAGERS AND: A) A COMPANY DIRECTLY OR INDIRECTLY CONTROLLED BY THE ISSUER, WITH THE EXCEPTION OF THOSE IN WHICH THE ISSUER DIRECTLY OR INDIRECTLY HOLDS THE ENTIRE SHARE CAPITAL; B) THE ISSUER'S DIRECT OR INDIRECT CONTROLLER; C) IF RELEVANT, SUPPLIER, CLIENT, DEBTOR OR CREDITOR OF THE ISSUER, ITS SUBSIDIARY OR THE PARENT COMPANIES OR SUBSIDIARIES OF ANY OF THESE PERSONS.

Identification Position/Function	CPF/CNPJ	Type of relationship the Administrator has with the person	Related person type
Fiscal Year 12/31/2023; 12/31/2022; 12/31/2021			Direct Controller
<u>Issuer Administrator</u>			

Marcos Antonio Molina dos Santos Chairman of the Board of Directors <u>Related Person</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	102.174.668-18 08.542.030/0001-31	Controller	Direct Controller
<u>Issuer Administrator</u> Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Member of the Board of Directors <u>Related Person</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	182.070.698-21 08.542.030/0001-31	Controller	
<u>Note</u> MMS Participações Ltda., whose share capital is held by its sole shareholders, Mr. Marcos Antonio Molina dos Santos and Mrs. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, is the controlling shareholder of Marfrig Global Foods S.A.			

APPENDIX V

MANAGERS' COMPENSATION ITEM 8 OF THE REFERENCE FORM

8.1 Description of the compensation policy or practice adopted for the board of directors, board of statutory and non-statutory executive officers, fiscal council, statutory committees, as well as audit, risk, finance and compensation committees

(a) Objectives of the compensation policy or practice

The compensation policy of the Corporation attracts, retains and establishes the criteria, responsibilities and definitions for the compensation of its managers. The policy also aims to motivate executives of the Corporation to grow and develop to reach their maximum potential, to align their performance with the business objectives of the Corporation, recognizing their performance through the payment of incentives (short- and long-term).

The Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee is the deliberative body charged with evaluating the managers of the Corporation and subsequent compensation owed to each one of them pursuant to the compensation policy. The committee is formed by members of the Board of Directors.

The parameters used to determine the compensation of the managers are based on market practices.

The Management compensation policy was approved by the board of directors at a meeting held on October 31, 2018, and establishes the operating procedures and controls to be applied to the process of defining the Company's management compensation. The management compensation policy is available on the Company's Investor Relations website (<https://ri.marfrig.com.br/>) and the Empresas.Net system of the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM).

(b) Practices and procedures adopted by the board of directors to define the individual compensation of the board of directors and board of executive officers

(i) the bodies and committees that participate in the decision-making process, indicating how such participation takes place

The compensation of the board of directors and the statutory board of executive officers is evaluated at the start of each year and the recommended compensation is submitted to the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee, which then proposes the overall compensation amount to the Board of Directors and, then, to the Annual Shareholders Meeting.

(ii) criteria and methodology used to establish the individual compensation

The breakdown of management compensation is defined based on a salary survey that analyzes the competitiveness of diverse components of the total compensation of executives (base salary, short- and long-term incentives and benefits).

The results of the salary survey are used to revise the Marfrig Group's Salary Table, which makes up the structure of the Corporation's positions and salaries (fixed portion).

The variable portion consists of short- and long-term compensation, which is calculated based on the achievement of financial and individual targets.

(iii) how frequently and how does the board of directors evaluate the adequacy of the issuer's compensation policy

The management compensation policy and the amounts to be paid are discussed at least once a year at the board of directors and at the Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee.

(c) composition of the compensation

(i) description of compensation elements and their individual purposes

Board of Directors

The compensation of the members of the Board of Directors of the Corporation in 2023 is composed of a monthly fixed compensation that is set annually for each of the members and specific benefits, seeking to reward monetarily the members of the Board of Directors in accordance with their responsibilities and professional experience with the Corporation. The members of the Board of Directors of the Company receive different remuneration, since they are remunerated according to the level of participation of each one. And for the same reason, there are members of the Company's Board of Directors who receive higher remunerations than Executive Officers Statutory. The Corporation's stock option plan also provides variable compensation for the Board of Directors. However, long-term incentives were not granted for the Board of Directors for fiscal year 2023 and will not be granted for fiscal year 2024.

Executive Officers

The compensation of the Executive Officers Statutory and Non-Statutory of the Corporation is composed of:

- a fixed portion, which includes a monthly salary that is set annually for each of the members and various benefits, seeking to reward monetarily the Executive Officers in accordance with their responsibilities and professional experience with the Corporation; and
- a variable portion, which includes (i) a share in the profits of the Corporation; and (ii) compensation based on the stock option plan of the Corporation. As part of the payment of the compensation forecast in this Proposal, the Corporation proposes to its shareholders that up to 70% of the variable compensation of its Executive Officers is paid through the direct granting of shares held in treasury, and the calculation of the share price, pursuant to the sole paragraph of article 4 of CVM Instruction 567, it will be the average of the last 20 trading sessions prior to the date of granting the variable remuneration scheduled for April 30, 2024. All other conditions for the direct granting of shares such as part of the compensation will be defined by the Company's Board of Directors.

Fiscal Council

The compensation of the members of the Fiscal Council is composed of a fixed portion, which includes one monthly compensation established annually for each of its members and benefits, aiming to reward monetarily the members of the Fiscal Council in accordance with their responsibilities and professional experience with the Corporation.

Committees

All participants in the various advisory committees to the Board of Directors, such as the Financial and Risk Management Committee, Audit Committee, Compensation, Corporate Governance and Human Resources Committee and Sustainability Committee, may be remunerated for their participation in said committees.

- **Objectives and alignment with the short-, medium- and long-term interests of the issuer**

Since the Corporation adopts market practices to determine its compensation policy (both fixed and variable), the practices motivate and recognize the executives' efforts towards achieving the business objectives, which further aligns the relationship between the Corporation and the manager. The sum of the compensations (fixed, variable and indirect/benefits) should be compatible with the peer group.

The fixed remuneration (or base salary) aims to reward executives in accordance with the level of contribution of their positions within the position and wage structure of the Corporation. The wage table of the Corporation is reviewed at least every 2 years in accordance with the salary survey conducted of the peer group, as mentioned above.

The short-term variable compensation aims to recognize the results obtained by the Corporation in the financial, operational and human dimensions, in accordance with the mix of annual corporate objectives, as indicated in item (c).

The long-term incentive aims to retain executives and provide a deferred long-term reward through the annual assessment of targets, as indicated in item (c), and is granted on an annual basis through the specific stock option plan with 25% deferred each year.

- **the proportion of each element in the total compensation**

Fiscal year ended 12/31/2023	Fixed Portion %	Variable Portion%
Board of Directors	100%	-
Board of Executive Officers	41.8%	58.2%
Fiscal Council	100%	-

Fiscal year ended 12/31/2022	Fixed Portion %	Variable Portion%
Board of Directors	100%	-
Board of Executive Officers	26.0%	74.0%
Fiscal Council	100%	-

Fiscal year ended 12/31/2021	Fixed Portion %	Variable Portion%
Board of Directors	100%	-
Board of Executive Officers	29.7%	70.3%

Fiscal year ended 12/31/2021	Fixed Portion %	Variable Portion%
Fiscal Council	100%	-

- **the calculation and adjustment methodology used for each compensation element**

The composition of the compensation of Managers is determined based on a salary survey conducted at least every 2 years with a select group of companies (peer group) in the food segment and of Brazilian publicly traded companies with a presence abroad, which analyzes the competitiveness of various components of the aggregate compensation of executives (base salary, short and long-term incentives and benefits).

Based on the results of the salary survey, a revision is made to the Marfrig Group' Salary Table, which forms the structure of the Corporation's positions and salaries (fixed portion).

Meanwhile, the variable portion consists of short and long-term compensation calculated based on the achievement of financial and individual targets.

- **Key performance indicators**

Board of Directors

The Corporation's stock option plan provides variable compensation for the Board of Directors. However, long-term incentives were not granted for the Board of Directors for fiscal year 2023 and will not be granted for fiscal year 2024.

Executive Officers

The monthly compensation of each Executive Officer is associated to his program evaluation, as well as his individual performance.

The short and long-term incentives, in turn, are conditioned to achievement of internal targets and Corporation's performance.

For the fiscal year 2023, the indicators considered in determining the short-term variable compensation and long-term incentives are:

EBITDA: Obtained by the net revenue of the Corporation.

Individual: up to five targets are proposed for the management of the executive's area, which focus on results that are aligned with the guidelines defined by the immediate leader, taking into account, among other things, the budget, sales, revenue and productivity.

The indicators and targets of the Board of Executive Officers are in line with the Guidances announced to the market in the materials facts notice of March 2, 2015 and February 29, 2016, and management contracts are drafted that include function-specific factors and the indicators of the overall performance of the Corporation.

Fiscal Council

Not applicable.

(ii) the reasons justifying the composition of the compensation

The reasons justifying the composition of the compensation are: (i) to attract and retain the professionals of the Corporation and to recognize their performance; (ii) to align the compensation with market practices and governing law and regulations; (iii) to be economically viable; (iv) to recognize the performance of individuals and that of the organization; and (v) to encourage commitment to the results and alignment with the Corporation's objectives.

(iii) existence of unsalaried members by the issuer and the reasons for this fact

The compensation of the Board of Directors is made up of the compensation of five members. The other two members opted for not receiving compensation as Board members, one of whom is also a member of the Executive Officers Board and receives compensation from that body.

(d) existence of compensation borne by the subsidiaries or direct or indirect controlling shareholders

Not applicable.

(e) existence of any compensation or benefits linked to the occurrence of certain corporate events, such as the transfer of control of the issuer

Not applicable, since no component of the compensation of the managers of the Corporation is linked to ownership events.

8.2 Total compensation attributable to members of the board of directors, board of executive officers and Fiscal Council

Total compensation estimated for the current fiscal year ending 12/31/2024 – Annual Amounts				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	5.00	4.00	6.00	15.00
Annual fixed compensation				
Regular remuneration	11,856,062.20	10,325,466.95	954,424.08	23,135,953.23
Direct and indirect benefits	134,562.48	1,045,789.58	10,425.52	1,190,777.58
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				
Variable compensation				
Bonuses	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	27,212,397.06	0.00	27,212,397.06
Attendance to meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Severance benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based payments	0.00	2,902,644.80	0.00	2,902,644.80
Notes				
Total compensation	11,990,624.68	41,486,298.39	964,849.60	54,441,772.67

Total compensation for the fiscal year ending 12/31/2023 – Annual Amounts				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	5.00	4.00	6.00	15.00
Annual fixed compensation				
Regular remuneration	7,113,333.33	9,470,364.57	890,277.33	17,473,975.23
Direct and indirect benefits	96,543.16	1,006,078.84	5,470.76	1,108,092.76
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				
Variable compensation				
Bonuses	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	12,634,915.03	0.00	12,634,915.03
Attendance to meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Severance benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based payments	0.00	1,966,626.73	0.00	1,966,626.73
Notes	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	-
Total compensation	7,209,876.49	25,077,985.17	895,748.09	33,183,609.75

Total compensation for the fiscal year ending 12/31/2022 – Annual Amounts				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	5.00	4.00	6.00	15.00
Annual fixed compensation				
Regular remuneration	7,113,333.33	8,905,164.00	848,296.01	16,866,793.34
Direct and indirect benefits	86,294.24	872,490.59	5,140.10	963,924.93
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				
Variable compensation				
Bonuses	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	20,005,122.75	0.00	20,005,122.75
Attendance to meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Severance benefits	0.00	1,912,166.67	0.00	1,912,166.67
Share-based payments	0.00	5,911,275.12	0.00	5,911,275.12
Notes	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	-
Total compensation	7,199,627.57	37,606,219.13	853,436.11	45,659,282.81

Total compensation for the fiscal year ending 12/31/2021 – Annual Amounts				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.25	4.00	6.00	17.25
Number of remunerated members	5.25	4.00	6.00	15.25
Annual fixed compensation				
Regular remuneration	6,448,600.00	10,075,439.21	935,657.94	17,499,697.15
Direct and indirect benefits	77,454.42	487,084.49	4,606.72	569,145.63
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Variable compensation				
Bonuses	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	20,408,491.38	0.00	20,408,491.38
Attendance to meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Severance benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based payments	0.00	4,635,148.27	0.00	4,635,148.27
Notes	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	Number of members calculates according to the criteria defined in CVM/SEP/Nº03/2012	-
Total compensation	6,566,054.42	35,606,163.35	940,264.66	43,112,482.43

8.3 Variable compensation of the members of the board of directors, board of executive officers and Fiscal Council

Variable compensation estimated for fiscal year ended December 31, 2024				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	-	4.00	-	4.00
Bonuses				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	19,048,677.94	0.00	19,048,677.94
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	54,424,794.12	0.00	54,424,794.12
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	27,212,397.06	0.00	27,212,397.06

Variable compensation for fiscal year ended December 31, 2023				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	-	4.00	-	4.00
Bonuses				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	18,120,241.59	0.00	18,120,241.59
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	51,772,118.84	0.00	51,772,118.84
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	25,886,059.42	0.00	25,886,059.42
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	12,634,915.03	0.00	12,634,915.03

Variable compensation for fiscal year ended December 31, 2022				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.00	4.00	6.00	17.00
Number of remunerated members	-	4.00	-	4.00
Bonuses				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	17,210,432.13	0.00	17,210,432.13
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	49,172,663.24	0.00	49,172,663.24
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	24,586,331.62	0.00	24,586,331.62
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	20,005,122.75	0.00	20,005,122.75

Variable compensation for fiscal year ended December 31, 2021				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Number of members	7.25	4.00	6.00	17.25
Number of remunerated members	-	4.00	-	4.00
Bonuses				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing				
Lowest amount foreseen in the compensation plan	0.00	26,491,825.51	0.00	26,491,825.51
Highest amount foreseen in the compensation plan	0.00	75,690,930.00	0.00	75,690,930.00
Amount foreseen in the compensation plan for goals attained	0.00	37,845,465.00	0.00	37,845,465.00
Amount effectively recognized as profit or loss in the fiscal year	0.00	20,408,491.38	0.00	20,408,491.38

8.4 Share-based compensation plan attributable to directors and statutory officers, in force in the last fiscal year and estimated for the current fiscal year

a) General terms and conditions

On May 29, 2009, the shareholders convened in an Extraordinary Shareholders' Meeting approved the general guidelines of the stock option plan of the Corporation ("Stock Option Plan"). The specific terms of the Stock Option Plan are as follows:

Administration of the Stock Option Plan

The Stock Option Plan targets the managers, employees in leadership positions and outsourced service providers of the Corporation or its subsidiaries ("**Beneficiaries**"). The Plan is managed by the Board of Directors of the Corporation, which may delegate its functions, observing the restrictions provided for by law, to a committee especially created for such purpose ("**Committee**").

If a Committee is created, it must be formed by at least three (3) members, one of whom must be a Director at the Corporation, while the other members must be elected by the Board of Directors. The members of the Board of Directors and of the Committee are not eligible to become beneficiaries of the Stock Option Plan.

If the general conditions of the Stock Option Plan and the guidelines established by the Shareholders' Meeting of the Corporation have been fulfilled, the Board of Directors shall have broad powers to take all the necessary and appropriate measures to manage the Stock Option Plan, including:

- granting options under the terms of the Stock Option Plan, as well as drafting and applying the specific rules for each grant;
- defining goals for the performance of the managers, employees and service providers of the Corporation or other legal entities under its control, with the aim of establishing objective criteria for selecting the Beneficiaries;
- selecting the Beneficiaries of the Stock Option Plan and authorizing the granting of stock options to them, establishing all the conditions for the options to be granted and modifying such conditions when required to align the options with governing law and regulations;
- issuing new shares in the Corporation within the authorized capital limit in order to meet the needs for exercising the options granted under the terms of the Stock Option Plan;
- creating Specific Programs (defined below) for granting the stock options.

In the exercise of its powers, the Board of Directors shall be subject only to the limits established by law and in the Stock Option Plan, with it clear that the Board of Directors may adopt different treatments for the managers, employees and service providers of the Corporation or the other legal entities under its control in similar situations, and that it is not obliged by any equal-treatment rule to extend to everyone conditions that it deems applicable only to certain individuals or groups of individuals.

Creation of Specific Programs

Periodically, the Board of Directors or Committee may create stock option grant programs with specific conditions concerning the members, the number of options granted, the performance goals to be met, the option exercise price and other conditions ("Specific Programs"), which may not have any relationship to the general conditions established by the Stock Option Plan.

As of the date hereof, fourteen Specific Programs have been created.

The Board of Directors of the Corporation will determine the Beneficiaries to whom stock options will be granted pursuant to the Stock Option Plan, the number of shares that may be acquired through the exercise of each option, the strike price of each option and payment conditions, the vesting period and conditions for exercise of each option and any other conditions related to such options.

The granting of stock options pursuant to the Stock Option Plan is effected by executing the stock option agreement between the Corporation and the Beneficiaries, which must specify, without harming the other conditions determined by the Board of Directors: (a) the number of shares being granted; (b) the vesting conditions; (c) the expiration of the stock options; and (d) the strike price and payment conditions (**"Option Agreement"**).

The Option Agreements will be individually prepared for each Beneficiary and the Board of Directors may establish specific terms and conditions for each Option Agreement, without the need to apply any rule of isonomy or analogy among Beneficiaries, regardless of the event of similar or identical conditions.

Duration of the Stock Option Plan

The Stock Option Plan shall be in force from the date of its approval by the Shareholder's Meeting of the Corporation and may be terminated at any time by decision of the Shareholders' Meeting. The termination of the Stock Option Plan does not affect the validity of the options still in force granted under the plan.

General Provisions

To satisfy the exercise of stock options granted under the terms of the Stock Option Plan, the Corporation may, at the discretion of the Board of Directors: (a) issue new shares within the limit of the capital authorized; or (b) sell shares held in treasury.

Shareholders will not be entitled to preemptive rights in the grant or exercise of stock options under the Stock Option Plan, in accordance with Article 171, Paragraph 3 of Brazilian Corporations Law.

The Shares acquired due to the exercise of options under the terms of the Stock Option Plan shall maintain all rights inherent to their type, except in the case of item 7.2.1. of the Stock Option Plan, as well as any provision to the contrary established by the Board of Directors.

No provision of the Stock Option Plan or option granted under the terms of the Stock Option Plan should entitle any Beneficiary to remain an manager and/or employee of the Corporation and should not interfere in any way in the right of the Corporation to, at any time and subject to the legal and contractual conditions, terminate the employment agreement of the employee and/or suspend their mandate as manager.

Each Beneficiary must explicitly comply with the terms of the Stock Option Plan and sign a written declaration without any qualifications and in accordance with the terms of the Stock Trading Policy of the Corporation.

In the interest of the Corporation and its shareholders, the Board of Directors may review the conditions of the Stock Option Plan, provided it does not change its basic principles.

As part of the payment of the compensation forecast in this Proposal, the Corporation proposes to its shareholders that up to 70% of the variable compensation of its Executive Officers is paid through the direct granting of shares held in treasury, and the calculation of the share price, pursuant to the sole paragraph of article 4 of CVM Instruction 567, it will be the average of the last 20 trading sessions prior to the date of granting the variable remuneration scheduled for April 30, 2024. All other conditions for the direct granting of shares such as part of the compensation will be defined by the Company's Board of Directors.

(b) approval date and responsible body

On May 29, 2009, the shareholders convened in an Extraordinary Shareholders' Meeting approved the general guidelines of the stock option plan of the Corporation ("Stock Option Plan").

(c) Maximum number of shares involved

The Stock Option Plan that was approved by the Extraordinary Shareholders' Meeting on May 29, 2009 ("Stock Option Plan") provides for, in its Item 6.1, an overall maximum limit on the granting of stock options corresponding to 5% of the total number of shares issued by the Corporation.

Meanwhile, Item 4 of the Stock Option Plan establishes that the Board of Directors has powers to establish Specific Programs ("Programs") to grant stock options at special conditions, including with regard to the exercise price. Under the scope of said Programs, the overall limit for granting stock options is 2%, with a grant limit for each individual Program of 0.5% of the total number of shares issued. Accordingly, the sum of the Specific Programs (limited to 0.5% each) may not exceed the overall limit of 2% of the total number of shares issued.

In short, of the 5% of shares issued by the Company allocated to the Stock Option Plan, only 2% may be used under the scope of the Specific Programs, with a maximum grant limit for each Program of 0.5%.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(d) Maximum number of options to be granted

As informed in item (c) above, stock options may be granted pursuant to the Stock Option Plan that assign subscription and/or acquisition rights over a number of shares that may not exceed 5% of all shares issued by the Corporation.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(e) conditions for acquiring shares

Beneficiaries wishing to exercise their stock options shall inform the Corporation in writing of their intent, in accordance with communication template to be disclosed by the Board of Directors.

The Corporation shall inform the Beneficiary, within three business days of the receipt of the abovementioned notice, the exercise price to be paid based on the number of shares informed by the Beneficiary, with the Corporation responsible for taking all measures necessary to formalize the acquisition of the underlying shares.

The stock options granted under the terms of the Plan may confer rights for the acquisition of a number of Shares that does not exceed five percent (5%) of the shares issued by the Corporation, provided that the total number of shares issued or to be issued under the terms of the Plan always remains within the limit of the authorized capital of the Corporation.

The Corporation may request the temporary suspension of the right to exercise an option in any situation that, pursuant to the law and to the regulations in force, restricts or prevents the trading of shares by the beneficiary. The exercise price of the option will be paid in cash by the beneficiary. No share will be delivered to the beneficiary as a result of the exercise of the option unless he/she has complied with all legal and regulatory requirements.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(f) Criteria for determining the acquisition or exercise price

The Board of Directors may create stock option programs with specific conditions and rules regarding the participants, the number of options to be granted, the performance targets to be achieved, the exercise price and other conditions.

The Board of Directors shall be responsible for setting the exercise price of the options granted under the terms of the Stock Option Plan, based on the average price weighted by volume of the Corporation's stock observed in the last 20 trading sessions on the Brazilian Stock Exchange (BM&FBOVESPA) immediately prior to the option grant date, with a discount of up to 20% on the amount calculated. The exercise price of the Specific Programs is based on the last 20 trading sessions on the BM&FBOVESPA prior to the first business day of March of each year, with a discount of up to 50% on the amount calculated.

The exercise price shall be paid by the Beneficiaries in cash, in accordance with the methods and periods determined by the Board of Directors.

Until the exercise price is fully paid, the shares acquired through the exercise of options under the terms of the Stock Option Plan may not be sold to third parties, except with the prior authorization of the Board of Directors, in which case the proceeds from the sale will first be used to settle the debits of the Beneficiary owed to the Corporation.

Direct granting of shares: no cost to Beneficiaries .

(g) Criteria for setting the vesting period

The options granted under the terms of the Stock Option Plan may be exercised: (i) 25% at the end of the first year; (ii) 25% at the end of the second year; (iii) 25% at the end of the third year; and (iv) 25% at the end of the fourth year; as of the execution of the corresponding Stock Option Agreement and also observing the terms and conditions stipulated by the Board of Directors and the terms and conditions provided for in the respective Grant Agreements.

The Beneficiary shall have 6 months to exercise the options as of the dates described above.

The portions of the option not exercised within the stipulated periods and conditions shall be considered automatically terminated, with no right to indemnification.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(h) Payment method

The exercise of the option must be settled in cash, using the Beneficiary's own funds, upon deposit in an account provided by the Company. Within 7 business days after receipt of proof of payment and required documentation, the company will send to the depository bank the request for transfer of the shares issued by the Corporation, to be transferred on the records to the name of the beneficiary.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(i) Restrictions on transferring the shares

The Board of Directors may impose precedent terms and/or conditions for the exercise of the options, observing the minimum clauses defined in the Stock Option Plan, impose restrictions on the transfer of the shares acquired from the exercise of the options and reserve for the Corporation the option to buy back the shares or preemptive rights in the event of the sale by the Beneficiary of these shares, until the expiration of the period and/or the fulfillment of the conditions established.

There are currently no restrictions by the Board of Directors on the transfer of shares acquired through the exercise of stock options.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(j) Criteria and events that if verified cause the suspension, modification or termination of the plan

The granting of options under the terms of the Stock Option Plan does not prevent the Corporation from being involved in ownership reorganizations, such as conversions, mergers, consolidations and spin-offs. The Board of Directors of the Corporation and the legal entities involved in such operations may, at their discretion, decide, without prejudice to the other measures they decide based on fair treatment: (a) to substitute the shares that are the object of the option with shares in the Corporation's successor company; (b) to move forward the acquisition of the right to exercise the stock option in order to ensure the inclusion of corresponding shares in the operation in question; and/or (c) to effect a payment in cash of the amount that the Beneficiary would be entitled to under the terms of the Stock Option Plan.

If the number, type and class of existing shares on the Stock Option Plan approval date are changed as a result of bonuses, stock splits, stock groupings or the conversion of shares from one type or class to another or the conversion into shares of other securities issued by the Corporation, the Board of Directors will be responsible for adjusting the corresponding number, type and class of shares that are the object of the options granted and their respective exercise price in order to prevent any distortions in the application of the Stock Option Plan.

Furthermore, the Board of Directors may determine the suspension of the right to exercise the options whenever situations are verified that, subject to governing law and regulations, restrict or prevent stock trading by the Beneficiaries.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(k) Effects of the termination of the director and officer from the issuer's entities on their rights under the share-based compensation plan

In the event of the termination of a Beneficiary due to voluntary or involuntary termination of the service agreement, with or without just cause, resignation or abandonment, retirement, permanent disability or death, the rights granted to them under the Stock Option Plan may be terminated or modified.

Moreover, if at any time during the validity of the Stock Option Plan the Beneficiary:

- terminates their relationship with the Corporation on their own initiative, voluntarily terminating their relationship, or resigning their function as manager: (i) the rights not yet exercised under respective Option Agreement, on the date of their termination, shall automatically and lawfully expire, regardless of prior notice or indemnification; and (ii) the rights that may already be exercised on the date of their termination, may be exercised within 30 days from said date, after which such rights will automatically and lawfully expire, regardless of prior notice or indemnification. The Board of Directors of the Corporation is responsible, upon analysis of each specific case, for providing a different solution to the Beneficiary, if applicable;
- if the termination is caused by the Corporation upon involuntary termination, with or without just cause, or the removal from office for violating his or her duties and attributions, all rights that may not yet be exercised under the respective Option Agreement, on the date of their termination, will become automatically and lawfully expire, regardless of prior notice or indemnification. The Board of Directors of the Corporation is responsible, upon analysis of each specific case, for providing a different solution to the Beneficiary, if applicable;
- in the event of termination from the Corporation due to retirement or permanent disability: (i) the rights not yet exercised on the date of their termination, will automatically become exercisable for a period of up to six months after said termination, by moving forward the grace period; and (ii) the rights that may already be exercised on the date of their termination shall

remain unchanged and may be exercised normally under the terms of each specific Program; and

- in the event of death: (i) the rights that may not yet be exercised on the date of their death, will automatically become exercisable by anticipating the grace period, and the heirs and legal successors of the Beneficiary will be entitled to exercise the respective stock option, provided they do so within six (6) months from the date of death, after which period said rights automatically and lawfully expire, regardless of any prior notice or compensation or over the rightful extinction of said rights; and (ii) the rights that may already be exercised on the date of their death, may be exercised by the heirs and legal successors of the Beneficiary provided they do so within six months from the date of death, after which such rights will automatically and lawfully expire, regardless of prior notice or indemnification.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

8.5 Share-based compensation in the form of Stock Option attributable to the Board of Directors and Board of Executive Officers

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2024		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Price-weighted average:		
(a) for options outstanding at start of year	-	6.19
(b) for options forfeited and expired over the period	-	-
(c) for options exercised over the period	-	-
Potential dilution upon exercise of all outstanding stock option grants	-	0.003%

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Price-weighted average:		
(a) for options outstanding at start of year	-	4.01
(b) for options forfeited and expired over the period	-	6.19
(c) for options exercised over the period	-	3.42
Potential dilution upon exercise of all outstanding stock option grants	-	0.003%

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Price-weighted average:		
(a) for options outstanding at start of year	-	3.89
(b) for options forfeited and expired over the period	-	-
(c) for options exercised over the period	-	3.55
Potential dilution upon exercise of all outstanding stock option grants	-	0.02%

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.25	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Price-weighted average:		
(a) for options outstanding at start of year	-	3.75
(b) for options forfeited and expired over the period	-	-
(c) for options exercised over the period	-	3.53
Potential dilution upon exercise of all outstanding stock option grants	-	0.05%

8.6 Granting of stock option attributable to the Board of Directors and Board of Executive Officers

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2024		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Grant of stock options		
Grant date	-	-
Number of options granted	-	-
Vesting Period	-	-
End of exercise period (Expiration)	-	-
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	-
Fair value of options as of the grant date	-	-
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	-

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	-
Grant of stock options		
Grant date	-	-
Number of options granted	-	-
Vesting Period	-	-
End of exercise period (Expiration)	-	-
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	-
Fair value of options as of the grant date	-	-
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	-

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	8.00	4.00
Number of remunerated members	-	-
Grant of stock options		
Grant date	-	-
Number of options granted	-	-
Vesting Period	-	-
End of exercise period (Expiration)	-	-
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	-
Fair value of options as of the grant date	-	-
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	-

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	8.25	4.00
Number of remunerated members	-	-
Grant of stock options		
Grant date	-	-
Number of options granted	-	-
Vesting Period	-	-
End of exercise period (Expiration)	-	-
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	-
Fair value of options as of the grant date	-	-
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	-

8.7 Information on outstanding options held by the Board of Directors and by the Board of Executive Officers

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	2.00
Not vested options		
Number of options	-	30,311
Vesting date	-	03/03/2024
End of exercise period (Expiration)	-	09/02/2024
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	None
Weighted average exercise price	-	6.19
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	-	
Vested options		
Number of options	-	-
End of exercise period (Expiration)	-	-
Restriction period on transferring the shares received as a result of the exercise of options	-	-
Weighted average exercise price	-	-
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	-	-
Fair value of all options on the last day of the fiscal year	-	-

8.8 Exercised options relating to the share-based compensation of Board of Directors and Board of Executive Officers

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	142,414
Weighted average exercise price	-	3.42
Weighted average market price of the shares related to the exercised options	-	6.96
Multiplication of the total number of exercised options by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price related to the exercised options	-	505,092.75

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	191,877
Weighted average exercise price	-	3.55
Weighted average market price of the shares related to the exercised options	-	21.05
Multiplication of the total number of exercised options by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price related to the exercised options	-	3,357,571.19

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.25	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	212,982
Weighted average exercise price	-	3.53
Weighted average market price of the shares related to the exercised options	-	18.30
Multiplication of the total number of exercised options by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price related to the exercised options	-	3,145,839.96

8.9 Share-based compensation delivered directly to beneficiaries of the Board of Directors and the Board of Executive Officers

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2024		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries	-	0.03%

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries	-	0.03%

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	8.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries	-	0.04%

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.25	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries	-	0.04%

8.10 Grant of shares of the Board of Directors and the Board of Executive Officers

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2024		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Grant date	-	-
Number of shares	-	315,400
Maximum term of delivery of shares	-	-
Restriction period on transferring the shares	-	-
Fair value of the shares on the grant date	-	9.72
Multiplication of the number of granted shares by the fair value of the shares on the grant date	-	3,065,684.91

Share-based compensation estimated for the current fiscal year 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Grant date	-	04/20/2023
Number of shares	-	308,692
Maximum term of delivery of shares	-	-
Restriction period on transferring the shares	-	-
Fair value of the shares on the grant date	-	6.38
Multiplication of the number of granted shares by the fair value of the shares on the grant date	-	1,969,272.78

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Grant date	-	05/05/2022
Number of shares	-	292,270
Maximum term of delivery of shares	-	-
Restriction period on transferring the shares	-	-
Fair value of the shares on the grant date	-	15.83
Multiplication of the number of granted shares by the fair value of the shares on the grant date	-	4,626,634.10

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.25	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Grant date	-	04/08/2021
Number of shares	-	243,470
Maximum term of delivery of shares	-	-
Restriction period on transferring the shares	-	-
Fair value of the shares on the grant date	-	18.51
Multiplication of the number of granted shares by the fair value of the shares on the grant date	-	4,506,403.82

8.11 Shares delivered relating to share-based Directors and the Board of Executive Officers

compensation of the Board of

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2023		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	308,692
Weighted average purchase price	-	-
Weighted average market price of acquired shares	-	6.38
Multiplication of the total number of acquired shares by the difference between the average purchase price and the weighted average market price of the acquired shares	-	1,969,275.87

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2022		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.00	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	292,270
Weighted average purchase price	-	-
Weighted average market price of acquired shares	-	15.83
Multiplication of the total number of acquired shares by the difference between the average purchase price and the weighted average market price of the acquired shares	-	4,626,634.10

Share-based compensation for the fiscal year ending 12/31/2021		
	Board of Directors	Board of Executive Officers
Number of members	7.25	4.00
Number of remunerated members	-	4.00
Number of shares	-	243,470
Weighted average purchase price	-	-
Weighted average market price of acquired shares	-	18.51
Multiplication of the total number of acquired shares by the difference between the average purchase price and the weighted average market price of the acquired shares	-	4,506,403.82

8.12 Information for an understanding of data disclosed under items 8.5 through 8.11 – Method adopted for the pricing of shares and options

(a) Pricing model:

Stock Option Plan: Black Scholes model.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(b) Data and assumptions used in the pricing model, including the average weighted share price, exercise price, expected volatility, option lifetime, expected dividends and risk-free interest rate

Stock Option Plan: The fair value of the stock options was measured directly, based on the Black-Scholes pricing model and the following premises:

Risk-free interest rate: 6.55% p.a. The Corporation uses as risk-free interest rate the Long Term Interest Rate (TJLP) annualized on the calculation date and available at the federal revenue service website - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

Standard Deviation: 29.57%. Volatility is measured taking into consideration the daily prices of Corporation shares traded on The Brazilian Stock Exchange under the ticker MRFG3, from 7/1/2023 to 12/31/2023;

The fair value of the shares on 12/31/2023 was established of R\$3.58 per share for the SPECIAL plans.

The following criteria were adopted to date for the granting of stock options to executives at Marfrig:

In 2017:

Specific Plan XI – Long Term 2016/2017: Average weighted price in the 20 trading sessions prior to March 1, 2017: R\$ 6.718442 per share

In 2018:

Specific Plan XII – Long Term 2017/2018: Average weighted price in the 20 trading sessions prior to March 1, 2018: R\$ 6.357707 per share

In 2019:

Specific Plan XIII – Long Term 2018/2019: Average weighted price in the 20 trading sessions prior to March 1, 2019: R\$ 5.821920 per share

In 2020:

Specific Plan XIV – Long Term 2019/2020: Average weighted price in the 20 trading sessions prior to March 1, 2020: R\$ 12.371440 per share

The exercise prices will be:

R\$ 3.359221 per share for ESP LP 16-17

R\$ 3.178854 per share for ESP LP 17-18

R\$ 2.910960 per share for ESP LP 18-19

R\$ 6.185720 per share for ESP LP 19-20

Option lifetime: four years (for each Specific Plan)

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(c) Method and assumptions used to incorporate the expected effects from the anticipated accounting period

Stock Option Plan: The options granted under the terms of the Plan may be exercised: (i) 25% at the end of the first year; (ii) 25% at the end of the second year; (iii) 25% at the end of the third year; and (iv) 25% at the end of the fourth year; as of the execution of the corresponding Stock Option Agreement and also observing the terms and conditions stipulated by the Board of Directors and the terms and conditions provided for in the respective Stock Option Grant Agreements.

For each of the Plans mentioned above, the Corporation has stipulated a time interval in which the beneficiary may exercise the option. This period is six months, from March 3 to September 2 of each year. Beneficiaries may not exercise their options prior to this period.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(d) How to determine the expected volatility

Stock Option Plan: Calculated using the standard deviation, taking into consideration the daily prices of the Corporation's shares traded on the Brazilian stock exchange (BM&FBOVESPA) under the ticker MRFG3 in the six-month period.

Direct granting of shares: will be defined by the Company's Board of Directors.

(e) If any other characteristic of the option was incorporated when measuring its fair value

All characteristics of the option were mentioned in the previous items of this Reference Form.

8.13 Interest in shares, quotas and other convertible securities held by the members of Board of Directors, Board of Executive Officers and Fiscal Council, by body

Corporation		
	Shares or Quotas	%
Board of Directors	100,210	0.01%
Board of Executive Officers	224,344	0.02%
Fiscal Council	942,927	0.10%

MMS Participações S.A.		
	Shares or Quotas	%
Board of Directors	597,163,480	64.07%
Board of Executive Officers	0	0.0%
Fiscal Council	0	0.0%

8.14 Information on pension schemes offered to members of the Board of Directors and Board of Executive Officers

Not applicable, since the Corporation does not offer a pension plan to members of the Board of Directors and the Board of Executive Officers.

8.15 Maximum individual compensation of the Board of Directors, Board of Executive Officers and Fiscal Council

	Board of Executive Officers			Board of Directors			Fiscal Council		
	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021
No. of members	4.00	4.00	4.00	7.00	7.00	7.25	6.00	6.00	6.00
No. of remunerated members	4.00	4.00	4.00	5.00	5.00	5.25	6.00	6.00	6.00
Highest compensation (in Brazilian real)	10,091,060.52	15,628,121.16	19,483,848.17	3,404,938.21	3,395,201.97	3,058,432.55	238,119.83	223,958.14	253,100.00
Lowest compensation (in Brazilian real)	3,627,042.71	2,413,356.23	2,171,299.38	786,234.57	786,106.40	713,588.80	60,307.30	60,000.00	60,000.00
Average compensation (in Brazilian real)	6,269,496.29	9,401,554.78	8,901,540.84	1,441,975.30	1,199,937.93	1,250,677.03	149,291.35	142,239.35	156,710.78

Note

Board of Executive Officers	
12/31/2022	In the Board of Executive Officers, in 2022, the lowest individual compensation effectively received was taken into consideration, including only members who remained as such for 12 months and excluding those who remained in the position for a shorter period.
Board of Directors	
12/31/2022	In the Board of Directors, in 2022 two directors chose not to receive compensation and one director is also an Executive Officer, and therefore were not included in the amounts above.
12/31/2021	In the Board of Directors, in 2021 two directors chose not to receive compensation and one director is also an Executive Officer, and therefore were not included in the amounts above. In the Board of Directors, in 2021, the lowest individual compensation effectively received was taken into consideration, including only members who remained as such for 12 months and excluding those who remained in the position for a shorter period.
Fiscal Council	
12/31/2022	In the Fiscal Council, in 2022, the lowest individual compensation effectively received was taken into consideration, including only members who remained as members for 12 months and excluding those who remained in the position for a shorter period.

8.16 Compensation mechanisms or indemnification for the directors and officers in the event of their termination or retirement

The Company's compensation policy provides for compensation related to the Termination of an Executive Officers. In case of termination of the contract, the executive will receive in addition to the legal severance payments:

- Early vesting of Marfrig's Long Term Incentive Programs;
- 2 years of total Target remuneration, comprising:
 - i. 2 years' compensation ($2 \times 13.3 \times$ the last base salary received);
 - ii. Target Bonus ($2 \times$ the multiple Target), considering 100% performance rating

The eligibility criteria for that payment are:

- The employee must be in the position of Executive Director in the event of termination;
- Minimum time of 5 years in the company.

8.17 Percentage of the total compensation received by members of the Board of Directors, Board of Executive officers and Fiscal Council who are parties related to the controlling shareholders

	2024	2023	2022	2021
Board of Directors	8.97%	14.62%	10.60%	10.03%
Board of Executive Officers	7.08%	10.93%	5.29%	5.04%
Fiscal Council	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

8.18 Compensation of the members of the Board of Directors, Board of Executive Officers and Fiscal Council, by body, received for any reason other than for the position they hold

No amounts were recognized in the Corporation's results as compensation of the members of Board of Directors, Board of Executive Officers and Fiscal Council, received for any reason other than the function they occupy in the last three fiscal years.

8.19 Compensation of the members of the Board of Directors, Board of Executive Officers and Fiscal Council recognized in the results of the direct or indirect controlling shareholders of the companies under joint control and of the subsidiaries of the issuer

Compensation according to the exercise of position in controllers and in companies under common control foreseen for the current year (2024)				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Direct and Indirect controlling shareholders	0.00	0.00	0.00	0.00
Subsidiaries of the issuer	0.00	0.00	0.00	0.00
Companies under common control	0.00	0.00	0.00	0.00

Compensation according to the exercise of position in controllers and in companies under common control foreseen for the fiscal year (2023)				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Direct and Indirect controlling shareholders	0.00	0.00	0.00	0.00
Subsidiaries of the issuer	0.00	0.00	0.00	0.00
Companies under common control	0.00	0.00	0.00	0.00

Compensation according to the exercise of position in controllers and in companies under common control foreseen for the fiscal year (2022)				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Direct and Indirect controlling shareholders	0.00	0.00	0.00	0.00
Subsidiaries of the issuer	0.00	0.00	0.00	0.00
Companies under common control	0.00	0.00	0.00	0.00

Compensation according to the exercise of position in controllers and in companies under common control foreseen for the fiscal year (2021)				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Direct and Indirect controlling shareholders	0.00	0.00	0.00	0.00
Subsidiaries of the issuer	0.00	648,819.00	0.00	648,819.00
Companies under common control	0.00	0.00	0.00	0.00

8.20 Other information deemed material

There is no other information the Corporation deems relevant in relation to item 8 that was disclosed in the other items of this Reference Form.

APPENDIX VI

COPY OF THE BYLAWS CONTAINING, IN HIGHLIGHT, THE PROPOSED AMENDMENTS AND THE REPORT DETAILING THE ORIGIN AND JUSTIFICATION OF THE AMENDMENTS

(according to Article 12 of CVM Resolution No. 81, of March 29, 2022)

PROPOSED VERSION (revision marks in relation to the current version)	ORIGIN REPORT AND JUSTIFICATION
“Article 3 - The corporate purpose of the Company is (i) operation of meatpacking activities, with the slaughter of cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry, buffalo and the industrialization and marketing of products and by-products of animal origin, edible or not, including but not limited to the industrialization and marketing of leather products and by-products, in its own establishment or that of a third party; (ii) purchase, sale, distribution, representation, import and export of food products in general, including alcoholic or non-alcoholic beverages and others; (iii) purchase and sale of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffaloes; (iv) supply of effective labor to other companies; (v) exploration of agricultural and <u>forestry activities</u>; (vi) participation as a partner or shareholder in any commercial or civil company; (vii) distribution and sale of food products in general; (viii) production, distribution and marketing of soaps, washing preparations, disinfectants, softeners and other hygiene and cleaning products; (ix) cogeneration, production and marketing of energy and biodiesel; (x) participation in the financial market, as well as in the carbon credit market; (xi) marketing and production of products derived from legumes and vegetables, as well as all their derivatives and substitutes; feed, preserves, canned goods and fats; (xii) transportation of its products and those of third parties; representations and other related undertakings that are necessary for the company’s objectives; <u>(xiii) breeding, rearing and fattening cattle, horses, goats, sheep, poultry and buffaloes in their own and third-party establishments; (xiv) import and export of products related to farming activities, as well as embryos and others; (xv) the supply of effective labor to other companies; (xvi) the provision of services to third parties for the breeding, handling, fattening and transportation of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffalo; (xvii) technical testing and analysis; (xviii) manufacture of pharminochemical products of animal origin; (xix) manufacture of organic chemical products not previously specified; and (xx) ecological restoration services.</u>	Adjustment to include complementary activities related to the Company’s corporate purpose. There are no resulting economic effects. The business to be transacted under this agenda item relates to the approval of amendments to the wording of the objects of the company’s articles of association in order to make the wording clearer without changing the activities of the company and therefore without giving rise to any right of withdrawal.
Article 5 - The Company’s share capital, fully subscribed and paid up, is BRL 8,328,577,961.00 (eight billion, three hundred and twenty-eight million, five hundred and seventy-seven thousand, nine hundred and sixty-one reais), divided into 711,369,913 (seven hundred and eleven million, three hundred and sixty-nine thousand, nine hundred and thirteen) <u>R\$ 10,491,577,961.00 (ten billion, four hundred and ninety-one million, five hundred and seventy-seven</u>	Updating of the monetary expression of the share capital according to authorized capital increase resolutions, carried out by the Board of Directors at the meetings of 08/10/2021, 08/11/2022, 08/14/2023, 09/29/2023 and 11/21/2023.

<u>thousand, nine hundred and sixty-one reals), divided into 932,000,000 (nine hundred and thirty-two million)</u> common shares, all nominative, book-entry and without par value.	Whereas the capital increases were carried out within the limit of the authorized capital by the Board of Directors, this amendment aims only to update the monetary expression of capital in the Bylaws. There are no resulting economic effects.
Article 6 - The Company is authorized, by resolution of the Board of Directors, to increase its share capital, regardless of amendment to the bylaws, by issuing up to one billion, two hundred and sixty million (1,260,000,000) <u>two billion (2,000,000,000)</u> common shares, all nominative and without par value, including the Company's current Share Capital.	To increase the authorized capital limit so that capital increases can be carried out by the Board of Directors regardless of the bylaws' amendment. Whereas it is a simple authorization for the future performance of the Board of Directors, there are no immediate economic effects.

APPENDIX VII

CONSOLIDATED BYLAWS PROPOSAL

MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

TAXPAYER ID (CNPJ/MF) 03.853.896/0001-40

STATE REGISTRATION (NIRE) 35.300.341.031

PUBLICLY-HELD COMPANY

BYLAWS

Chapter I Name, Headquarters, Jurisdiction, Corporate Purpose and Term of Duration

Article 1. Marfrig Global Foods S.A. ("Company") is a corporation with authorized capital, governed by these Bylaws ("Bylaws") and the applicable legal provisions and regulations.

Article 2. The Company has its headquarters and venue in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Avenida Queiroz Filho, No. 1.560, Block 5 (Torre Sabiá), 3rd Floor, Room 301, Vila Hamburguesa, ZIP Code 05319-000, and can open and close branches, agencies, warehouses, offices, subsidiaries, representations and any other establishments in the country or abroad, by decision of the Executive Board.

Article 3. The corporate purpose of the Company is (i) operation of meatpacking activities, with the slaughter of cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry, buffalo and the industrialization and marketing of products and by-products of animal origin, edible or not, including but not limited to the industrialization and marketing of leather products and by-products, in its own establishment or that of a third party; (ii) purchase, sale, distribution, representation, import and export of food products in general, including alcoholic or non-alcoholic beverages and others; (iii) purchase and sale of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep, poultry and buffaloes; (iv) supply of effective labor to other companies; (v) exploration of agricultural and forestry activities; (vi) participation as a partner or shareholder in any commercial or civil company; (vii) distribution and sale of food products in general; (viii) production, distribution and marketing of soaps, washing preparations, disinfectants, softeners and other hygiene and cleaning products; (ix) cogeneration, production and marketing of energy and biodiesel; (x) participation in the financial market, as well as in the carbon credit market; (xi) marketing and production of products derived from legumes and vegetables, as well as all their derivatives and substitutes; feed, preserves, canned goods and fats; (xii) transportation of its products and those of third parties; representations and other related undertakings that are necessary for the company's objectives; (xiii) breeding, rearing and fattening cattle, horses, goats, sheep, poultry and buffaloes in their own and third-party establishments; (xiv) import and export of products related to farming activities, as well as embryos and others; (xv) the supply of effective labor to other companies; (xvi) the provision of services to third parties for the breeding, handling, fattening and transportation of standing cattle, horses, pigs, goats, sheep,

poultry and buffalo; (xvii) technical testing and analysis; (xviii) manufacture of pharminochemical products of animal origin; (xix) manufacture of organic chemical products not previously specified; and (xx) ecological restoration services.

Paragraph 1. The Company may explore other lines of business that have an affinity with the purpose expressed in this Article 3.

Paragraph 2 - With the admission of the Company to the special listing segment called Novo Mercado, of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Novo Mercado**”, respectively), the Company, its shareholders, including controlling shareholders, members of the Board of Directors, the Executive Board and the Fiscal Council, are subject to the provisions of Novo Mercado Regulation (“**Novo Mercado Regulation**”).

Paragraph 3. The provisions of the Novo Mercado Regulation will prevail over the statutory provisions, in the event of prejudice to the rights of the recipients of the public offerings provided for in these Bylaws.

Paragraph 4. The Company, its shareholders, including controlling shareholders, members of the Board of Directors, of the Executive Board and of the Fiscal Council, shall observe the terms, obligations and procedures set forth in the B3 Issuers Listing and Admission to Securities Trading Regulations (*Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3*), in the Manual of the Issuer of B3 (*Manual do Emissor da B3*) and the Novo Mercado Regulation.

Article 4. The Company has an indefinite term of duration.

Chapter II Share Capital and Shares

Article 5. The Company’s share capital, fully subscribed and paid up, is R\$ 10,491,577,961.00 (ten billion, four hundred and ninety-one million, five hundred and seventy-seven thousand, nine hundred and sixty-one reais), divided into 932,000,000 (nine hundred and thirty-two million) common shares, all nominative, book-entry and without par value.

Article 6. The Company is authorized, by resolution of the Board of Directors, to increase its share capital, regardless of amendment to the bylaws, by issuing up to two billion (2,000,000,000) common shares, all nominative and without par value, including the Company's current Share Capital.

Paragraph 1. The Board of Directors will establish the conditions for the issue of shares referred to in the caput above, including the price and payment period, and may, within the limit of the authorized capital, resolve on the issue of subscription bonuses.

Paragraph 2. Within the limit of authorized capital and in accordance with the plan approved by the Shareholders’ meeting, the Board of Directors may authorize the Company to grant stock options to its managers, employees and service providers, as well as to managers, employees and services providers of other companies that are directly or indirectly controlled by the Company, without preemptive rights for shareholders.

Paragraph 3. The Company is prohibited from issuing founders’ shares.

Article 7. The share capital will be represented exclusively by common shares and each common share will correspond to the right to one vote in the resolutions of the Shareholders' meeting. The Company will not be able to issue preferred shares.

Article 8. The shares issued by the Company are book-entry, held in accounts of deposit on behalf of their holders, before financial institution authorized by the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM").

Sole paragraph. In compliance with the maximum limits set by the CVM, the cost of the service of transferring the ownership of book-entry shares may be charged directly to the shareholder by the depositary institution, as defined in a share bookkeeping agreement.

Article 9. At the discretion of the Board of Directors, an issue may be made, without preemptive rights or with a reduction in the term referred to in Article 171, paragraph 4, of the Brazilian Corporation Law, of shares, debentures convertible into shares or subscription bonus, whose placement is made by sale on the stock exchange or by public subscription, or by exchange for shares in a public offer for the acquisition of control, under the terms established in the applicable legislation and regulations, within the limit of the authorized capital.

Chapter III Shareholders' meeting

Article 10. The Shareholders' meeting will meet ordinarily once a year and, extraordinarily, when convened, under the terms of the applicable legislation or these Bylaws.

Article 11. The Shareholders' meeting will be installed and chaired by the Chairman of the Board of Directors or, in his absence, by any member of the Board of Directors or, in his/her absence, by a shareholder or manager of the Company chosen by the majority of votes of those present, and the Chairman of the Shareholders' meeting must appoint the secretary, who may or may not be a shareholder of the Company.

Article 12. It is incumbent upon the Shareholders' meeting, in addition to the duties provided for by law and these Bylaws, to:

- I.** elect and remove the members of the Board of Directors, as well as appoint the Chairman of the Board of Directors;
- II.** establish the annual global remuneration of the members of the Board of Directors and of the Executive Board, as well as that of the members of the Fiscal Council, if installed;
- III.** take, annually, the accounts of the managers and to resolve on the financial statements presented by them;
- IV.** reform the Bylaws;
- V.** resolve on the dissolution, liquidation, merger, spin-off, incorporation of the Company, or of any company into the Company;
- VI.** approve plans to grant stock options to its managers and employees, as well as to managers and employees of other companies that are controlled, directly or indirectly, by the Company;

- VII.** resolve, in accordance with the proposal presented by management, on the allocation of income for the year and the distribution of dividends;
- VIII.** elect the liquidator, as well as the Fiscal Council that will operate during the liquidation period;
- IX.** resolve on the request to cancel the registration as a publicly-held company with the CVM and withdraw from the Novo Mercado; and
- X.** resolve on any matter submitted to it by the Board of Directors.

Chapter IV Management Bodies

Section I General Provisions

Article 13. The Company will be managed by the Board of Directors and the Executive Board.

Paragraph 1. The take of office by members of the Board of Directors and of the Executive Office will occur through instrument drawn up in proper book, signed by the manager or director sworn in, and contemplating that he/she is subject to the arbitration clause mentioned in Article 33 of these Bylaws, and any management guarantee is waived and will be conditioned to the compliance with legal requirements.

Paragraph 2. The managers shall communicate to the Company, and, if applicable, to the CVM and B3, the ownership and the negotiations carried out with securities issued by the Company, under the terms of the law and regulations in force.

Paragraph 3. The managers will remain in their positions until their successors take office.

Paragraph 4. The positions of chairman of the board of directors and chief executive officer or main executive of the Company cannot be accumulated by the same person.

Paragraph 5. The rule in Paragraph 4 does not apply in the event of a vacancy, and in this case, the company must: (i) disclose the accumulation of positions as a result of vacancy by the business day following that of the occurrence; (ii) disclose, within 60 (sixty) days, counted from the vacancy, the measures taken to cease the accumulation of positions; and (iii) cease accumulation within 1 (one) year.

Paragraph 6. The Company must disclose, subject to the provisions of the regulations issued by the CVM, which provide for the disclosure and use of information on the relevant act or fact related to publicly-held companies, the resignation or dismissal of members of the board of directors and statutory officers until the business day following the day in which the company is notified of the resignation or in which the dismissal is approved.

Article 14. The Shareholders' meeting shall establish an annual global compensation limit for distribution among the managers and the Board of Directors shall have the power to decide on the individual remuneration of managers, subject to the provisions of these Bylaws.

Article 15. In compliance with a regular call pursuant to these Bylaws, any of the management bodies validly meets with the presence of the majority of its members and resolve by the vote of the majority of those present.

Sole Paragraph. The prior call of all managers for the meeting will only be waived, as a condition of its validity, if all the members of the body to be convened are present, and, for this purpose, verification of attendance by presentation of written votes delivered by another member or sent to the Company prior to the meeting is permitted.

Section II Board of Directors

Article 16. The Board of Directors will be comprised of at least 03 (three) and at most 11 (eleven) members, all elected and removable by the Shareholders' Meeting, with a unified mandate of 02 (two) years, reelection being permitted.

Paragraph 1. At the Ordinary Shareholders' Meeting, shareholders must decide on the effective number of members of the Board of Directors.

Paragraph 2. Among the members of the Board of Directors at least two (2) directors or 20% (twenty percent), whichever is greater, shall be independent directors, based on the criteria and requirements established by the Novo Mercado Regulation, and the characterization as an independent director must be expressly indicated in the minutes of the Shareholders' meeting electing them, being also considered as independent the director(s) elected through the powers provided for in article 141, paragraphs 4 and 5, of Law 6,404, of 15 December 1976, as amended ("**Brazilian Corporation Law**").

Paragraph 3. When, as a result of the calculation of the percentage referred to in Paragraph 1 above, a fractional number of independent directors results therefrom, it shall be proceeded with the rounding up to the number immediately higher

Paragraph 4. The member of the Board of Directors must have an unblemished reputation, and one cannot be elected, unless upon waiver of the Shareholders' Meeting, if he/she (i) occupies positions in companies that may be considered competitors of the Company; or (ii) has or represents a conflicting interest with the Company; voting rights cannot be exercised by the member of the Board of Directors if the same impediment factors are configured superveniently.

Paragraph 5. The member of the Board of Directors may not have access to information or participate in meetings of the Board of Directors related to matters on which he/she has or represents a conflicting interest with the Company, and the exercise of his/her voting right is expressly forbidden.

Paragraph 6. The Board of Directors, for better performance of its functions, may create committees or working groups with defined objectives, being made up of persons designated by it from among the members of the management and/or other people who are not part of the management of the Company.

Article 17. The Chairman of the Board of Directors will be appointed by the Shareholders' Meeting.

Paragraph 1. The Chairman of the Board of Directors will be responsible for presiding over the Shareholders Meetings and meetings of the Board of Directors and in case of absence or temporary impediment, these functions must be exercised by another member of the Board of Directors chosen by the majority of the other members.

Paragraph 2. In the event of a vacancy in the Board of Directors that does not result in a composition lower than the majority of the positions of the body, according to the number of effective members decided by the Shareholders' meeting, the other members of the Board of Directors may: (i) appoint substitute(s), who shall remain in office until the end of the term of the replaced member(s); or (ii) choose to leave vacant the position(s) of the vacant member(s), provided that the minimum number of members provided for in the *caput* of Article 16 is respected.

Paragraph 3. In the event of a vacancy in the Board of Directors that results in a composition lower than the majority of the positions of the body, according to the number of effective members decided by the Shareholders' Meeting, the Board of Directors must call the Shareholders' Meeting to elect substitute(s) who shall remain in the position until the end of the term of the replaced member(s).

Paragraph 4. In the resolutions of the Board of Directors, the Chairman of the body will be attributed, in addition to his own vote, the casting vote, in the event of a tie in the vote due to an eventual composition of an even number of members of the Board of Directors. Each director will have the right to 1 (one) vote in the resolutions of the body.

Article 18. The Board of Directors will meet whenever called by the Chairman of the Board of Directors. Board meetings may be held, exceptionally, by conference call, video conference or any other means of communication in which there is unequivocal proof of the vote.

Paragraph 1. The summons for the meetings shall be made in writing at least 3 (three) business days in advance, by letter, telegram, fax, e-mail or any other form that allows the recipient to confirm receipt of the summons, and must contain the agenda and be accompanied by documentation relating to the agenda.

Paragraph 2. All resolutions of the Board of Directors will be included in the minutes drawn up in the respective Board book and signed by the attending members.

Paragraph 3. At the Board of Directors' meetings, early written votes and votes cast by fax, electronic mail or any other means of communication are permitted, and the members who vote in this way shall be counted as attending the meeting.

Paragraph 4. The decisions of the Board of Directors will always be taken by the favorable vote of the majority of the members present at the meeting.

Article 19. It is incumbent upon the Board of Directors, in addition to other duties attributed to it by law or in these Bylaws:

- (i) to set the general direction of the Company;
- (ii) to appoint and dismiss the Company's Executive Officers;
- (iii) to establish or change the limit amount of the Executive Board for the issuance and/or a public or private offering of credit instruments for raising funds, whether simple debentures, not convertible into shares and without collateral, "bonds", "notes", promissory notes, "commercial papers" or other commonly used in the market as well as to secure their issuance and redemption conditions, being possible, in the cases defined, to require the prior authorization of the Board of Directors as a condition of validity of the act;

- (iv) to supervise the management of the Executive Officers, examining, at any time, the Company's books and papers and requesting information about agreements entered into or to be entered into and any other acts;
- (v) to choose and remove the Company's independent auditors;
- (vi) to call independent auditors to provide clarifications deemed necessary;
- (vii) to prepare the Management Report and the Executive Board's accounts and resolve on their submission to the Shareholders' Meeting;
- (viii) to approve the Company's annual budgets and their respective changes;
- (ix) to previously manifest any proposal to be submitted to the resolution of the Shareholders' Meeting;
- (x) to authorize the issuance of shares of the Company, within the limits authorized in Article 6 of these Bylaws, establishing the issuance conditions, including price and payment term, and may also exclude (or reduce the term for) the preemptive right in the issuance of shares, warrants and convertible debentures, the placement of which is made by sale on the stock exchange or by public subscription or in a public offer for acquisition of control, under the terms established by law;
- (xi) to resolve on the acquisition by the Company of shares of its own issue, or on the launch of put and call options, referenced in shares issued by the Company, for maintenance in treasury and/or subsequent cancellation or sale;
- (xii) to resolve on the issue of subscription bonuses;
- (xiii) to grant stock options to its managers, employees and service providers, as well as managers, employees and other company service providers that are directly or indirectly controlled by the Company, without preferential rights for shareholders in terms of the programs approved by the Shareholders' Meeting;
- (xiv) to authorize the Company to provide guarantees for its obligations and for its subsidiaries and/or wholly-owned subsidiaries, the value of which is higher than the limit value established under the terms of the Sole Paragraph below;
- (xv) to approve any acquisition or disposal of permanent assets, the value of which is higher than the limit value established under the terms of the Sole Paragraph below, except as provided in item (xvi) below;
- (xvi) to authorize the Company's participation as a shareholder or quotaholder in other companies, or the association of the Company with other companies to form joint ventures;
- (xvii) to approve the creation of real liens on the Company's assets or the granting of guarantees to third parties, the value of which is higher than the limit value established under the terms of the Sole Paragraph below;
- (xviii) to approve the obtaining of any financing or loan, including leasing operations, on behalf of the Company, not provided for in the annual budget, whose value is

higher than the limit value established under the terms of the Sole Paragraph below;

- (xix) to approve any transaction or set of transactions whose annual value is equal to or higher than the authority's limit defined by the Board of Directors, involving the Company and any related Party, directly or indirectly. For the purposes of this provision, any related company manager, employee or shareholder that directly or indirectly holds more than 10% (ten percent) of the Company's capital stock is understood as a related party;
- (xx) to authorize the assignment of use, dispose of, transfer or license any type of intellectual or industrial property that belongs to the Company;
- (xxi) to previously resolve on spin-off, merger, incorporation, dissolution or liquidation operations, or any other corporate reorganization operation with similar effects involving any of the Company's controlled companies;
- (xxii) to attribute bonuses over shares and decide on possible reverse stock split and splits; and
- (xxiii) to express itself in favor or contrary to any public offering for the acquisition of shares ("OPA") that has as object the shares issued by the Company, by means of a prior reasoned opinion, disclosed within 15 (fifteen) days the publication of the OPA public notice, which should address, at least (i) the OPA's convenience and opportunity regarding the interest of all shareholders and in relation to the price and potential impacts on the liquidity of the securities owned by them; (ii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; and (iii) alternatives for the acceptance of the OPA on the market. The opinion of the Board of Directors must cover the opinion favorable or contrary to the acceptance of the public offer for the acquisition of shares, warning that each shareholder is responsible for the final decision on said resolution; and
- (xxiv) to choose the specialized company responsible for preparing the appraisal report of the Company's shares, in case of cancellation of the public registration of the company or exit from the Novo Mercado.

Sole Paragraph. The Board of Directors may establish limits for the executive board to perform any of the acts referred to in items (iii), (xiv), (xv), (xvii), (xviii) and (xx) of the *caput* of this Article, observed the amount limits per act or series of acts.

Section III Executive Board

Article 20. The Executive Board will be comprised of 2 (two) to 7 (seven) Officers, being a Chief Executive Officer, a Legal Officer, an Investor Relations Officer, an Administrative-Financial Officer and the other Officers with no specific designation. The position of Investor Relations Officer may be exercised cumulatively with that of any other Officer, as determined by the Board of Directors.

Paragraph 1. The Officers will be elected for a term of 3 (three) years and may be reelected.

Paragraph 2. The members of the Executive Board who are not reelected will remain in the exercise of their respective positions until the investiture of the new Officers.

Paragraph 3. In the event of a permanent impediment or vacancy in the position, the Board of Directors shall be immediately called for the appointment of a substitute.

Paragraph 4. The absence or impediment of any Officer for a continuous period of thirty days, unless authorized by the Board of Directors will determine the termination of the mandate, applying the provisions of Paragraph 3 of this Article.

Paragraph 5. One Officer may not substitute more than one other Officer at the same time.

Paragraph 6. The Executive Board will meet when convened by its Chief Executive Officer or by any two members together, whenever corporate interests so require. The Board of Executive Officers' meetings, which will be held at the headquarters, will be installed with the presence of the majority of its members, among them necessarily the Chief Executive Officer or the absolute majority of the members of the Executive Board, the respective resolutions being taken by the vote of the majority of the members present, with the exception that in the event of a tie, the Chief Executive Officer will be assigned the qualified vote to approve or reject the matter under discussion. Minutes with the corresponding resolutions will be recorded in the relevant Book.

Article 21. It is incumbent upon the Officers to administer and manage the Company's business, especially:

- (i) complying and enforcing these Bylaws and resolutions of the Board of Directors and the Shareholders' Meeting;
- (ii) to annually submit to the Board of Directors, the Management Report and the Executive Board accounts, accompanied by the independent auditors' report and the proposal for application of income earned in the previous year;
- (iii) to submit to the Board of Directors the Company's annual budget;
- (iv) to present the detailed economic, financial and equity balance sheet of the Company and its subsidiaries to the Board of Directors on a quarterly basis;
- (v) to issue and approve instructions and internal regulations that it deems useful or necessary; and
- (vi) to represent the Company actively and passively, in and out of court, as provided for in Article 26.

Article 22. It is incumbent upon the Chief Executive Officer to coordinate the actions of the Officers and direct the execution of activities related to the Company's general planning, in addition to the functions, attributions and powers entrusted to it by the Board of Directors, and observing the policy and guidance previously outlined by the Board of Directors:

- (i) to call and chair the meeting of the Board;
- (ii) to superintend the Company's management activities, coordinating and supervising the activities of members of the Executive Board;

- (iii) to coordinate staff, organizational, managerial, operational and marketing policy of the Company;
- (iv) to annually prepare and submit to the Board of Directors the annual business plan and the annual budget of the Company; and
- (v) to manage corporate matters in general.

Article 23. The Legal Officer is responsible for establishing guidelines and supervising the Company's activities in the legal area in general and providing legal assistance to the Management Bodies.

Article 24. It is incumbent upon the Investor Relations Officer to provide information to the investing public, the Securities and Exchange Commission and the stock exchanges and organized over-the-counter markets in which the Company is registered, and to keep the Company's publicly-held corporation registry updated, in compliance with all legislation. and regulations applicable to publicly-held companies.

Article 25. It is incumbent upon the Administrative-Financial Officer, in addition to the functions, duties and powers granted to him by the Board of Directors, and observing the policy and guidance previously outlined by the Board of Directors:

- (i) to propose financing alternatives and approve financial conditions for the Company's business;
- (ii) to manage the Company's cash and accounts payable and receivable; and
- (iii) to direct the accounting, financial planning and fiscal/tax areas.

Article 26. The Company will be represented as follows:

- (i) by 2 (two) directors jointly, one of whom being the Chief Executive Officer, the Legal Officer or the Administrative-Financial Officer, necessarily in conjunction with another Officer without a specific designation;
- (ii) by 2 (two) officers jointly, one of whom being the Chief Executive Officer or the Legal Officer, necessarily in conjunction with the Administrative-Financial Officer or another Officer without a specific designation;
- (iii) by any officer together with an attorney-in-fact appointed in the form of item (i) and (ii) above;
- (iv) by 2 (two) attorneys-in-fact together, appointed in the form of item (i) and (ii) above; or
- (v) individually by the Investor Relations Officer, exclusively within the scope of his competence as provided for in Article 24 of these Bylaws.

Paragraph 1. Powers of attorney will always be granted on behalf of the Company in the form of items (i) and (ii) above, and will have a term of validity limited to a maximum of one year, except that powers of attorney for purposes of judicial representation or in administrative proceedings, which may be granted for a period of time with indefinite validity.

Paragraph 2. Power of attorney duly granted in the form of Paragraph 1 above, may expressly authorize the practice of specific acts that bind the Company by only one of the members of the Executive Board or by a nominated attorney-in-fact.

Chapter V Fiscal Council

Article 27. The Company's Fiscal Council, with the attributions established by law, will be composed of 03 (three) to 05 (five) members and an equal number of substitute members.

Paragraph 1. The Fiscal Council will function on a permanent basis, in accordance with the legal provisions.

Paragraph 2. The members of the Fiscal Council shall, immediately after investing in their respective positions, communicate to B3 the quantity and characteristics of the securities issued by the Company that they hold directly or indirectly, including their derivatives.

Paragraph 3. The members of the Fiscal Council will have a term of 1 (one) year and may be reelected. The investiture of the members of the Audit Committee will take place by a term drawn up in the appropriate book, signed by the said invested member and contemplating their submission to the arbitration clause referred to in Article 33 of these Bylaws and will be conditioned to the compliance with the applicable legal requirements.

Chapter VI Statutory Audit Committee

Article 28. The Statutory Audit Committee, advisory body linked to the Board of Directors is composed of at least three (3) members, of which at least one (1) is independent director, and at least 1 (one) must have recognized experience in corporate accounting matters.

Paragraph 1. The same member of the Statutory Audit Committee can accumulate both characteristics referred to in the *caput*.

Paragraph 2. The activities of the coordinator of the audit committee are defined in its internal regulations, approved by the Board of Directors.

Paragraph 3. The members of the Statutory Audit Committee will have a mandate of 2 (two) years, being able to be reelected and exercise their positions for a maximum of 10 (ten) years, with the investiture being conditioned to the signing of the investiture term, which must include its submission to the arbitration clause referred to in Article 33 of these Bylaws.

Paragraph 4. The Statutory Audit Committee will have the following duties:

- (i) to opine on the hiring and dismissal of the independent external auditor to conduct an independent external audit or for any other service;
- (ii) to supervise the activities of: (a) the independent auditors, in order to assess their independence, the quality and adequacy of the services provided to the needs of the Company; (b) the Company's internal controls area; (c) the Company's internal audit area; and (d) the area for preparing the Company's financial statements;

- (iii) to monitor the quality and integrity: (a) of the internal control mechanisms; (b) of the Company's quarterly information, interim statements and financial statements; and (c) of the information and measurements disclosed based on adjusted accounting data and non-accounting data that add elements not foreseen in the structure of the usual reports of the financial statements;
- (iv) to evaluate and monitor the Company's risk exposures, and may even require detailed information on policies and procedures related to: (a) management's compensation; (b) the use of the Company's assets; and (c) expenses incurred on behalf of the Company;
- (v) to evaluate and monitor, together with management and the internal audit area, the adequacy of transactions with related parties carried out by the Company and their respective disclosures;
- (vi) to prepare a summarized annual report, to be presented together with the financial statements, containing the description of: (a) its activities, the results and conclusions reached and the recommendations made; and (b) any situations in which there is a significant divergence between the Company's management, the independent external auditors and the Statutory Audit Committee, in relation to the Company's financial statements; and
- (vii) to ensure that the Company has the means to receive and handle information about non-compliance with legal and regulatory provisions applicable to the Company, in addition to internal regulations and codes, including provision for specific procedures to protect the whistleblower and the confidentiality of the information.

Paragraph 5. The bylaws of the Statutory Audit Committee will be approved by the Board of Directors and will describe in detail its functions, as well as its operational procedures.

Paragraph 6. The remuneration of the members of the Statutory Audit Committee, in addition to the respective budgetary allocation, will be set by the Board of Directors.

Chapter VII Fiscal Year and Financial Statements

Article 29. The fiscal year begins on January 1 and ends on December 31 of each year.

Paragraph 1. At the end of each fiscal year, the Executive Board will have the financial statements required by law and the Novo Mercado Regulations prepared, in compliance with the relevant legal requirements.

Paragraph 2. Management proposal on the allocation to be given to the net income will be part of the financial statements for the fiscal year, observing the provisions of these Bylaws and applicable law.

Paragraph 3. The net income for the year will mandatorily have the following destination:

- (i) 5% (five percent) for the formation of the legal reserve, until reaching 20% (twenty percent) of the subscribed share capital;
- (ii) payment of mandatory dividend, observed the provision of Article 30 of these Bylaws and the applicable legislation; and
- (iii) constitution of a profit reserve and distribution of dividends in addition to the mandatory dividends under the terms of Brazilian Corporation Law

Article 30. The shareholders will be entitled to receive, in each year, as dividends, a minimum mandatory percentage of 25% (twenty-five percent) on the net income for the year, with the following adjustments:

- (i) the decrease in the amounts allocated, during the year, to the constitution of the legal reserve and reserves for contingencies; and
- (ii) the increase in the amounts resulting from the reversal, in the year, of contingency reserves, previously formed.

Paragraph 1. Whenever the amount of the mandatory dividend exceeds the realized portion of net income for the year, management may propose, and the Shareholders' Meeting may approve, to allocate the excess to the constitution of the unrealized profit reserve (article 197 of the Brazilian Corporation Law).

Paragraph 2. The Shareholders' Meeting may grant the managers of the Company or its subsidiaries a share in profits, subject to the applicable legal limits. It is a condition for the payment of such interest the payment to the shareholders of the minimum mandatory dividend referred to this the Article.

Paragraph 3. The Company may draw up balance sheets every six months or for shorter periods. Subject to the conditions imposed by law, the Board of Directors may: (a) resolve on the distribution of dividends debited from the profit account determined in the half-yearly balance sheet or in shorter periods *ad referendum* of the Shareholders' Meeting; and (b) declare interim dividends debited from the profit reserve account existing in the last annual or half-yearly balance sheet.

Paragraph 4. Dividends not claimed in three years expire in favor of the Company.

Paragraph 5. The Board of Directors will resolve on the Executive Board's proposal for payment or credit of interest on own capital, *ad referendum* of the Shareholders' Meeting that appreciates the financial statements related to the fiscal year in which such interest was paid or credited, and the amounts corresponding to the interest on equity shall be charged to the mandatory dividend.

Chapter VIII Transfer of Corporate Control,

Cancellation of Registration of Publicly Held Company and Exit from the Novo Mercado

Article 31. The direct or indirect transfer of control of the Company, either by means of a single operation, or by means of successive operations, must be contracted under the condition that the purchaser of the control undertakes to perform OPA having as object the shares issued by the Company owned by the other shareholders, observing the conditions and terms provided for in the legislation and the regulations in force and in the Novo Mercado Regulation in order to ensure equal treatment to that given to the assignor

Article 32. In the event of direct or indirect transfer of control of the Company, cancellation of registration as a publicly-held company, voluntary withdrawal from the Novo Mercado or corporate reorganization involving the transfer of the Company's shareholding base, the provisions of the applicable legislation and regulations must be observed, including, without limitation, the rules issued by the CVM and the Novo Mercado Regulation.

Chapter IX Dispute Resolution

Article 33. The Company, its shareholders, managers and effective and substitute members of the fiscal council, if any, undertake to resolve, through arbitration, before the Market Arbitration Chamber (Câmara de Arbitragem do Mercado), in the form of its regulation, any controversy that may arise between them, related to or arising from their condition as issuer, shareholders, managers and members of the fiscal council, and in particular, arising out of the provisions of Law No. 6.385, of December 7, 1976, as amended, in the Brazilian Corporation Law, in the rules issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and by CVM, in these Bylaws, as well as in the other rules applicable to the functioning of the securities market in general, besides those in the Novo Mercado Regulation, the other regulations of the B3 and the Participation Agreement in the Novo Mercado (Contrato de Participação no Novo Mercado).

Chapter X Liquidation

Article 34. The Company will be dissolved in the cases provided by law, and it is incumbent upon the Shareholders' Meeting, when applicable, to determine the method of liquidation and to appoint the Fiscal Council and the liquidator who shall act during the liquidation period, establishing their remuneration.

Chapter XI Final Provisions

Article 35. The Company is forbidden to grant financing or guarantees of any kind to third parties, under any modality, for business outside the corporate interests.

* * * * *